

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO NA PESCA ARTESANAL:
UM ESTUDO DE CASO NO LITORAL CENTRO-SUL
CATARINENSE

ADINOR JOSÉ CAPELLESSO

Florianópolis, abril de 2010.

ADINOR JOSÉ CAPELLESSO

OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO NA PESCA ARTESANAL:
um estudo de caso no litoral Centro-Sul catarinense

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella

FLORIANÓPOLIS
2010

Ficha Catalográfica

Capellesso, Adinor José

Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul catarinense / Adinor José Capellesso. – Florianópolis, 2010.

xx, 164f.; figs.; grafs.; tabs.; quads.; bibls; anexo.

Orientador: Ademir Antonio Cazella

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 155-163.

1. Pesca artesanal; 2. Sistemas de financiamento; 3. Pluriatividade; 4. Sociologia econômica; 5. Desenvolvimento Territorial Sustentável.

ADINOR JOSÉ CAPELLESSO

OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO NA PESCA ARTESANAL:
um estudo de caso no litoral Centro-Sul catarinense

Dissertação aprovada em 16/04/2010, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Dr. Ademir Antonio Cazella
Orientador

Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Claire Marie Thuillier Cerdan
Presidente (UFSC/CCA)

Dr. Valmir Luis Stropasolas
Membro (UFSC/CCA)

Dr. Fábio Luiz Búrigo
Membro (Consultor do MPA)

Dr. Ary César Minella
Membro (UFSC/CFH)

Florianópolis, 16 de abril de 2010.

AGRADECIMENTOS

Sou, ou melhor, estou apenas um resultado autorrefletido das experiências que vivi. Elas foram muitas. Seria impossível precisar o quanto cada uma delas reflete no que penso e no que me constituo. Além de seu grande número, muitas vezes o que parece fugas deixa marcas profundas. O que sei é que elas somente foram possíveis na relação com outras pessoas, como indivíduos socializados que somos. Pessoas essas que, em sua grande maioria, não conheci, mas por viverem antes e junto comigo construíram as possibilidades para as experiências que saboreei. Dessa forma, gostaria de começar com um agradecimento genérico a todos que participaram dessa caminhada.

Agradeço, em especial, ao orientador Ademir A. Cazella pelas conversas, confiança e liberdade para desenvolver o trabalho. Estendo esse agradecimento aos professores Paulo F. Vieira, Sérgio L. G. Pinheiro e Claire M. T. Cerdan, com os quais tive a oportunidade de realizar importantes diálogos, bem como aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. O mesmo vale para a secretária Janete Guenka, sempre disposta a ajudar quando necessitei.

Aos colegas da turma PGA 2008 deixo o muito obrigado de um amigo que aprendeu e se divertiu muito no convívio com todos. Espero que nossos diálogos continuem sem fim, só para ter o prazer de continuar a realizá-los. Aos amigos Paulo Niederle e Cátia Grisa fica o carinho pelo apoio recebido, com a certeza que a manutenção desses vínculos só faz reforçar nossas amizades.

Sou grato às pessoas de Garopaba e Imbituba que dedicaram seu tempo e atenção, auxiliando a realização do trabalho de campo.

Aos pais e irmãos, agradeço o apoio que sempre prestaram em cada etapa da minha vida, o que não seria diferente agora.

Entre as instituições, sou grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que forneceu a bolsa de estudos para que pudesse me dedicar sem maiores estresses a tal tarefa. Da mesma forma agradeço aos coordenadores do Projeto Capes/Brafagri 008/06 “Sistemas Agrários e Desenvolvimento Territorial” pelo apoio financeiro à realização de parte do trabalho de campo. Não poderia deixar de registrar ainda os apoios teóricos e financeiros prestados pelos profissionais do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFSC) e da Epagri vinculados ao Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira Catarinense.

Por fim, aos críticos, meus sinceros agradecimentos. Espero que vossas manifestações continuem a orientar melhorias no aqui exposto.

Metamorfose

Às vezes me encontro
Depois me desfaço no ar
E se reagrupo meus pedaços
Sou eu ou não sou mais?

Constante vir a ser
Marcado pelo que já se foi
Que retorna um igual diferente
Na dialética do caminhar

O que superar e o que conservar?
Para alguns, debate sem fim
Talvez queiram manter fins sem debate
Falsa liberdade restrita a alguns.

Com as grandes mudanças da história
A terra é manchada de sangue
Mas onde há mais violência
Nos presentes fins ou no parto?

E se o parto não define o fim
Deve criar a oportunidade
De construir humanidade
Para o mundo revolucionar.

(Adinor J. Capelleso)

RESUMO

O presente estudo analisou os sistemas de financiamento formais e informais adotados pelos pescadores artesanais dos municípios catarinenses de Garopaba e Imbituba, como eles interagem com as principais estratégias de reprodução social das famílias pescadoras e sua interface com as políticas públicas de crédito. A partir da reconstrução da trajetória de desenvolvimento destaca-se o processo de modernização técnica que transformou qualitativamente a categoria pesca artesanal a partir dos anos 1970, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país. Mesmo sem uma política de crédito oficial para a pesca artesanal, a industrialização pesqueira facilitou o escoamento da produção artesanal, permitindo que os novos equipamentos de pesca fossem financiados através de 'adiantamentos' da parte de atravessadores. Contudo, na segunda metade da década de 1980, o esforço de captura ultrapassou a capacidade de resiliência dos recursos pesqueiros. A decorrente queda da produção no Sul e Sudeste afetou a viabilidade da pesca artesanal, condição agravada pela ausência de políticas públicas específicas para essa categoria. Como alternativas econômicas aumentaram significativamente as atividades remuneradas fora da pesca artesanal, principalmente daquelas ligadas à expansão do turismo de massa. No estudo de caso em Garopaba e Imbituba verificou-se que o aluguel de casas, muitas vezes a própria, e a ocupação de postos temporários fora da pesca são recorrentes nas estratégias de reprodução social das famílias de pescadores artesanais. Entrando em um 'caixa único', as economias financeiras dessas atividades, por vezes, são utilizadas para financiar a atuação na pesca. Todavia, para a maioria dos pescadores, a principal fonte de financiamento continua a ser os 'adiantamentos' dos atravessadores, a exemplo do fornecimento de óleo diesel a ser pago com a venda do pescado. Em complemento aparecem também: aplicação dos recursos do seguro defeso, da renda de boas safras pesqueiras e das heranças; empréstimos com familiares e amigos; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (modalidade 'Pronaf Pesca') etc.. Embora o 'Pronaf Pesca' apresente-se como um sistema de financiamento formal, esse Programa tem tido dificuldades para incorporar os pescadores artesanais, resultando em um pequeno número de beneficiários. Isso é explicado, em parte, pelos laços fortes existentes no sistema de financiamento informal que induz os pescadores a entregarem aos atravessadores o pescado capturado. A baixa qualidade dos serviços financeiros nas instituições oficiais, a ausência de instituições financeiras 'alternativas', a exemplo do cooperativismo de crédito que opera o Pronaf junto à

agricultura familiar e a carência de assistência técnica contribuem para a manutenção dos sistemas informais. Aliado a isso, incompatibilidades entre a cultura financeira dos pescadores com as normas do Pronaf, o desvio da funcionalidade do crédito, a cultura clientelista das Colônias de Pescadores e as limitações no funcionamento do aval solidário refletem na elevada inadimplência, a qual levou as agências do Banco do Brasil dos dois municípios a suspenderem novas liberações do Pronaf aos pescadores. Conclui-se assim que a grande parte dos pescadores continua financiando a atividade com recursos obtidos informalmente, reflexo da dificuldade do 'Pronaf Pesca' em se constituir uma política pública de crédito que atenda plenamente a pesca artesanal.

Palavras-chaves: financiamento, crédito, pesca artesanal, pluriatividade.

ABSTRACT

Financing systems in artisan/small-scale fishing: a case study in south-central coast of Santa Catarina

This study analyzed of formal and informal financing systems adopted by the artisan/small-scale fishermen of Garopaba and Imbituba (country of Santa Catarina - Brazil), how they interact with the main strategies of social reproduction of family fishers and their interface with the public policies of credit. From the reconstruction of development trajectory it is highlighted the process of technical modernization that transformed qualitatively the artisan fishing category from the early 1970s, mainly in South and Southeast Brazil. Even without an official credit policy for the local fishing industry, fishery industrialization facilitated the sale of craft production, which allowed the new fishing equipment be financed by 'advance' through middlemen. However, in the second half of the 1980s, the fishing effort exceeded the resilience of fish stocks. Thus, the catch reduction in South and Southeast affected the viability of small-scale fishing, a condition aggravated by the absence of specific public policies for this category. The paid out fishing activities have significantly increased, particularly those related to the expansion of mass tourism, as economic alternatives. The case study shows that in Garopaba and Imbituba the rent of houses, often their own, and the occupation of temporary posts outside the fisheries are in recurrent reproductive strategies of fishermen families. Considering that the families don't make distinction of the income sources, the financial savings of these activities are sometimes used to finance the fishing activities. However, for most small-scale fishermen, the main source of financing remains the 'advances' of middlemen, like the diesel supply to be paid with fish. In addition it also appears: the application of insurance funds closed, good harvests in fisheries and inheritances, loans with family and friends, the National Program to Strengthen Family Farming (Pronaf, Portuguese acronym) etc.. While the 'Pronaf Fishing' presents itself as a formal system of financing, this program has struggled to incorporate the traditional fishermen, resulting in a small number of beneficiaries. This is explained partly by the strong ties of the informal financial system that induces artisan fishermen deliver the fish to middlemen. The low quality of financial services in official institutions, the absence of 'alternatives' financial institutions, like credit cooperatives that operates Pronaf jointly the family farm, and lack of technical assistance contributes to this situation. Environmental problems also

reduce the production, restricting the viability of investments. Allied to this, the inconsistencies between fishermen financial culture with the rules of Pronaf, the deviation of credit functionality, the Fishermen Colonies patronage and the co-signers functioning limitations reflect the high default rate, which led the Bank of Brazil in both country suspend new 'Pronaf Fishing' releases. It concludes that a large part of small-scale fishermen continues to finance the activity with informally financial resource, reflecting the difficulty of 'Pronaf Fishing' being a public policy claim that it can artisan fishing.

Key-words: finance, credit, artisan/small-scale fishing, pluralactivity.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização das comunidades pesqueiras em que foram realizadas as entrevistas com pescadores nos municípios de Garopaba e Imbituba, situados no Litoral Centro-Sul Catarinense.	26
Figura 2 – Produção da pesca marítima no Brasil (1960-2002) e o montante de incentivos fiscais (1967-1986) e de crédito rural (1969-1997) liberados para a atividade pesqueira no Brasil.	58
Figura 3 – Localização dos municípios de Garopaba e Imbituba, pertencentes à 19ª Secretaria de Desenvolvimento Territorial e ao Território Litoral Sul Catarinense.	72
Figura 4 – Localização dos municípios de Garopaba e Imbituba na Região dos Lagos.	96
Figura 5 – Principais fluxos da produção do pescado artesanal nos municípios de Garopaba e Imbituba.	118
Figura 6 – Número de contratos (a) e montante de recursos (b) anuais liberados pelo Pronaf em Garopaba e Imbituba entre 1999 e 2009.	126

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Pluralidade econômica de recursos e de princípios.	44
Quadro 2 – Síntese da trajetória de Desenvolvimento da Zona Costeira Catarinense.	84

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número e tipo de entrevistas realizadas durante a fase de levantamento de dados primários em Garopaba e Imbituba.	29
Tabela 2 – Residência, locais de pesca e forma de inserção na atividade dos 25 pescadores artesanais entrevistados em Garopaba e Imbituba entre setembro e novembro de 2009.	30

Tabela 3 – Locais de pesca e condição de inserção individual dos vinte pescadores artesanais entrevistados com entrevistas estruturadas em Garopaba e Imbituba entre setembro e novembro de 2009.	31
Tabela 4 – Produção pesqueira absoluta (t) e relativa (%) das categorias artesanal e industrial nas escalas nacional e regional para os anos de 1980 e 2002.	60
Tabela 5 – Número de pescadores profissionais artesanais e industriais cadastrados no Registro Geral de Pesca (RGP) no Brasil e em Santa Catarina no ano de 2006 e nas Colônias de Pescadores de Garopaba e Imbituba em 2009.....	73
Tabela 6 – Distribuição da frota pesqueira marinha e estuarina nos municípios de Garopaba e Imbituba e no estado de Santa Catarina (SC), no ano de 2005.	74
Tabela 7 – Frota pesqueira marinha e estuarina por tipo de embarcação e classe de comprimento nos municípios de Garopaba e Imbituba, no ano de 2005.	75
Tabela 8 – Evolução do índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Garopaba e Imbituba entre 1991 e 2000.	76
Tabela 9 – Contribuições dos diferentes segmentos econômicos no valor adicionado ao produto interno bruto (PIB) dos municípios de Garopaba e Imbituba e a renda <i>per capita</i> entre 2002 e 2006.....	77
Tabela 10 – Rendas anuais das famílias pescadoras artesanais informadas pelos entrevistados durante o levantamento dos dados de campo em Garopaba e Imbituba, realizadas em setembro e outubro de 2009.	106
Tabela 11 – Número de pescadores entrevistados que acessaram ao menos uma vez o Pronaf Pesca em Garopaba e Imbituba, segundo o local de pesca.....	135

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Justificativa	22
1.2	Metodologia.....	25
1.3	Estrutura da dissertação	32
2	A IMPORTÂNCIA DAS MICROFINANÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	35
2.1	Novos olhares sobre o desenvolvimento.....	35
2.2	Desenvolvimento Territorial Sustentável e o difícil resgate do ‘eco’ na economia.....	40
2.3	Economia plural.....	43
2.4	Microfinanças e Desenvolvimento Territorial Sus- tentável.....	46
3	UM PROJETO DE ‘DESENVOLVIMENTO’ PARA O SETOR PESQUEIRO E SEUS LIMITES	53
3.1	As transformações no setor pesqueiro e o papel das políticas públicas	53
3.1.1	Os efeitos da sobrepesca.....	58
3.1.2	O crédito para a pesca.....	60
3.2	As transformações na pesca artesanal e a ação das Colônias de pescadores.....	63
3.3	A criação da categoria pescador profissional artesanal	69
4	RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DE DESENVOL- VIMENTO DA PESCA ARTESANAL EM GAROPABA E IMBITUBA.....	71
4.1	A região de estudo: aspectos socioeconômicos e geo- gráficos	71
4.2	As transformações das comunidades pesqueiras em Garopaba e Imbituba.....	78
4.3	As disputas territoriais em Garopaba e Imbituba.....	88
5	A PESCA ARTESANAL EM GAROPABA E IMBITUBA E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS PESCADORAS.....	95
5.1	A Região dos Lagos e as possibilidades para a pesca artesanal	95
5.2	Principais fatores que afetam a resiliência dos siste- mas pesqueiros.....	99

5.3	Estratégias de reprodução social das famílias pescadoras.....	103
6	OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO NA PESCA ARTESANAL DE GAROPABA E IMBITUBA	113
6.1	Os locais de pesca e suas implicações nos sistemas de financiamento	113
6.2	A articulação entre aviação e comercialização.....	117
6.3	As assistências dos atravessadores: o principal sistema de financiamento	121
6.4	O Pronaf Pesca em Garopaba e Imbituba	125
6.5	Os sistemas de financiamento nas comunidades pesqueiras de Garopaba e Imbituba	136
7	CONCLUSÕES	143
7.1	Uma crise eco-econômica e a organização dos atores sociais	143
7.2	Financiar para pescar e o papel dos laços financeiros	146
7.3	Pistas para novas pesquisas	149
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

1 INTRODUÇÃO

A categoria pesca artesanal surgiu a partir de interações da pesca indígena com os colonizadores europeus e escravos africanos, condição que contribuiu para o surgimento de várias culturas litorâneas ligadas à pesca (DIEGUES, 1999). Assim, essa categoria agrupa em seu interior grande diversidade de tipos de pescadores, os quais têm em comum a atuação baseada na pequena escala¹ e o predomínio de trabalho não-assalariado, com forte presença de laços familiares. Os pescadores artesanais representam a maior parcela dos 390.761 pescadores profissionais cadastrados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em 2006 (SEAP, 2006a). Além disso, são responsáveis por mais da metade das capturas brasileiras de pescado (52,5% do volume em 2002), posição retomada em 1999 devido à queda proporcionalmente maior nas capturas da chamada pesca industrial, reflexo da extração ter ultrapassado a capacidade produtiva dos recursos pesqueiros (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007).

Nas últimas décadas, o comportamento das capturas artesanais pode ser classificado em três momentos: 1) expansão da produção até 1985, com maior intensidade a partir de 1968; 2) forte queda entre 1985 e 1990; e 3) estabilidade, com pequenas oscilações, na década de 1990. Contudo, a análise nacional oculta dinâmicas regionais distintas. No Norte e Nordeste, a produção artesanal se manteve estável até meados da década 1990, quando começam a ampliar de forma expressiva. No Sudeste há intenso crescimento até 1987, quando ocorre forte queda, retornando aos patamares de 1980. Já no Sul, a expansão da produção artesanal começa a dar sinais de esgotamento em 1982, com nova expansão até 1985, quando se inicia uma queda constante, chegando em 2002 com um terço da produção de 1980 (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007).

Entre os motivos dessas diferentes dinâmicas regionais destacam-se a concentração de incentivos fiscais e crédito rural subsidiado nas indústrias pesqueiras das regiões Sul e Sudeste. A opção dos governos militares pelo investimento nos grandes barcos em detrimento da pesca de pequena escala era justificada através da “visão idílica”² do pescador

¹ Segundo dados da SEAP/Prozee/Ibama (2005), 99,98% das 5.313 *embarcações artesanais* cadastradas no estado de Santa Catarina têm tamanho inferior a doze metros. Esse é o comprimento máximo normalmente adotado para a classificação da embarcação na categoria artesanal.

² Essa expressão refere-se a uma visão idealizada (fantasiosa), segundo a qual esses seres humanos viveriam em comunhão com a natureza, em um ambiente de paz, simplicidade e felicidade que os incompatibilizaria com a modernização.

artesanal, reforçada em muitos trabalhos acadêmicos da época, segundo a qual os pescadores artesanais eram incapazes de se modernizar e ampliar a produção. Assim, essa categoria seria incompatível com o projeto de desenvolvimento urbano-industrial e com a promoção das exportações, a exemplo do que se apresentava no debate sobre a “pequena produção agrícola”. Contudo, mesmo recebendo escassos recursos públicos, a pesca artesanal demonstrou sua capacidade modernizante, expandindo a produção até 1985 (DIEGUES, 1999).³

Nesse período expansivo, embora a criação das indústrias de processamento ampliasse as possibilidades para escoar a produção, a pesca artesanal não dispunha de políticas públicas de crédito para apoiar a incorporação dos novos instrumentos de captura (nylon, embarcações motorizadas etc.). Inicialmente, essa condição restringiu as inovações técnicas a um pequeno número de comerciantes e pescadores artesanais melhor capitalizados. Buscando trilhar o mesmo caminho, outros se organizaram em grupos de cooperação, a exemplo das parselhas coletivas de arrasto de tainha. O aumento da produção e a facilidade de destino também ampliaram as possibilidades dos atravessadores ‘adiantar’ dinheiro aos pescadores para receber em pescado, o que se tornou o principal sistema de financiamento da pesca artesanal. Embora com assimetria de poder, esse sistema interessa a ambas as partes, pois permite aos pescadores ampliar a produção e, por sua vez, gerar maior retorno aos atravessadores.

Em meados da década de 1980, as capturas (industriais e artesanais) ultrapassaram a capacidade produtiva das principais espécies exploradas no Sul e Sudeste. Esse fato passou a ser chamado de sobrepesca. A decorrente queda na produção gerou forte crise, agravada pela retração do crédito fácil às indústrias pesqueiras e pela queda dos preços internacionais do pescado, ligadas à crise econômica internacional. Assim, os grandes barcos reduziram as capturas no Sudeste e Sul, alguns abandonaram a atividade, parte migrou para o Norte e Nordeste, onde os cardumes ainda eram abundantes, e outros mudaram das

³ Em virtude dos problemas enfrentados historicamente pela pesca artesanal, esse segmento social foi, e por vezes ainda é, considerado incapaz de se inserir nos mercados e desenvolver mecanismos de competitividade com os setores ditos “modernizados”. Com efeito, e a exemplo do que Wilkinson (2008) alude para a agricultura familiar, há tempos é pronunciado o desaparecimento da pesca artesanal frente aos imperativos da livre concorrência e da abertura dos mercados. Não obstante, entremeio às pressões de um contexto desfavorável e da maior precariedade econômica e social que assola grande parte das comunidades tradicionais, a maior parte da pesca artesanal, assim como da agricultura familiar, se mantém ao longo das décadas graças às inovações produtivas, a uma série de estratégias das chamadas economias de mão-de-obra familiar na atuação junto aos mercados etc..

espécies exportáveis para os estoques explorados pela pesca artesanal (DIEGUES, 1999; DIEGUES; VASCONCELOS; SALES, 2007).

A queda na produção das principais espécies comerciais e a maior pressão sobre os recursos explorados pela pesca artesanal afetaram negativamente essa categoria, em um período em que o Estado praticamente abandonou o fomento ao setor. As fragilidades econômicas daí decorrentes forçaram muitos pescadores artesanais das regiões Sul e Sudeste a diversificar suas estratégias de reprodução social e, quando possível, criar meios alternativos de interagir com os mercados. Entre essas ações destaca-se o crescimento dos trabalhos extra-pesca; o aluguel de residências para turistas; produção e venda de artesanatos; processamento e venda do pescado para turistas, seja nas praias, em feiras, restaurantes; ampliação do esforço de captura; exploração de espécies menos nobres etc.. No mesmo período, como destaca Martine (1991), a crise econômica internacional impactou fortemente o país, refletindo na recessão e em altos índices de desemprego, o que limitava a busca por ocupações alternativas nas grandes cidades.

Durante a década de 1990, apesar da ausência de políticas públicas efetivas de fomento para a pesca artesanal, é possível encontrar, de forma dispersa, algumas conquistas e a constituição de experiências inovadoras de gestão dos recursos pesqueiros. Essas foram estimuladas principalmente pelas organizações não-governamentais, com destaque para a Pastoral da Pesca⁴; algumas instituições estatais, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e as universidades públicas; e pela ação política dos pescadores, a exemplo das mobilizações contra os problemas ambientais em Pernambuco (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007). Porém, as ações junto à categoria artesanal se depararam com um conjunto de limitações para avançar e se consolidar, sendo uma delas a dificuldade de acessar políticas de financiamentos, tanto para projetos estruturais como para investimentos produtivos e arranjos inovadores.

Nesse sentido, o quadro histórico de descapitalização dos pescadores artesanais e a ausência de políticas públicas de crédito oficial para a categoria reforçaram a dependência aos atravessadores e, portanto, ao crédito não-formal. Os pescadores pegam dinheiro emprestado junto aos

⁴ A Pastoral da Pesca é vinculada à corrente da Igreja Católica conhecida como Teologia da Libertação. Entre suas ações destaca-se a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) para auxiliar no enfrentamento dos problemas sociais. Para efeito comparativo, entre os agricultores familiares, as CEB's formaram lideranças e estimularam o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a renovação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) etc..

compradores sem estabelecer uma taxa de juros a ser paga, mas comprometendo-se a entregar a produção (retribuir). Essa associação entre os serviços financeiros e as transações comerciais permite ao atravessador aumentar a diferença entre o preço pago ao pescador e o de venda adiante. A remuneração do capital adiantado ao pescador (juro) fica oculta como se fosse lucro obtido na diferença de preços do pescado. Enquanto isso o empréstimo aparentemente “sem juro” prestado pelo atravessador passa a ser visto como um “favor”. Assim, a ausência e/ou deficiência de alternativas financeiras para atender às recorrentes demandas por crédito cria um círculo vicioso que reduz o retorno econômico, reproduzindo a dependência aos atravessadores.

Um alento para alterar esse cenário surge em 2003, com a mudança institucional no Governo Federal. Assim, foram formuladas políticas públicas que passaram a contemplar uma maior diversidade de grupos sociais, com ênfase para as chamadas comunidades tradicionais: populações quilombolas, extrativistas, *pescadores artesanais*, indígenas, etc., além de programas para segmentos específicos dessas categorias, notadamente mulheres e jovens (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Para atender o setor pesqueiro, antes vinculado de forma subalterna e oscilante a diferentes esferas administrativas federais, como ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ao Ibama, em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). Em 2009, essa foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), fato considerado um marco no reconhecimento do setor.⁵

Na busca pela melhoria no atendimento dos serviços financeiros, ainda em 2003, foi estendido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a pesca artesanal, através da linha Pronaf Pesca.⁶ Contudo, essa política de crédito tem se deparado com algumas dificuldades, como o baixo acesso nacional (CAZELLA;

⁵ Durante a atuação enquanto SEAP foram criados espaços de participação (Conferências da Pesca e Aquicultura, oficinas territoriais etc.), um novo marco legal (Nova Lei de Pesca) e várias políticas públicas de apoio ao setor. Embora com uma série de problemas no processo de implementação, destacam-se a ampliação do seguro defeso, a criação do Programa Pescando Letras e dos Telecentros, a Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, a Política Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras para fiscalizar a área exclusiva de pesca artesanal, a Política Territorial de Pesca e Aquicultura etc..

⁶ O Pronaf é um programa de crédito oficial criado, em 1996, como resposta do Governo Federal às mobilizações sociais realizadas pela agricultura familiar, categoria social que passava por grave crise nas regiões Sul e meridional do país, principalmente em decorrência da política de abertura comercial. A linha denominada Pronaf Pesca estendeu os benefícios do Pronaf aos pescadores artesanais a partir de 2003 (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

BÚRIGO, 2008) e a inadimplência observada em muitas agências do Banco do Brasil (BB) que operam com pescadores artesanais, o que levou à suspensão de novas liberações do Pronaf Pesca em vários municípios litorâneos catarinenses.

Nesse âmbito, o presente estudo busca avançar no entendimento das dinâmicas financeiras das famílias pescadoras artesanais. Para isso foi realizado um estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba, situados no litoral sul catarinense. Com forte presença de pescadores artesanais no oceano e em lagoas, os mesmos se constituem em uma realidade enriquecedora para o estudo da seguinte questão de pesquisa: *Quais os principais sistemas de financiamento adotados pelos pescadores artesanais do Litoral Centro-Sul Catarinense e como eles se relacionam com as estratégias prioritárias de reprodução social e as políticas públicas de crédito?*

Cabe destacar que o financiamento não se constitui somente no acesso aos mecanismos de crédito oficiais, mas também as diferentes formas que são angariados recursos monetários ou não-monetários para a sobrevivência da família do pescador e para a realização da captura até o recebimento dos pagamentos pelo pescado. Nesse âmbito, partiu-se da hipótese de que o crédito oficial é acessado por um pequeno número de pescadores artesanais e coexiste com a forte presença dos sistemas de financiamento informais, a baixa qualidade⁷ nos serviços financeiros oficiais e limitações no processo de implantação das políticas públicas de crédito.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e compreender os mecanismos de financiamento formais e informais adotados pelos pescadores artesanais do litoral centro-sul catarinense, a diversidade social e as principais estratégias de reprodução social existentes no interior dessa categoria social, bem como a sua correlação com a política de crédito para o setor. Disso decorrem os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar a interpretação histórico-explicativa das transformações socioeconômicas que afetaram a pesca artesanal no Litoral Centro-Sul Catarinense, com ênfase no papel que cumpriram as políticas públicas adotadas a partir de 1968;

⁷ A baixa qualidade refere-se a questões como a demora no atendimento aos pescadores nos bancos, morosidade na aprovação dos projetos, deficiências no repasse de informações aos financiados, ausência de espaços de aprendizagem sobre o uso do crédito e de acompanhamento do projeto pela instituição financiadora, ausência de governança entre as instituições que atuam na operacionalização do serviço financeiro e a incompatibilidade entre as normas dos programas de crédito para a pesca e as demandas reais.

2. Caracterizar as diferentes modalidades de pesca artesanal existentes nos municípios de Garopaba e Imbituba – tendo por base os locais de captura (lagoa e mar), as artes de pesca e as relações de trabalho – e identificar suas implicações sobre as principais estratégias de financiamento da atividade;
3. Analisar a dinâmica dos principais sistemas de financiamento adotados pelos pescadores artesanais, dando destaque para o Pronaf Pesca.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesca artesanal, não raro, foi considerada e tratada conceitualmente como uma das expressões da diversidade da agricultura familiar (LAMARCHE, 1998). Contudo, apesar das duas categorias apresentarem algumas características comuns e coexistirem em algumas culturas litorâneas, como a caiçara e a açoriana, Diegues (1999) destaca a necessidade de um campo do conhecimento voltado a contemplar o particularismo das práticas sociais da ‘gente do mar’, que se diferencia da agricultura familiar.

Essas práticas e modos de vida se constroem em relação a um meio tanto físico quanto socialmente instável e imprevisível. O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis (DIEGUES, 1999, p.371).

Torna-se fundamental, desse modo, os estudos abordando as especificidades e o modo de vida dos pescadores artesanais. Embora esse tema tenha ganhado maior notoriedade acadêmica, verificada no crescimento dos estudos sobre a pesca artesanal na década de 2000, ainda persistem grandes lacunas no entendimento das dinâmicas sócio-econômicas das famílias e comunidades pesqueiras, incluindo-se a escassez de pesquisas sobre os sistemas de financiamento adotados por essa categoria social.

Na agricultura familiar, o aprimoramento dos sistemas de financiamento recebeu importante contribuição do Pronaf, o qual se tornou a principal política pública para essa categoria. Embora sejam recorrentes os trabalhos apontando problemas e necessidades de adequação do Programa, não cabe mais nenhum tipo de especulação sobre sua importância, necessidade ou continuidade (MATTEI, 2007). Já na pesca artesanal verificam-se alguns problemas que podem comprometer o sucesso e a continuidade dessa política pública de crédito.

Outrossim, parece consenso na literatura especializada que a implementação das políticas públicas e o funcionamento do sistema financeiro muitas vezes esbarram em deficiências no quadro organizativo e institucional. Na agricultura familiar, a superação desse quadro contou com a importante contribuição das cooperativas de crédito, que valorizam as relações de proximidade no atendimento aos beneficiários do Pronaf (BÚRIGO, 2007; CAZELLA; BÚRIGO, 2008).

Muitas vezes, as debilidades no acesso ao crédito têm relação com as insuficiências organizativas dos potenciais tomadores, que não conseguem “fazer valer” seus direitos em relação ao financiamento público e aos outros serviços financeiros. Em outras, essa dificuldade é motivada pela falta de interesse ou incapacidade do setor bancário nacional, que não prioriza sua atuação em comunidades distantes dos grandes centros produtivos e nem está adequadamente aparelhado para tratar demandas de segmentos de baixa renda, ou que não compõem o seu rol de clientes preferenciais. São fragilidades de natureza institucional e estrutural que impedem, por exemplo, que os recursos alocados pela sociedade ao setor sejam devidamente aplicados – em 2005, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) gastou apenas R\$ 23 milhões, dos R\$ 350 milhões disponíveis, na linha de crédito ‘Pronaf Pesca’ (CAZELLA; BÚRIGO, 2008, p.02).

Assim, mesmo com a criação do Pronaf Pesca, a categoria artesanal continuou a utilizar menos crédito em relação ao Valor da Produção Pesqueira (VPP) do que a pesca industrial. Com isso, arrisca relativamente mais capital próprio do que a pesca industrial em investimentos e custeio das operações pesqueiras, ampliando a demanda por fontes de financiamento informais. Por sua vez, o Pronaf ainda não resultou em mudanças nas técnicas de captura e na seleção das espécies exploradas. Mantendo a atuação sobre as espécies com problemas de sobrepesca, não houve elevação do VPP artesanal nos últimos anos. O

aumento no esforço de captura somente agravou os problemas, pois ampliou a oscilação da produção e tornou os investimentos ociosos (SOUZA, 2007).

Diante das limitações das políticas públicas de crédito no sentido de contemplar plenamente as especificidades dessa categoria mantém-se a forte participação dos sistemas de financiamento informais. Esses se caracterizam pela assimetria de poder entre os pescadores artesanais e os agentes financiadores, a maioria deles atravessadores, o que acaba diminuindo os ganhos e dificultando a sua reprodução social na atividade. Tal condição contribui para o reforço das ações assistencialistas e do acesso ao crédito dependente dos ‘favores’ dos financiadores, principalmente entre os pescadores mais descapitalizados. Na tentativa de encontrar mecanismos financeiros mais favoráveis, também surgem sistemas complementares, como os empréstimos entre familiares e amigos.

É nesse contexto que devem ser pensados os sistemas financeiros, pois ao mesmo tempo em que podem favorecer os ganhos econômicos, contribuindo para a superação e/ou redução da pobreza, o mau uso pode ter efeitos contrários (endividamento, ampliação dos problemas na gestão dos recursos pesqueiros, dependências interpessoais etc.). O conhecimento dessas relações oferece a possibilidade de entender algumas particularidades da atividade e oferecer pistas para a redefinição dos critérios dos sistemas de crédito oficial e demais políticas públicas de fomento à categoria. Esse também parece ser o entendimento da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, atual Ministério da Pesca e Aquicultura:

(...) o fomento à cadeia produtiva da pesca artesanal, por meio da disponibilidade de crédito ao custeio, investimento e comercialização, deve se dar num esforço da coletividade, na identificação das demandas e ajustes dos programas que atendam, ao mesmo tempo, ações estruturadoras de desenvolvimento de segmentos da cadeia produtiva e as particularidades individuais e das comunidades (SEAP, 2006b, p.27).

A necessidade de estudos amplia-se ainda mais devido ao início recente da ‘montagem’ de um arcabouço institucional específico para o setor pesqueiro, com políticas públicas próprias. Para sanar as deficiências que daí surge, muitas vezes a formulação das políticas públicas para a pesca artesanal tem se espelhado na experiência da agricultura familiar, a exemplo do Pronaf Pesca, da Política Territorial de Aquicultura e Pesca e do Censo Pesqueiro, que se orientam, respectivamente, no Pronaf, no Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Ru-

rais e no Censo Agropecuário. Contudo, como já destacado acima, as particularidades da pesca exigem adaptações para contemplar a realidade desse setor.

Assim, os estudos das relações socioeconômicas das famílias pescadoras e das comunidades pesqueiras também oferecem a possibilidade de gerar reflexões sobre possíveis inovações organizativas e institucionais. Além desses motivos, acrescenta-se um de ordem pessoal, cuja origem situa-se nos trabalhos desenvolvidos na graduação junto a comunidades pesqueiras da lagoa dos Patos (CAPELLESSO; KHOLS, 2007) e nas discussões travadas no âmbito do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate – UFSC) e junto ao Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD – UFSC).

1.2 METODOLOGIA

A carência de estudos e a necessidade de compreender como os sistemas de financiamento da pesca artesanal se estruturaram no contexto contemporâneo orientaram a escolha metodológica pelo estudo de caso. Segundo Yin (2005, p.19), essa estratégia permite abordar fenômenos em que as fronteiras *não* estão claramente definidas em relação ao contexto:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Para isso adotou-se muitas técnicas utilizadas nas pesquisas históricas, acrescentando a possibilidade de observação direta dos acontecimentos estudados e a realização de entrevistas com as pessoas diretamente envolvidas. Pode-se assim lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – que, por vezes, não são possíveis nas pesquisas estritamente históricas (CAMPOMAR, 1991; YIN, 2005).

A região do estudo definida *a priori* restringia-se às comunidades no entorno da Lagoa de Ibiraquera. Porém, a necessidade de considerar a diversidade existente no interior da pesca artesanal exigiu a sua ampliação. Assim, a região de abrangência passou a contemplar várias comunidades dos municípios de Garopaba e Imbituba, situados no Litoral Centro-sul Catarinense (Figura 1).

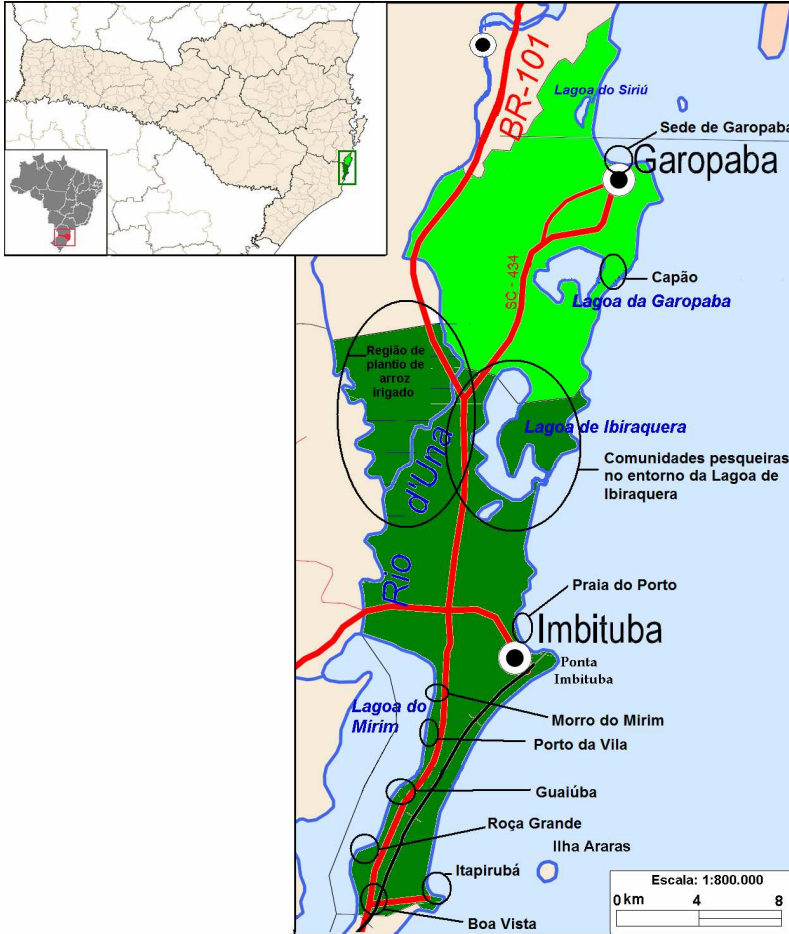


Figura 1 – Localização das comunidades pesqueiras em que foram realizadas as entrevistas com pescadores nos municípios de Garopaba e Imbituba, situados no litoral Centro-Sul catarinense.

Fonte: Adaptado a partir de IBGE (2009).

Para auxiliar no entendimento do contexto adotou-se como metodologia complementar a reconstrução da trajetória de desenvolvimento da região de estudo, mas inseridas no quadro de mudanças mais gerais que explicam a evolução do espaço, dos sistemas produtivos, das inovações técnicas e dos sistemas de organização. Segundo Sabourin, Caron e Silva (1996, p. 17), os passos metodológicos da análise de uma trajetória de desenvolvimento são:

a) Definição do espaço social e geográfico relevante, em função das questões a serem estudadas; b) Identificação das mudanças nas práticas produtivas individuais e coletivas através da crônica dos acontecimentos e fatores que têm provocado as transformações mais significativas; c) Análise das perspectivas de evolução; d) Estudo da reorganização dos recursos produtivos, dando uma atenção particular aos mecanismos de acesso a informação e as inovações técnicas e organizativas.

Inicialmente foram levantamentos dados secundários, tanto de materiais produzidos nos municípios, como dissertações, artigos, relatórios e capítulos de livros relacionados à pesca e à região de estudo. Entre os documentos levantados durante a pesquisa destacam-se: o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Imbituba; os Relatórios da Reserva Extrativista Marinha para a Pesca Artesanal de Garopaba e Imbituba; o Plano de ação participativo - Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca 2009-2010; e os dados do monitoramento pesqueiro realizado pela SEAP em Imbituba no primeiro semestre de 2007.

O levantamento de dados primários começou com uma fase exploratória, na qual se buscou entender o contexto da região, identificar os atores e subsidiar as fases subsequentes. Nesta fase foram realizadas entrevistas abertas com os seguintes atores sociais:

- a. representantes de instituições: Coordenadora da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA BF) e Presidente do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera;
- b. organizações de pescadores: Presidentes das Colônias de Pescadores de Garopaba (Z12) e Imbituba (Z13), Presidentes das Associações dos Pescadores artesanais de Garopaba (APG) e da comunidade de Ibiraquera (Aspeci) e com o ex-presidente da Associação de Pescadores Artesanais, Nativos, Profissionais e Amadores (Apanpa) que atua no Sul de Imbituba;
- c. integrantes de instituições financeiras: operador de crédito rural do Banco do Brasil de Imbituba e funcionário da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol⁸) do mesmo município;
- d. profissionais da assistência técnica: extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) de Garopaba e de Imbituba;

⁸ O Cresol é um sistema cooperativo de crédito rural que atua predominantemente junto aos agricultores familiares prestando serviços financeiros orientados na integração solidária.

e. representantes do poder público ligados à pesca e à agricultura: secretários de agricultura e pesca de Garopaba e Imbituba;

Em complemento, durante todo o segundo ano do mestrado (2009) participou-se dos seguintes eventos ligados ao tema de pesquisa: Conferência Estadual de Pesca e Aquicultura de Santa Catarina; Oficinas da Política Territorial de Pesca e Aquicultura dos Territórios Grande Florianópolis e Litoral Sul Catarinense; Reuniões da equipe técnica do Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável da Zona Costeira Catarinense e oficinas do Laboratório Territorial a ele vinculado; Lançamento do Plano Safra 2009/2010 em Laguna; Grupo de Trabalho em Agroecologia, eventos, oficinas e plenárias do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera. Nessas atividades foram realizadas conversas com os participantes, estabelecidos contatos, agendado entrevistas e anotadas informações que auxiliaram na elaboração das entrevistas estruturada com pescadores e semiestruturada com os compradores de pescado e instituições.

A elaboração da entrevista estruturada aplicada junto aos pescadores se deu a partir da adaptação do questionário adotado no levantamento de dados junto às famílias rurais do Projeto: “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras (Projeto CNPq/COAGr 520755/2001-4)”. Também foram definidas as questões orientadoras para as entrevistas semiestruturadas aplicadas com compradores de pescado e, para a segunda etapa, com os representantes das organizações dos pescadores, assistência técnica, o poder público e das instituições financeiras.

A entrevista estruturada com pescadores e a semiestruturada com compradores de pescado passaram por uma fase de teste a campo, recebendo adequações. Em complemento foram realizadas mais cinco entrevistas semiestruturadas com pescadores (Tabela 1). As citações de falas dos pescadores obtidas nas entrevistas estruturadas e semiestruturadas foram identificadas, respectivamente, com números arábicos (1 a 20) e romanos (I a V), enquanto para os atravessadores utilizou-se de letras maiúsculas do alfabeto (A a F).

Nas entrevistas com os pescadores artesanais procurou-se considerar a diversidade existente no interior da atividade e nas comunidades pesqueiras dos municípios de Garopaba e Imbituba (Tabela 2). Para isso adotou-se como critério a distinção entre pescadores que capturam no oceano e nas lagoas. Além dos diferentes locais de captura, buscou-se contemplar a existência de pescadores-agricultores, condições

socioeconômicas distintas (capitalizados e descapitalizados), diferentes espécies e artes de captura (ex. tainha – arrastão de tainha, rede de cerco e traineira).

Tabela 1 – Número e tipo de entrevistas realizadas durante a fase de levantamento de dados primários em Garopaba e Imbituba.

Condição do Entrevistado	Entrevistas	
	Estruturadas	Semiestruturadas
Pescadores	20	V
Compradores de pescado		6
Agentes financeiros		2
Organizações de Pescadores		5
Representantes do poder público		2
Extensionistas da Epagri		2

Nas pescas marítimas considerou-se as diferentes embarcações, formas de inserção (proprietário, camarada, embarcados na pesca industrial), tipos de propriedade (individual e coletiva) e diferentes locais de pesca (pesca de barco em Itapirubá e na Praia do Porto – em Imbituba – e a sede do município de Garopaba, bem como pescadores de arrasto de tainha entre Garopaba e a Praia do Porto). Na pesca estuarina contemplou-se os pescadores das Lagoas do Mirim, de Ibiraquera e de Garopaba e alguns que atuam parcialmente na pesca marinha (Tabela 3).⁹

Os primeiros pescadores entrevistados foram indicados pelas Colônias e pelas Associações de pescadores, instituições que possuem divergências entre si. Na sequência, foi solicitado aos entrevistados que indicassem outros pescadores segundo as características acima descritas, para que fosse contemplada a diversidade existente no interior da pesca artesanal dos dois municípios. Mesmo assim, pode-se apontar que as indicações dos pescadores privilegiaram seus pares que atuam com mais intensidade na pesca, condição que refletiu na amostragem das famílias. Assim, em questões como a análise das rendas ‘extra-pesca’ é provável que sua participação na composição da renda das famílias fique parcialmente subestimada pelos dados apresentados neste estudo. O mesmo vale para o uso dessas fontes de recursos no financiamento da atividade pesqueira.

⁹ No norte de Garopaba existem as comunidades da Gamboa e do Siriú, onde se localiza a Lagoa do Siriú, mas não foram entrevistados pescadores desses locais. Segundo o presidente da Associação de Pescadores de Garopaba, nessa lagoa existem aproximadamente duzentos pescadores que capturam camarão e peixes com tarrafa, os quais podem ser pescadores constantes ou não. Já na comunidade da Gamboa, a pesca é predominantemente no mar, com Canoas de Arrasto de Tainha e botes de pequeno porte.

Tabela 2 – Residência, locais de pesca e forma de inserção na atividade dos 25 pescadores artesanais entrevistados em Garopaba e Imbituba entre setembro e novembro de 2009.

Comunidade	Inserção		Pesca no oceano			Pesca na Lagoa do(e)			Prática agrícola	Local que residem
	Propriedade		Camarada	Emb. Indus.	Mirim	Garopaba	Ibiraquera			
	Indiv.	Colet.								
Capão (G.)***		1	1			2		1	2	
Sede da Garopaba (G.)	3		1						4	
Praia do Porto (Im.)	3*		1	(I)					4	
Itapirubá (Im.)	2 (I)		1	1**					4	
Roça Grande (Im.)					2				2	
Boa Vista (Im.)			2		2				2	
Guaiúba (Im.)					1			1	1	
Morro do Mirim (Im.)					1				1	
Porto da Vila (Im.)					(I)				1	
Ibiraquera (G. e Im.)	1 (I)		2				2 (II)	2 (II)	4	
Total de inserções	11	1	8	2	7	2	4	6		

Abreviações: Im. = Imbituba; G = Garopaba; Indiv. = Individual; Colet. = Coletiva; Emb. Indus. = Embarcado na pesca industrial.

Notas: Os números se referem às formas de inserções na atividade e locais de pesca, sendo que os números em diferentes inserções podem se referir ao mesmo pescador. Os números romanos entre parênteses referem-se às entrevistas semiestruturadas. * Um desses três pescadores é dono da embarcação, mas não pesca. ** No último ano não atuou na pesca industrial. *** A comunidade do Capão também é conhecida como Ferrugem.

Tabela 3 – Locais de pesca e condição de inserção individual dos vinte pescadores artesanais entrevistados com entrevistas estruturadas em Garopaba e Imbituba entre setembro e novembro de 2009.

Pes- cador	Comunidade*	Mar		Lagoa	
		Dono de embarcação	Camarada em:	Dono de embarcação	Local que pesca:
01	Praia do Porto (Im.)	Barco (b) e Ar.P.			
02	Itapirubá (Im.)	Baleeira (b)			
03	Itapirubá (Im.)	Chalupa (b)			
04	Praia do Porto (Im.)	Baleeira (b)	(Não pesca)		
05	Sede de Garopaba (G)	Baleeira (b)			
06	Sede de Garopaba (G)	Baleeira (b)			
07	Sede de Garopaba (G)	Bote (b)			
08	Praia do Porto (Im.)	Bote (b)			
09	Capão (G)	Ar.T.(c)		Canoa (v)	L. de Garopaba
10	Sede de Garopaba (G)		Baleeira (b)		
11	Itapirubá (Im.)		Baleeira (b)		
12	Capão (G)		C.Ar.T (c)	Canoa (v)	L. de Garopaba
13	Ibiraquera (G)		Baleeira, e Ar. T.	Canoa (v)	L. de Ibiraquera
14	Ibiraquera (Im.)		C.Ar.T (c)	Canoa (v)	L. de Ibiraquera
15	Boa Vista e Itapirubá (Im.)		Baleeira (b)	Tarrafa (s/e)	L. do Mirim
16	Boa Vista e Itapirubá (Im.)		Baleeira (b)	Canoa (r)	L. do Mirim
17	Roça Grande (Im.)			Canoa (d)	L. do Mirim
18	Guaiúba (Im.)			Bote (d)	L. do Mirim
19	Morro do Mirim (Im.)		Tarrafa (s/ emb.)	Canoa (g, vl)	L. do Mirim
20	Roça Grande (Im.)			Batera (d)	L. do Mirim

Abreviações: (G) = município de Garopaba; (I) = município de Imbituba; (b) = batera a remo como segunda embarcação; Ar.P. = Canoa de arrasto de praia (picaré); (c) = propriedade coletiva; Ar.T = canoa de arrasto de tainha; (v) = verga, calão ou bambu; (r) = remo; (d) = motor a diesel; (g) = motor de popa a gasolina; (vl) = vela a vento; (s/ emb.) = pesca individual sem embarcação. **Nota:** * Os Pescadores '15' e '16' residem na comunidade da Boa Vista, mas também atuam como camaradas no mar na comunidade do Itapirubá.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para as análises. Mantendo a coerência com a necessidade de entender os fenômenos inseridos em meio ao contexto e o caráter qualitativo dos dados, optou-se pela análise do discurso, como destacam Macedo et al. (2008, p.652):

A análise [do discurso] propriamente é realizada pela leitura exaustiva do material, para explorá-lo e construir o tratamento e a interpretação dos dados. Neste momento, o pesquisador identifica o contexto da produção do discurso para codificá-lo, identificar suas unidades de registros, bem como as categorias que dele emergem. O processo é exaustivo e, muitas vezes, pode ser realizado de formas diferentes; mas, em todas as maneiras, a aproximação do pesquisador com o material são encontros entre sujeitos contextualizados historicamente e socialmente determinados, e com diversidades culturais e de subjetividades.

Durante a transcrição e as releituras foram identificados os temas (classes) considerados mais relevantes sobre a questão de pesquisa. Em seguida passou-se para a análise dos discursos com vistas a estruturar o texto que atenda aos objetivos propostos.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro destina-se a apresentar o referencial teórico, demonstrando as conexões entre as microfinanças e o desenvolvimento territorial sustentável. A incorporação dessa nova abordagem do desenvolvimento objetiva orientar novos olhares sobre a pesca artesanal, permitindo encontrar alternativas para essa categoria social, por vezes, considerada residual e condenada ao desaparecimento. A articulação com a economia plural segue o mesmo propósito, pois permite superar as avaliações economicistas que a condenavam ao inevitável desaparecimento. Por fim, resgata-se o acúmulo sobre os sistemas de financiamento, encontrando nas microfinanças bases para a análise do estudo aqui proposto.

O capítulo subsequente reconstrói a trajetória de desenvolvimento do setor pesqueiro na escala nacional, dando destaque para os impactos das transformações na pesca artesanal. Aborda o papel das principais políticas públicas dos governos militares na industrialização pesqueira, bem como os efeitos nefastos das falhas e/ou falta de planejamento. Demonstra ainda o recorte social do crédito para a pesca, que excluiu a maioria dos pescadores artesanais do público beneficiário, bem como a dificuldade dessa categoria social se organizar e conquistar políticas públicas. Mesmo assim, a pesca artesanal encontrou mecanismos

alternativos de financiamento que permitiram sua transformação sociotécnica. Diante dessa nova realidade, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca criou um novo marco legal para normatizar as categorias pesqueiras, apresentadas no último tópico do capítulo.

No terceiro capítulo aborda-se a trajetória da região de estudo, começando por situá-la geográfica e socioeconomicamente. Na sequência, o enfoque recai nos fatores que desencadearam as transformações na região, entre os quais se destacam a chegada dos imigrantes açorianos, o isolamento da região até início do Século XX, a ampliação das obras de infraestrutura, a política de industrialização pesqueira, o turismo e a ocupação imobiliária do litoral etc.. Através do resgate das transformações e suas contradições, situam-se os atores sociais para, ao final, apresentar como a pesca artesanal se insere nos debates atuais sobre o desenvolvimento de Garopaba e Imbituba.

O quarto capítulo analisa as possibilidades para a pesca artesanal e as dificuldades enfrentadas pela categoria nos dois municípios estudados. Inicialmente apresenta-se a diversidade existente no interior da categoria, dando destaque para as diferenças entre as comunidades pesqueiras e pescadores das lagoas e do mar, bem como entre proprietários e camaradas. Segue com a análise dos principais problemas ambientais que limitam a capacidade produtiva em cada local, afetando o retorno econômico auferido pelas famílias. A partir daí, demonstra-se que as famílias pescadoras buscaram compensar a queda na renda da pesca através da ampliação das atividades ‘extra-pesca’ nas suas estratégias de reprodução social, fenômeno conhecido como pluriatividade.

O último capítulo destina-se a análise dos sistemas de financiamento formais e informais adotados pelos pescadores artesanais de Garopaba e Imbituba. Primeiramente destaca-se como a condição de inserção dos pescadores na atividade e as características dos locais de pesca interferem na adoção dos sistemas de financiamento. Ainda nesse âmbito, demonstra-se que os financiamentos prestados pelos atravessadores somente ocorrem associados à comercialização, o que refletiu no seu fim quando a comercialização da produção passa a ocorrer por outros caminhos. Contudo, demonstra-se ainda que esses sistemas informais se baseiam em laços fortes, permitindo pouca liberdade aos pescadores. Junto a isso, dedica-se um tópico para a avaliação do Pronaf Pesca, apontando as dificuldades que limitaram sua implantação em Garopaba e Imbituba. Ao final, busca-se integrar essas avaliações na análise dos sistemas de financiamento.

Nas conclusões destacam-se dois pontos: a) a íntima associação entre os problemas ambientais e a crise econômica da pesca artesanal; e

b) a principal fonte de financiamento adotada pelos pescadores artesanais de Garopaba e Imbituba continua a ser as assistências de atravessadores, que persiste diante da baixa qualidade dos serviços financeiros formais e as deficiências no processo de implementação do Pronaf Pesca nos dois municípios analisados. Por fim, apresentam-se algumas pistas de pesquisa que podem auxiliar na delimitação dos novos estudos junto à pesca artesanal.

2 A IMPORTÂNCIA DAS MICROFINANÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O arcabouço teórico aqui organizado busca demonstrar que os sistemas de financiamento constituem-se em uma importante ferramenta associada ao desenvolvimento. Esse tema ganha relevância a partir das debilidades constatadas na prestação de serviços financeiros de qualidade para os segmentos sociais de baixa renda e para as populações tradicionais, condição que contribui para agravar suas debilidades econômicas. Em sentido contrário, vários trabalhos (YUNUS; JOLIS, 2000; ABRAMOVAY, 2004; CAZELLA; BÚRIGO, 2009) apontam que o acesso ao sistema financeiro contribui na superação de relações econômicas desfavoráveis, gerando importantes benefícios a esses públicos.

Entende-se que esse recorte remete à ruptura com a concepção que vê o desenvolvimento como consequência do crescimento econômico, pois coloca em xeque a suposta inevitabilidade do mercado difundir os benefícios sociais. Como nos mostram a sociologia econômica e a economia plural, as relações econômicas só podem ser entendidas a partir das relações sociais a ela ligadas, ou seja, a ação econômica é imbricada pela estrutura social e essa condiciona o acesso e a distribuição das riquezas (GRANOVETTER, 1985; LÉVESQUE, 2009). Assim, na tentativa de ampliar a análise dos sistemas de financiamento e das estratégias de reprodução social das famílias pescadoras artesanais, incorpora-se ainda o referencial analítico do desenvolvimento territorial sustentável, que conecta as análises econômicas às dimensões sociais e ambientais.

2.1 NOVOS OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O pós-guerra abriu um período de forte crescimento econômico, com maior intensidade nos “anos dourados”, que compreenderam as décadas de 1950 e 1960 (HOBSBAWM, 1995). Embora muitas regiões e países tenham aumentado o seu Produto Interno Bruto (PIB) de forma expressiva, existem condicionantes ao seu uso como indicador de desenvolvimento. Como exemplo, na Inglaterra, os maiores avanços em saúde e educação não coincidem com os períodos de maior crescimento econômico, mas com as contingências que forçaram a redistribuição social da riqueza, como nos períodos de guerras. Contudo, além da redução da desigualdade econômica, cabe destacar que a transformação do dinheiro em liberdades depende de uma série de fatores que, ao serem desconsiderados, podem ocultar distorções que passam a ser visíveis quando se entende o desenvolvimento como expansão das liberdades (SEN, 2000).

Ao contemplar a diversidade nas análises sobre as condições de vida, Sen (2000) verificou que indivíduos ou famílias que possuíam mesma renda *per capita* não obtinham necessariamente as mesmas capacidades (*capabilities*). Esse fato decorria das distorções que as *heterogeneidades pessoais* (sexo, idade, limitações físicas etc.), *diversidades ambientais, variações no clima social* (saúde pública, educação, violência etc.), *diferenças de perspectiva relativistas* (convenções e costumes entre comunidades) e *distribuição na família* (entre os sexos, idades ou necessidades percebidas) causam na conversão da renda em capacidades (liberdades).

Portanto, mesmo sem crescimento econômico, o desenvolvimento pode advir da distribuição mais equitativa da riqueza e/ou da superação dos elementos que afetam a conversão do dinheiro em liberdades. Na teoria seniana, o papel de agente dessas transformações é atribuído ao indivíduo. No entanto, Oliveira (2007) destaca que a mesma não considera as disputas de poder que limitam a capacidade do indivíduo atuar como agente. Esquece que, em regimes capitalistas, a riqueza se encontra sob propriedade privada e que a sua posse confere aos detentores o poder econômico, também mobilizado para adquirir o poder político. Esses poderes são utilizados para se proteger contra as tentativas de redistribuição e para continuar a concentrar as novas riquezas produzidas durante o crescimento econômico.

Ao desconsiderar a disputa de poder, Oliveira (2007) alude que a teoria seniana representa uma “sofisticação teórica dos princípios que atualmente regem o liberalismo” (p.09), pois esconde “nas suas entrelinhas uma defesa do livre mercado nos moldes como vem sendo aplicado pelas experiências neoliberais” (p.17). Assim, por um lado, o presente trabalho incorpora da teoria seniana a noção de que o desenvolvimento não pode ser avaliado só pela renda *per capita*, mas, por outro, analisa as possibilidades de mudanças sociais a partir das disputas de poder. Entende-se assim que a correlação entre desenvolvimento e conquistas de liberdades implica questionar e disputar as estruturas de poder, mantidas pelos que se beneficiam do *status quo*. Ou seja, entender o desenvolvimento como expansão das capacidades deve, em outros termos, exigir a expansão do ‘poder para’ disputar o poder, também tratado como a necessidade de *empoderamento* dos atores sociais (ROMANO, 2008).

Nesse âmbito, quando a mobilização social dos desfavorecidos ganha força, uma distribuição mais equitativa dos frutos do crescimento apresenta-se como mais palatável às elites do que a redistribuição da riqueza já apropriada. Ampliam-se também as possibilidades da criação

de acordos em torno de projetos de crescimento econômico, nos quais se pode condicionar o apoio social à prerrogativa de promover a distribuição mais equitativa da riqueza a ser produzida, como propõe o Desenvolvimento Territorial Sustentável. No entanto, deve-se ter claro que esse *empoderamento* também deve ser mobilizado para alimentar o aumento do nível de consciência necessário para as disputas estratégicas, ou seja, sobre o poder político e as riquezas apropriadas de forma concentrada.

Os debates em torno do desenvolvimento também se assentam em duas tendências distintas na relação entre espaço e produção. De um lado, o fordismo globalizante considera que as variações espaciais provêm unicamente de diferentes combinações entre os fatores de produção – trabalho, capital e matéria-prima – e tenderiam ao desaparecimento ou ao fim das particularidades com a consolidação do mercado capitalista. Contribuiriam para isso a migração das empresas para outros países e regiões em busca de mão-de-obra barata, os incentivos fiscais etc.. Seu objetivo é manter a competitividade através da diminuição dos custos e dos preços dos produtos de massa. Do outro lado, a economia territorial pós-fordista enfatiza o papel da proximidade geográfica, atribuindo importância à diversidade de manifestações da territorialidade na organização econômica e suas conexões com a economia do conhecimento através das relações de proximidade (PIORE; SABEL, 1989).

A sociologia da inovação aponta que os processos de inovação também são construídos socialmente, deixando de ser vistos como resultados da ação individual do empresário. Assim, a proximidade geográfica acaba contribuindo para a criação de um ambiente mais favorável, assumindo modalidades de inovação propriamente territoriais. O modelo econômico territorial fundamenta-se, portanto, nas novas bases pós-riocardinas de especialização internacional, na ancoragem territorial e na dupla mecânica de concorrência das firmas e do território (PECQUEUR, 2006).¹⁰ A proximidade geográfica passa a ser mobilizada no apoio à competitividade, através da constituição de uma rede de relações entre os atores. Ou seja, um território que permite a ancoragem das empresas

¹⁰ Cada teoria de base possui suas particularidades nas explicações sobre a estruturação econômica no desenvolvimento: “a teoria dos pólos de crescimento (e agora dos clusters) enfoca os efeitos da aglomeração das cidades, a teoria do comércio internacional postula a especialização distintiva das regiões, a teoria da troca desigual tende a explicar as disparidades do desenvolvimento pelo modo de inserção na economia mundial, as teorias do desenvolvimento endógeno (local) postulam a capacidade dos atores locais para induzir as dinâmicas de desenvolvimento mais auto-suficientes, a teoria dos ambientes inovadores e dos SPL destacam as capacidades inovadoras das comunidades e seu papel na estruturação das economias regionais.” (JEAN, 2007, p.04, tradução minha).

e a ação coordenada para enfrentar de forma coletiva a concorrência externa, com outras empresas e territórios.

Inicialmente a articulação pós-fordista entre espaço e produção deu base ao conceito de desenvolvimento regional. Esse se alicerça na teoria dos pólos de crescimento enunciados por Fañçois Perroux nos anos 1950, atualmente renovado e conhecido a partir da noção de *cluster* (JEAN, 2007). Nesses pólos, o desenvolvimento se sustenta na noção de externalidades marshalliana, segundo a qual a proximidade das empresas cria um ambiente favorável às sinergias. Contudo, esse arcabouço teórico não evidenciava a necessidade da construção social de territórios, pois considerava o surgimento da ‘atmosfera favorável’ como um resultado passivo da aglomeração. Analisando esse referencial, Pecqueur (2006) aponta que os estudos sobre os *distritos industriais italianos* evidenciaram duas questões:

- a) a sua notável capacidade de adaptação e reação aos movimentos do mercado globalizado, alicerçado no duplo movimento de cooperação e competitividade que ocorre entre as Pequenas e Médias Empresas e Micro e Pequenas Empresas, realizando parcerias no mercado e concorrência com os seus clientes; e que
- b) a concentração de firmas e homens em um espaço concreto tenderia a ampliar as possibilidades de ocorrerem trocas perfeitas entre a comunidade local e as empresas.

Ao incorporar a noção de proximidade, os sistemas produtivos locais assumem dois tipos de coordenação dos atores, o mercado e a reciprocidade, constituindo dois sistemas de troca imbricados um no outro (COURLET, 2001 *apud* PECQUEUR, 2006). Assim, os atores passam a orientar suas decisões econômicas através da mediação entre: (a) a escolha de um agente que lhe permite a troca mais rentável no plano imediato (racionalidade de mercado); e (b) a possível escolha de um agente próximo em que, embora a troca seja menos favorável, o ato de *dar* a preferência no presente gera em quem *recebe* um suposto compromisso de lhe *retribuir* no futuro (don/contra-don, também traduzido como dádiva/contra-dádiva).

Dessa forma, ao introduzir a relação dom/contra-dom de tipo maussiano na coordenação dos atores econômicos, chegamos a uma antropologia de território mais complexa do que aquela do *homo economicus*, mas também mais útil, na busca da compreensão dos efeitos gerados por essa famosa ‘atmosfera industrial’ marshalliana, geradora de externalidades territoriais (PECQUEUR, 2006, p.86).

Ao incorporar o papel ativo dos territórios na economia, o Desenvolvimento Territorial (DT) diferencia-se do modelo fordista, pois considera que a produção social é que sustenta o desenvolvimento. Avança também o entendimento pós-fordista, ao questionar a espera passiva das externalidades marshallianas, atribuindo aos atores o papel de identificar e mobilizar os recursos específicos, promovendo diferenciais competitivos alicerçados no território (PECQUEUR, 2006). De tal modo, a organização social adquire capacidade de interferir na situação conjuntural de uma dada região com características socioculturais específicas. Entende-se que aqui há a possibilidade da mobilização social cumprir tanto o papel de disputa imediata das regras sobre a apropriação das riquezas no sistema capitalista, quanto estratégica, acumulando forças (*empoderando-se*) para construir um sistema que privilegie a liberdade e a igualdade, consideradas por Rousseau (1999) como indissociáveis.

Os estudos sobre a importância do papel ativo dos atores sociais a partir dos distritos industriais italianos também resultou na formulação do conceito de capital social. Para Putnam (1996), esse conceito pode ser entendido como a criação de um sentimento de confiança nas normas e sistemas de cooperação entre os indivíduos, alicerçando o desenvolvimento no coletivo. Esse sentimento tem origem na cooperação que auxilia o enfrentamento dos problemas individuais, sendo que cada resposta positiva do coletivo gera nos indivíduos um efeito de reforço na confiança, criando um círculo virtuoso de acúmulo de capital social. De tal modo, a cooperação gera uma sociedade civil vigorosa, adquirindo potencial de mudança e avanços nos mais variados temas. Contudo, como o desenvolvimento amplia as capacidades individuais para enfrentar alguns problemas, o autor destaca o aumento da necessidade de capital social para enfrentar o oportunismo, a trapaça e a transgressão, visto que esses comportamentos o destroem.

Além disso, o crescimento econômico, quase sempre associado à manutenção de sistemas produtivos degradantes, tem afetado as possibilidades das iniciativas respeitarem de forma mais contundente os limites socioambientais. A preocupação com a questão ambiental, cada vez mais discutida na sociedade em geral, tem refletido em um conjunto de críticas que apontam a necessidade de incorporar à teoria do Desenvolvimento Territorial (DT) os custos e prerrogativas ambientais. A ausência dessa preocupação na teoria do DT decorre, em grande parte, da sua origem ligada às análises sobre distritos industriais italianos e, portanto, com forte viés econômico. Assim sendo, a tentativa de síntese dessas duas construções teóricas (Desenvolvimento Territorial e Desenvolvi-

mento Sustentável) deu origem a um novo conceito, o de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Assumindo-o como referencial analítico, verifica-se que essa formulação oferece a possibilidade de lançar novos olhares sobre a dinâmica das comunidades pesqueiras.

Em primeiro plano, aponta para a debilidade ambiental das transformações promovidas durante a industrialização pesqueira, visto que os problemas na gestão dos recursos pesqueiros refletiram em sérios problemas socioeconômicos para a pesca artesanal. A isso se somam a degradação do ambiente aquático devido às externalidades negativas provenientes de outros setores (industrial, agropecuário, turismo etc.). No plano do seu funcionamento socioeconômico, as debilidades institucionais e as disputas de poder podem ser mais bem entendidas a partir do jogo de atores sociais. Na mesma direção, a confluência com a economia plural também auxilia nas análises sobre as relações sociais que, interconectadas ao funcionamento econômico, afetam seus resultados, a exemplo dos fortes vínculos que tornam o pescador dependente dos atravessadores quando acessa financiamento com o mesmo.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E O DIFÍCIL RESGATE DO ‘ECO’ NA ECONOMIA

No Brasil, a elaboração do conceito de *desenvolvimento territorial* tem deixando de lado a preocupação com o agravamento progressivo da crise socioambiental e as experiências orientadas pelo enfoque do *ecodesenvolvimento*. É na tentativa de síntese entre os dois conceitos que se lança a problemática do *desenvolvimento territorial sustentável* (VIEIRA; CAZELLA; CERDAN, 2006). Sua inovação consiste em buscar harmonizar ambiente, economia e sociedade – objetivo do desenvolvimento sustentável – através da construção social dos territórios, elemento central do desenvolvimento territorial. Assim, além de incorporar as relações sociais nas análises do funcionamento econômico, como propõe a economia plural, essa síntese reforça ainda a necessidade de incorporar as questões ambientais.

No entanto, elaborar um conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) não é tarefa fácil, talvez nem mesmo seja adequado, visto que as construções a respeito têm assumido um caráter fortemente normativo. Inicialmente, a noção de DTS exige a superação do olhar setorial (ex. restrito ao agrícola) e da oposição rural/urbano (SCHNEIDER, 2004). Ao propor o rompimento com a setorialidade, passa a incorporar a dinâmica horizontal na análise das cadeias produtivas e na formulação das políticas públicas (ABRAMOVAY, 2001, 2007). Além

disso, passa a pensar as ações de forma integrada, buscando estabelecer a governança entre os diferentes atores e políticas para contornar os embates e promover potencialidades.

O DTS representa ainda uma ruptura com a longa tradição de estudos em desenvolvimento regional e não possui um escopo de doutrinas ou teorias fortemente estáveis. O território não é visto somente como suporte físico do desenvolvimento, mas como uma produção social que sustenta o desenvolvimento das regiões. O *território construído* consiste em uma rede de relações e significados compartilhados pelos atores e tem como limite o tamanho dessa rede. Como consequência, o território deixa de ser o local, passando a ser construção social (PECQUEUR, 2005; JEAN, 2007). Esses *territórios construídos* são constatados a posteriori, podendo existir locais regidos por leis externas em que esse tipo de território não exista. Nesse último caso, somente existem os chamados *territórios dados*, a exemplo das regiões, municípios e distritos, funcionando como suportes físicos delimitados a priori e de forma institucional, nos quais os atores não estão organizados (PECQUEUR, 2005). É possível também existir diferentes *territórios construídos* sobre um mesmo *território dado*, bem como diferentes escalas territoriais.

Em termos práticos a abordagem territorial, ‘trazida’ do exterior por estudiosos a partir de meados da década de 1990 (SCHNEIDER, 2004), encontra-se em construção no Brasil. Porém, alguns elementos da realidade brasileira, como a fragilidade das instituições democráticas e a coexistência de comportamentos político-administrativos tradicionais e modernos (FREY, 2000), atacam o cerne da sua teoria, qual seja as possibilidades dos atores desempenharem seu papel ativo através da participação. Somam-se a isso a baixa disponibilidade de redes de serviços financeiros rurais, a inexistência de políticas de ordenamento fundiário e de pólos regionais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (CAZELLA, 2007) e a falta de planejamento estratégico e de integração entre as esferas de governo (BONNAL; MALUF, 2009).

Apesar dessas limitações, as contribuições teóricas não são boas por reduzirem os problemas, mas por permitirem direcionar novos olhares às análises. A força das novas teorias se alicerça justamente na capacidade de ver e orientar ações sobre o que antes era desconsiderado. A abordagem territorial mostra a importância da construção social dos territórios, podendo ser entendido ao mesmo tempo como meio e um fim do desenvolvimento. Além disso, a integração entre território e desenvolvimento passa a interessar diferentes disciplinas, constituindo em um novo paradigma científico, com perspectiva multidisciplinar e interdisci-

plinar. No entanto, mesmo com esse avanço analítico, as formulações sobre desenvolvimento territorial nem sempre incorporam o desenvolvimento sustentável (VIEIRA; CAZELLA; CERDAN, 2006; JEAN, 2007).

As questões ambientais já haviam ganhado evidência a partir da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (Conferência de Estocolmo), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972. Nesse evento, o debate foi marcado pela disputa entre os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo” e os preocupados com as questões ambientais. O amadurecimento das críticas ao “desenvolvimento a qualquer custo” resultou no conceito de *ecodesenvolvimento*, que defende a necessidade de incorporar os *custos socioambientais* às dinâmicas de crescimento econômico, constituindo-se uma crítica à civilização industrial e à *ideologia economicista* (SACHS, 1980; VIEIRA, 2006, 2009).

Diante da ausência de acordos entre essas duas correntes, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento deu segmento aos trabalhos, resultando na elaboração do relatório intitulado *Nosso futuro comum* (Relatório Brundtland) em 1987. Esse documento indicou o consumismo extremo dos países do norte e a pobreza persistente nos países do sul como as causas fundamentais da insustentabilidade do desenvolvimento e da crise ambiental. A necessidade de conciliar crescimento com a imposição de limites ambientais resultou na elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável como “*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*” (JEAN, 2007, p. 07, tradução minha).

Se, por um lado, o caráter abrangente do conceito permitiu uma maior aceitação, por outro, deu margem para justificar ‘mais do mesmo’. Ou seja, projetos e empresas que adotam uma ação pontual de caráter ambiental para afirmarem-se promotoras do Desenvolvimento Sustentável, enquanto continuam a degradar o meio e o ambiente quase tanto quanto antes. A dificuldade de avançar já estava patente quando da realização da Eco-92, no Rio de Janeiro. Buscando contornar esse problema foi elaborado o documento denominado Agenda 21, de caráter mais normativo, que aponta para a necessidade de articular as dimensões globais às locais. Assim, foram criados os Fóruns de Agenda 21 locais para implementar nas esferas locais as ações de dimensões globais. O objetivo era “pensar globalmente, agir localmente”, como afirmava o mote que ganhou força no referido evento.

Essa iniciativa abriu um espaço rico para a articulação entre o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento sustentável. Segundo Jean (2007), a ligação torna-se possível através da “ideia de articulação da pluralidade dos espaços de desenvolvimento, que permitem a um dado território atender a um estado de resiliência¹¹” (p.08, tradução minha). Para ser durável no tempo é necessária uma boa capacidade de adaptação dos sistemas socioeconômicos para resistir às inevitáveis perturbações. Mas o ponto fundamental dessa integração está no “reconhecimento das capacidades dos atores sociais que constroem quotidianamente os territórios onde se articulam uma pluralidade de lógicas de desenvolvimento” (p.07-08, tradução minha), alicerçando nos atores sociais a implementação local das ações ambientais globais.

2.3 ECONOMIA PLURAL

A ligação entre desenvolvimento sustentável e território tem buscado apoio no conceito de economia plural. Formulada como uma crítica à economia neoclássica, objetiva transcender as limitações das interpretações puramente mercantis e da racionalidade instrumental. Aponta para a necessidade de religar a economia às questões ecológicas e sociais, fatores extraeconômicos desconsiderados nas análises economicistas. Para tanto, incorpora contribuições da chamada economia social e solidária, segundo a qual o funcionamento econômico não pode ser explicado unicamente pelo recurso mercantil e princípio de mercado (Quadro 1). A esses, a análise econômica deve incorporar também o recurso não-mercantil, o princípio da redistribuição (ligados principalmente à ação do Estado), o recurso não-monetário e o princípio da reciprocidade (LÉVESQUE, 2009).

Nessa direção, Godbout e Caillé (1999) resgatam as formulações do antropólogo Marcel Mauss e do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) sobre a dádiva. Essa se constitui em um sistema social de relações pessoa-a-pessoa em que as trocas estabelecidas atuam a serviço dos vínculos sociais. Apontam que esses vínculos ocorrem de três formas: na esfera do mercado (facilidade do agente insatisfeito sair da relação social); na esfera do Estado (regida pela discussão e debate); e na esfera doméstica ou privada (princípio básico construído com base na lealdade). A manutenção da dádiva na sociedade

¹¹ Resiliência “designa a capacidade para retornar ao funcionamento e a um desenvolvimento normal após um estresse, uma perturbação, uma mudança importante. Mas a resiliência certamente tem uma ligação com a faculdade de adaptação que implica uma capacidade de ajuste, ou de reconversão e, certamente, uma capacidade de antecipação pró-ativa das evoluções” (JEAN, 2007, p.08, tradução minha).

moderna se estrutura na lealdade que sustenta o ciclo estruturado em três momentos, *dar, receber e retribuir*. Dessa forma destacam que a existência da reciprocidade (contra-dávica ou contra-dom) reforça os vínculos sociais, em oposição à suposta exclusividade das relações impessoais de mercado.

Quadro 1 – Pluralidade econômica de recursos e de princípios.

	Recurso mercantil e princípio do mercado	Recurso não-mercantil e princípio da redistribuição	Recurso não-mercantil e não-monetário e reciprocidade
Princípio de regulação	Concorrência	Coerção (solidariedade fria)	Cooperação (solidariedade de proximidade)
Escolha	<i>‘on choisit avec sés sous’</i>	Democracia representativa	Democracia participativa
Insatisfação	Exit*	Voice*	Loyalty*
Racionalidade	Instrumental	Instrumental	Axiológica (em valor)

Nota: * em inglês no original (quando insatisfeito, o agente, respectivamente: sai, debate ou mantém a lealdade).

Fonte: Adaptado de Polanyi e Hirschman por Lévesque (2009, p.110).

Ampliando a explicação dos fenômenos econômicos, a economia plural também agrega elementos da Nova Sociologia Econômica, que faz a crítica à atomização e a sub-socialização do *homo economicus*, apontando que a atividade econômica é constituída de toda a ação econômica (GRANOVETTER, 1985). Diferentemente da economia social e solidária, não se trata de incorporar elementos à análise do mercado, mas entender os próprios mercados como construções sociais. Nesse âmbito, o mercado só funciona adequadamente quando ancorado na estrutura social (*embeddedness*), em redes cujos laços fracos (de mercado) são tão importantes quanto os laços fortes (por ex. familiares), pois ambos permitem a articulação entre as redes e o fluxo de informações (GRANOVETTER, 1992).

A força dos laços está intimamente associada com a tomada de decisão. Nos laços fracos, o agente escolhe com quem irá realizar a transação econômica sem levar em consideração os atributos pessoais do outro indivíduo; ou seja, de forma impessoal. Tal condição favorece que a relação se desfaça sem ônus sociais aos mesmos, caso alguém se sinta prejudicado. Nos laços fortes, a transação é realizada entre indivíduos que se conhecem e mantém entre si relações de reciprocidade decorrentes da troca de favores, amizade, parentesco etc. Nesse caso,

mesmo que alguém se sinta prejudicado economicamente, o rompimento dessa relação afetaria as demais relações sociais e/ou a retribuição dos favores, forçando a lealdade (GRANOVETTER, 1992).¹²

Nas transações econômicas, o caráter impessoal do dinheiro acaba estimulando a formação dos laços fracos. É que o dinheiro conecta o indivíduo ao todo social de forma abstraída, facilitando a separação das relações econômicas entre si, bem como das demais questões que dão sentido à sua vida social. Nessa direção, exerce um efeito atomizador e individualizador por dentro da personalidade (humana), pois o indivíduo deixa de depender tanto das relações personalizadas com o grupo, como ocorria nas sociedades pré-monetárias. Ou seja, constitui-se em uma instituição que favorece a separação das transações de cunho econômico da personalidade integral do indivíduo, com impactos diretos sobre o funcionamento dos mercados (SIMMEL, 1998).¹³

A força dos laços acaba contribuindo na diferenciação dos mercados, que são instituições com normas de funcionamento socialmente construídas. Podem assumir formas mais competitivas (como entre 1830 e 1929), administrativas sob o binômio Estado-mercado (Trinta Gloriosos – 1945 a 1975) ou ainda incorporar a sociedade civil como um parceiro das decisões, estruturando o trinômio mercado-Estado-sociedade civil.¹⁴ Para Piore e Sabel (1984), a saturação da demanda por alguns produtos e serviços de massa favorece a especialização flexível, que permite a produção diversificada, a requalificação do trabalho e novas formas de cooperação, a exemplo dos *distritos industriais* italianos. Nesse âmbito, a estruturação dos mercados segundo o trinômio ‘mercado-Estado-sociedade civil’ abre espaço para o conceito de *sistema de inovação*, pois oferece à sociedade civil organizada a

¹² A partir dessa diferenciação torna-se possível analisar como a força dos laços interfere no funcionamento socioeconômico. Como exemplos, um dos problemas para a implementação das políticas públicas de crédito decorre da interferência dos laços muito fortes na definição dos beneficiários, limitando o acesso ao crédito de forma democrática. Já no caso das trocas de informações, os conhecimentos que circulam nos laços fortes tendem a se tornar redundantes (todos sabem), exigindo o acesso às novas informações por meio dos laços fracos.

¹³ Embora o dinheiro amplie a integração do indivíduo com a sociedade, quem recebe a moeda não necessita saber como o detentor a obteve. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de desconexão entre as transações econômicas. Todavia, essa desconexão não é uma consequência direta do uso do dinheiro, principalmente no âmbito local, pois as relações de proximidade favorecem o fluxo de informações e a troca de conhecimentos sobre as atividades econômicas praticadas pelos indivíduos. Ou seja, permite saber quais indivíduos são leais aos laços fortes, bem como ‘punir’ os desleais (perda de benefícios).

¹⁴ Não se trata de afirmar que, nos dois primeiros casos, o Estado e a Sociedade civil, por vezes, não estão presentes, mas de destacar que sua capacidade de intervenção nos rumos é muito restrita.

possibilidade de estruturar a economia do território a partir de arranjos produtivos e socioeconômicos inovadores e específicos (LÉVESQUE, 2009).

A economia passa a se alicerçar no território através da identificação e valorização dos recursos específicos, diferenciação dos produtos territoriais, criação de arranjos técnicos e socioeconômicos inovadores etc. Em síntese, resgata-se a possibilidade de incorporar elementos deixados de lado nas análises economicistas, como as relações sociais, culturais, recursos e inovações territoriais, que são partes da ação econômica como fato econômico total. Destaca-se, desse modo, a confluência entre a economia plural e a abordagem territorial, sendo que a estruturação do desenvolvimento se dá a partir da construção social dos atores, formando o chamado território construído que alicerça a economia territorial (PECQUEUR, 2005, 2006; JEAN, 2007; LÉVESQUE, 2009).

Analisando as comunidades periféricas com base na Nova Sociologia Econômica, Abramovay (2004) constatou que, embora as famílias pobres enfrentem dificuldades para acessar os serviços financeiros por meio de instituições oficiais, as mesmas possuem uma densa vida financeira. Tal condição é possível devido à existência de outros agentes financeiros que operam com recursos e princípios distintos do mercado, a exemplo da reciprocidade e da lealdade. Na ação desses agentes constatam-se condições distintas em termos de distribuição dos benefícios. Por um lado, existem muitos sistemas financeiros informais em que os ganhos desiguais contribuem para a manutenção da pobreza. Por outro, tem crescido o número de experiências microfinanceiras inovadoras, que se alicerçam na lealdade e na reciprocidade para apoiar a estruturação de mercados mais igualitários.

2.4 MICROFINANÇAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Pensar o desenvolvimento de determinadas regiões implica atentar para a necessidade de inclusão financeira de segmentos sociais empobrecidos e o aumento da participação das organizações territoriais na gestão dos sistemas financeiros. Isso porque as comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para dispor de serviços financeiros de qualidade. O quadro é ainda mais grave entre as famílias pobres, que muitas vezes não dispõem de qualquer possibilidade de acesso direto ao sistema financeiro oficial. Se, por um lado, as instituições financeiras oficiais apresentam limitações para contemplar esse público, por outro,

vários estudos apontam as microfinanças como um espaço profícuo para as inovações econômicas, contribuindo inclusive para a estruturação dos projetos de desenvolvimento territorial sustentável (YUNUS; JOLIS, 2000; TRIVELLI; ALVARADO, 2004; RAMÍREZ; CARO; VARGAS, 2006; ABRAMOVAY, 2008; NERI, 2008; CAZELLA; BÚRIGO, 2009).

Nessa direção, Yunus e Jolis (2000) demonstram que as famílias mais pobres de Bangladesh não eram atendidas pelo sistema financeiro por não disporem das garantias necessárias para acessar os serviços de crédito oficial. Com isso ficavam reféns dos que as exploravam através do sistema *dadán*, contribuindo para a manutenção da pobreza.

No sistema *dadán* os comerciantes adiantam empréstimos, por exemplo, para a colheita, devendo o financiado vender tudo o que colhe para o credor a um preço predeterminado que, obviamente, é inferior ao de mercado (p. 19).

A partir dessa constatação, nos anos 1970, o professor universitário Muhammad Yunus deu início à criação de um sistema de crédito voltado a atender esse público. Dispondo de escassos recursos materiais, a única garantia que os beneficiários podiam dispor para acessar essa nova fonte de financiamento era a de não desperdiçar a oportunidade de continuar utilizando-o, pois a inadimplência os obrigaria a retornar ao sistema *dadán*. Como resultado obteve-se elevada adimplência e a melhoria nas condições de vida das famílias beneficiárias.¹⁵ O sucesso da experiência resultou na criação do Banco *Grameen*¹⁶, instituição financeira com reconhecimento internacional no trabalho com microfinanças, o qual já contribuiu para que 10% da população pobre daquele país melhorasse suas condições de vida (YUNUS; JOLIS, 2000).

A partir do sucesso de experiências como essa, multiplicaram-se as iniciativas ligadas às microfinanças também na América Latina. As microfinanças se diferenciam do sistema financeiro tradicional a partir do momento em que elegem como público preferencial os pobres. A necessidade de atender um público diferenciado exige a adaptação de

¹⁵ Para o sucesso dessa iniciativa contribuíram ainda a prioridade dada às mulheres, a sua organização em grupos (ambiente de aprendizagem e de co-responsabilidade) e o pagamento semanal de parcelas com menor valor (YUNUS; JOLIS, 2000).

¹⁶ Em Bangladesh, os proprietários de terras se encontravam em melhores condições econômicas do que grande parte da população, o que lhes conferia maiores possibilidades de acessar os serviços financeiros nos bancos agrícolas existentes. Assim, para tentar evidenciar que a criação do novo banco não se destinava a atender somente os donos de terras, Yunus o denominou de Banco *Grameen*, que tem o significado de aldeia, ou seja, o nome do local onde viviam os deserdados (YUNUS; JOLIS, 2000).

todo o sistema financeiro, com reflexos no sistema de atendimento, nos critérios para a liberação de recursos, modalidades de serviços prestados, formas de pagamento etc.. A principal demanda inicial desse público normalmente é por crédito, mas é comum que, junto ao acesso ao microcrédito, esses também passem a poupar, pagar consórcios etc.. Contudo, como apontam Yunus e Jolis (2000), deve-se ter clareza que o crédito, por si só, não pode acabar com a situação de pobreza, pois é apenas um dos meios que pode ajudar a sair dela.

A análise das microfinanças ganha relevo no âmbito do desenvolvimento rural, visto que “os mercados financeiros rurais não funcionam eficientemente por definição, pois enfrentam riscos de preços e produção, informação imperfeita ou assimetrias e altos custos de transação” (TRIVELLI; ALVARADO, 2004, p.04, tradução minha). Embora muitas comunidades pesqueiras tenham se urbanizado – devido à pressão imobiliária sobre o litoral – e possuam um conjunto de particularidades em relação às atividades agrícolas, os pescadores artesanais enfrentam problemas semelhantes no acesso aos serviços financeiros.¹⁷ Diante desse quadro têm-se desenvolvido iniciativas buscando enfrentá-las a favor do desenvolvimento dos mercados financeiros que apoiem as atividades e a melhoria do bem-estar das populações periféricas.

Nesse campo existe consenso sobre a necessidade de três conjuntos de ações: (a) criação de um entorno de políticas favoráveis; (b) ampliação da capacidade financeira com a constituição de instituições financeiras sólidas e sustentáveis; e (c) a promoção de serviços financeiros e inovações para melhorar o atendimento, seguros, garantias e formas de pagamento. Como conjunto complementar entraria as ações voltadas a contornar os problemas que geram as ineficiências antes mesmo que eles afetem o sistema financeiro, a exemplo do seguro, a melhoria nos sistemas de troca de informações, assistência técnica para orientar os investimentos, regulamentação legal etc. (TRIVELLI; ALVARADO, 2004).

Buscando a aplicação prática, constituiu-se uma ampla diversidade de sistemas financeiros voltados aos setores pobres da América Latina, a maioria em zonas rurais.

Contudo, qualquer que seja o sistema, é conhecido que as populações rurais pobres da região enfrentam sérias restrições de acesso a sistemas financeiros que lhes

¹⁷ A concentração de experiências de microfinanças junto aos agricultores familiares permitiu um relativo acúmulo sobre o tema, o qual foi mobilizado para auxiliar nos estudos junto aos pescadores artesanais.

permitam acessar crédito, sistemas de poupança, seguros etc. (RAMÍREZ; CARO; VARGAS, 2006, p.04, tradução minha).

Assim, há ainda muito a avançar no uso desses artifícios para melhorar a renda e reduzir a pobreza. Nessa direção, Trivelli e Alvarado (2004) analisaram as contribuições e vícios de dezesseis iniciativas de finanças rurais ligadas ao Fidamerica¹⁸, as quais objetivam melhorar os serviços financeiros para as populações de áreas rurais pobres.

Com base na classificação tipológica dessas experiências efetuadas pelos autores é possível apontar a existência de organizações financeiras baseadas (a) na autogestão: de menor escala, dando ênfase à aprendizagem e voltadas a atender as populações que não tinham acesso ou que enfrentavam altos custos de transação; (b) em fundos de capitalização: que além da autogestão buscam fontes de capitalização externas para operacionalizar maiores volumes; e (c) na integração ao sistema financeiro: onde a integração vertical com organizações maiores permite operacionalizar mais recursos e serviços e se relacionar com o sistema financeiro. De forma genérica, os resultados foram divididos em dois grupos, o primeiro com temas contemplados pelas experiências e o segundo de temas ausentes, porém considerados chaves para o desenvolvimento das finanças rurais.

No primeiro, verifica-se que essas iniciativas *contemplam* (a) o entendimento de que as finanças rurais devem ir além do crédito, incorporando principalmente a poupança; (b) o crédito tem sido usado como atrativo inicial de clientes que também passam a poupar; (c) deve-se definir uma escala adequada de viabilidade, visto que as muito pequenas possuem elevados custos de transação e dificuldades para atender alguns clientes e as muito grandes ampliam os riscos e perdem o controle; (d) a pequena escala aproveita a economia de proximidade para valorizar o conhecimento sobre os clientes e a sua supervisão coletiva; (e) têm-se ampliado os serviços financeiros para além do caráter setorial, o que permite diminuir os riscos ligados às atividades agrícolas; (f) há preocupação com a sustentabilidade financeira da instituição e dos grupos sociais com quem trabalham; (g) a presença de subsídios externos e aportes dos próprios envolvidos têm sido destinados à formação de líderes, capacitação financeira, capitalização

¹⁸ Fidamerica é uma rede criada com o objetivo de facilitar os processos de aprendizagem, gestão do conhecimento e comunicação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como de seus projetos centrados nas inovações e nas estratégicas, conteúdos, métodos e instrumentos para o desenvolvimento rural na América Latina e Caribe.

inicial, etc.; (h) a organização dos serviços financeiros se dá a partir de diagnósticos participativos, contrariando a lógica tradicional na qual essa é pensada de fora; (i) a capacidade de adaptação à heterogeneidade e às especificidades devem ser consideradas para a replicabilidade; (j) a integração vertical com o sistema financeiro abre possibilidades para ampliar o volume de recursos;¹⁹ e (k) a formação do capital humano que atua nestas organizações tem importância central para seu sucesso (TRIVELLI; ALVARADO, 2004).

No segundo grupo, essas ações deparam-se com a *ausência de* (a) sistematização das informações, ficando estas restritas à experiência dos operadores; (b) recursos para viabilizar o crédito de investimento de longo prazo; (c) outros meios para analisar as dinâmicas locais e suas estratégias de vida, para criar serviços financeiros favoráveis; (d) diversificação dos riscos para diminuir a vulnerabilidade frente ao setor agrícola; (e) integração horizontal para aumentar a segurança e a aprendizagem;²⁰ (f) clareza dos impactos na vida das pessoas, necessários para angariar recursos e orientar os esforços, a exemplo das relações de gênero, já que o fato das mulheres acessarem recursos não implica mudança nas relações de poder; (g) formalização institucional, devendo ser analisada dentro do marco regulatório de cada país, pois pode trazer custos e limitações principalmente aos empreendimentos de pequena escala; e (h) um referencial sobre o que é o sistema financeiro rural para ter viabilidade e atender as demandas que lhes são colocadas (TRIVELLI; ALVARADO, 2004).

As análises dessas experiências apontam para o quadro complexo que se coloca às iniciativas de microfinanças. No Brasil, as experiências mais relevantes referem-se às cooperativas de crédito solidárias, ligadas à Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol), e ao Crediamigo, ligado ao Banco do Nordeste (BN). O cooperativismo de crédito solidário e o Crediamigo apresentam inovações especialmente na formação dos arranjos insti-

¹⁹ Um sistema de finanças que atenda ao meio rural e que não busque integrar-se (horizontal ou verticalmente) com o sistema financeiro está condenado ao fracasso a menos que tenha um forte componente de participação do setor público e/ou que o país se caracterize por ter um Estado sólido, forte e com grande presença. Esta última, salvo em dois ou três países da região, põem em questão a viabilidade desses esquemas (TRIVELLI; ALVARADO, 2004, p.29, tradução minha).

²⁰ As práticas de integração horizontal são instrumentos que permitem consolidar sistemas, desenvolver e difundir inovações e tecnologias financeiras, compartilhar e diversificar riscos, fomentar o desenvolvimento de sistemas de intercâmbio de informação sobre os clientes, sobre legislação e regulação, sobre oportunidades etc. (TRIVELLI; ALVARADO, 2004, p.26, tradução minha)

tucionais e nos mecanismos de governança, as quais lhes permitiram melhor atender ao público beneficiário.

Essas duas iniciativas, além de consolidadas – pois romperam os limites dos chamados projetos pilotos –, apresentam um conjunto de inovações, especialmente na formação de seus arranjos institucionais e nos mecanismos de governança. Tais avanços refletem-se no grande número de beneficiados diretos, volume de recursos financeiros mobilizados, interface com políticas públicas, consistência institucional, área de abrangência e, não menos importante, predisposição de seus gestores para adoção dos preceitos do DTS (CAZELLA; BÚRIGO, 2009, p.302).

As cooperativas de crédito solidário já haviam cumprido um papel central para o sucesso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar junto aos agricultores familiares. Ao valorizar as relações de proximidade, constituíram-se em um caminho alternativo aos bancos para os agricultores do sul do Brasil acessarem essa política pública de crédito, melhorando a qualidade dos serviços financeiros rurais (BÚRIGO, 2007). Ao prestar serviços financeiros aos pequenos empreendimentos com concepções comuns, as cooperativas também podem assumir um papel integrador. Nessa direção, embora enfrentem algumas limitações iniciais, o apoio aos projetos pilotos orientados pela concepção do desenvolvimento territorial sustentável pode permitir ampliar sua escala, ampliando também seus impactos (CAZELLA; BÚRIGO, 2009).

Já o Crediamigo tem como característica operacional a prestação dos serviços financeiros através da terceirização, com agentes de crédito locais. Desta forma, busca valorizar as chamadas relações de proximidade, as quais permitem atender melhor às demandas dos assistidos. Ao vincular a remuneração desses operadores com os resultados e à adimplência, aumenta o controle e a segurança do seu funcionamento (ABRAMOVAY, 2008; NERI, 2008). Essa experiência orientou a implantação do Agroamigo²¹ – extensão do Crediamigo para o campo – voltada a contornar os elevados índices de inadimplência do Pronaf B, pois muitos agricultores estavam seguindo o discurso das lideranças políticas, segundo os quais o Pronaf é um dinheiro do governo e que,

²¹ A extensão do Crediamigo para o campo tem se dado através do Agroamigo. Este é uma nova metodologia de aplicação do Pronaf Grupo “B” que vem sendo realizada pelo Banco do Nordeste.

como os grandes produtores agrícolas não pagam, não teria porque os pequenos pagarem (ABRAMOVAY, 2008).

Se entre os agricultores verificam-se deficiências no processo de constituição das finanças rurais, esse quadro se agrava quando estudamos a pesca artesanal. Aos problemas já verificados junto aos agricultores pode-se apontar a fluidez dos recursos pesqueiros, a dificuldade de criar um seguro para anos de baixa produção, o possível reforço na sobrepesca decorrente dos novos investimentos (mais barcos e/ou redes), a ausência de instituições financeiras alternativas protagonizadas pelos pescadores artesanais, o caráter recente das políticas de crédito para essa categoria e a carência de estudos sobre sua dimensão socioeconômica.

Além disso, o sistema financeiro precisa superar o caráter setorial para contemplar a forte presença da pluriatividade, resultado da incorporação de outras atividades profissionais às estratégias de reprodução social das famílias pescadoras com vistas a compensar a queda na renda da pesca. Essa também representa uma importante potencialidade a ser explorada pelos sistemas financeiros, permitindo diversificar os riscos, já que a pesca é uma atividade muito vulnerável às oscilações naturais (TRIVELLI; ALVARADO, 2004). Verifica-se assim que o financiamento estabelece relações com uma ampla diversidade de temas, exigindo que a análise não fique restrita a uma avaliação economicista. Outrossim, entende-se que os referenciais analíticos do desenvolvimento territorial sustentável e da economia plural auxiliam nessa tarefa, pois buscam justamente realizar a conexão entre os distintos elementos que interagem no processo de desenvolvimento social.

3 UM PROJETO DE ‘DESENVOLVIMENTO’ PARA O SETOR PESQUEIRO E SEUS LIMITES

O presente capítulo objetivou analisar as transformações da pesca artesanal no quadro nacional, realizando algumas associações com o estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba. Em decorrência dos fatores externos ao local terem assumido papel central nas mudanças, a ênfase recai sobre as políticas públicas que impulsionaram a modernização pesqueira, com destaque para os incentivos fiscais e o crédito subsidiado. Demonstra-se que essas assumiram um forte recorte social e desconsideraram os limites ambientais, impactando fortemente a pesca artesanal. Na sequência, busca-se discutir as limitações organizativas das Colônias de Pescadores e algumas implicações sobre sua capacidade de representar politicamente a categoria. Ao final, é apresentado o novo marco legal adotado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura para a diferenciação entre pesca artesanal e industrial, medida indispensável para se adequar às transformações do setor pesqueiro.

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO SETOR PESQUEIRO E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A prática da pesca de subsistência era empregada pelos indígenas que habitavam as praias do Brasil muito antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus. Embora utilizassem instrumentos rudimentares, a atividade tinha grande importância no cotidiano familiar e representava uma importante fonte de alimento para esses povos. A partir daí, as relações estabelecidas com diferentes condições naturais se somaram às trocas de conhecimentos com os europeus e, posteriormente, com os escravos africanos e migrantes, dando origem a várias culturas litorâneas ligadas à pesca. Entre essas, Diegues (1999) destaca:

a do jangadeiro, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do caiçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira (p.362).

Entretanto, as relações sociais, econômicas e culturais dos povos que interagiram na sua formação explicam parcialmente a heterogeneidade existente no interior das comunidades pesqueiras. Somam-se ainda diferenciações das comunidades pesqueiras associadas aos condicionantes impostos pelas características do meio. A relação homem e

natureza, mediada principalmente pelo trabalho, consiste em um processo dialético em que a natureza impõe condicionantes ao desenvolvimento da sociedade e essa, por sua vez, também transforma a natureza (EAGLETON, 2005). Essas interações também geram mudanças que afetam as relações de poder estabelecidas e as novas técnicas de exploração, resultando em um ciclo contínuo de transformações sociais que se retroalimentam. Consequentemente, o próprio entendimento do que é a pesca artesanal varia no tempo, exigindo uma análise sociológica de ‘longo prazo’ capaz de considerar suas transformações (ELIAS, 2006).

A interação homem-natureza estimula o ato reflexivo, realizado a partir da cultura estabelecida e dos conhecimentos existentes, os quais são constantemente transformados e ressignificados (EAGLETON, 2005). Na pesca artesanal, essa relação com a natureza pouco transformada é intensa, existindo dificuldades para estabelecer o controle antrópico sobre os recursos, como a fluidez dos recursos pesqueiros. Isso exige adaptações dos pescadores às diferenças do meio, condição que explica parcialmente as diferenças sociotécnicas e culturais entre as distintas comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1999). Essas comunidades apresentam variações temporais relacionadas às inovações locais e às diferentes possibilidades de transformação antrópica da própria natureza, o que intensifica as diferenciações. Outro elemento central desse processo são os aportes tecnológicos e estruturais exógenos ao local, no qual se destaca o processo de industrialização pesqueira promovido pelo Estado.

Nas primeiras décadas do Século XX, o uso de barcos com grandes redes de cerco (chamada traina) permitiu à pesca de sardinha assumir uma escala comercial em algumas regiões e originar as primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) no Rio de Janeiro e em Santos. Por sua vez, as indústrias pesqueiras surgidas nas décadas de 1920-1930 no Rio Grande do Sul processavam principalmente a merluza. Após essa fase, a industrialização pesqueira passaria por um período de crescimento mais vigoroso no final dos anos 1960, quando entraram em cena projetos de modernização promovidos pelos Governos Militares (DIEGUES, 1999).

Com diferenças temporais e de intensidade, durante o Século XX, as ‘sociedades marítimas’²² também aprofundaram sua integração com o

²² Entre as principais características responsáveis pela diversidade das sociedades marítimas estão a valorização positiva ou negativa do mar, o modo de organização econômica e social, o lugar reservado às atividades pesqueiras na economia, o modo de integração das comunidades litorâneas na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar (DIEGUES, 1999, p.370).

restante do mundo (e com os mercados), contribuindo para as alterações técnicas, culturais e socioeconômicas. Atuando em nome da integração nacional e do ‘progresso’, o Estado se constituiu no principal motor desse processo, promovendo aprimoramentos nos meios de comunicação e na infraestrutura de transporte, bem como estimulando a urbanização e industrialização do país. Foi também via o Estado que ocorreram as principais medidas que culminaram na modernização das atividades agropecuárias e pesqueiras brasileiras, ocorridas na segunda metade desse século.

O Governo Militar que tomou o poder em 1964 desejava que a pesca e a agricultura cumprissem papéis semelhantes: atender a demanda urbana por alimentos a baixo custo;²³ gerar divisas com as exportações; e torna-las espaço lucrativo para os investimentos de capital. Para acelerar esse modelo de modernização o Estado destinou recursos públicos, operacionalizados por meio de incentivos fiscais e de crédito subsidiado. Essas políticas se concentraram nos estados do Centro-Sul e, tanto na agricultura como na pesca, assumiram um caráter seletivo em termos sociais, embora tenham conseguido gerar aumentos da produção destinada ao mercado interno e, principalmente, para a exportação.

Assim, a partir de 1967 ocorreu grande impulso à industrialização pesqueira, tanto de captura como de beneficiamento. Essa mudança ocorre com a promulgação do Decreto-lei 221/1967, que incluiu a pesca entre as atividades ligadas ao desenvolvimento do país. Por um lado, definiu a ‘indústria da pesca’ como ‘indústria de base’, permitindo o acesso aos incentivos fiscais. Por outro, considerou as operações de captura e beneficiamento de pescado como atividades agropecuárias, propiciando o acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Embora os recursos liberados pelo SNCR fossem inicialmente bem menores que os provenientes das isenções tributárias, Abdallah e Sumaila (2007) verificaram uma relação de complementaridade entre as duas iniciativas, apontando-as como as principais responsáveis pelo aumento da produção no Sistema Agroalimentar Pesqueiro. Enquanto as isenções estimulavam os investimentos, ao diminuir os custos de instalação das indústrias e dos equipamentos de pesca, o crédito oficial auxiliava no custeio, investimento e comercialização.²⁴

²³ A oferta de alimentos a baixo custo era uma pré-condição para se aumentar a população urbana, garantindo a presença da mão-de-obra necessária para o crescimento dos setores secundário e terciário do país.

²⁴ O crédito custeio era utilizado na aquisição dos itens necessários à pesca (como redes, pequenos reparos, alimentos e gelo), criando condições para a captura e a conservação do pescado a bordo das embarcações. O crédito de investimento era usado principalmente para a

Segundo Giulietti e Assumpção (1995, p.97), os chamados ‘incentivos fiscais da pesca’ eram os seguintes:

- (a) isenção para as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, do Imposto de Renda em relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela [Superintendência do Desenvolvimento da Pesca] (Sudepe);
- (b) isenção de impostos e taxas federais de qualquer natureza sobre produtos de pesca industrializados ou não;
- (c) isenção do Imposto de Importação, do Imposto de Produtos Industrializados (IPI), de taxas aduaneiras e impostos de qualquer natureza sobre embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e acessórios para captura, comercialização, industrialização e transporte de pescado, desde que importados de acordo com projetos aprovados pela Sudepe;
- (d) permissão a todas as pessoas jurídicas registradas no País de deduzirem do Imposto de Renda até o máximo de 25% do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras liberados pela Sudepe;
- e (e) isenção do Imposto de Produtos Industrializados sobre redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou científica.

Esses incentivos constituíram-se na principal via de liberação dos recursos para a industrialização pesqueira, embora estudos apontem graves problemas na sua aplicação. Entre esses merecem destaque a aprovação de investimentos vultuosos em ausência de uma política estruturada sobre normas técnicas e econômicas – de investimentos, análise, acompanhamento e controle (GIULIETTI; ASSUMPCÃO, 1995); o desvio de recursos para investimentos fora da pesca, a falta da contrapartida – exigida no valor mínimo de um terço do montante dos recursos oriundos dos incentivos fiscais (ABDALLAH; BACHA, 1999); a carência de pesquisas e de tecnologias apropriadas, fiscalização ineficiente, falta de trabalho qualificado e desvio de recursos para empresas que não as vinculadas aos projetos (ABDALLAH; SUMAILA, 2007).

Para obter melhores resultados, em 1974, o Governo reorganizou a sistemática de acesso aos incentivos com vistas a diminuir os custos excessivos com a captação e os atrasos na execução dos projetos. Além disso, após 1975, a Sudepe priorizou o saneamento financeiro das empresas beneficiadas com incentivos fiscais. Contudo, essas medidas não foram suficientes para manter a forte expansão da produção

aquisição de barcos e o crédito de comercialização para facilitar as operações de venda do pescado (ABDALLAH; SUMAILA, 2007, p.446, tradução minha).

nacional, fazendo com que os incentivos fiscais perdessem espaço e recursos: dados sobre o volume de incentivos oferecidos por essa política tributária indicam que 78% dos valores foram empregados entre 1967 e 1974, sendo os 22% restantes aplicados entre 1975 e 1986 (ABDALLAH; BACHA, 1999; ABDALLAH; SUMAILA, 2007).²⁵

Esses problemas se combinaram àqueles decorrentes do aumento do preço do petróleo e às dificuldades que envolvem a comercialização do pescado no mercado internacional. Com isso, a pesca enfrentou perspectivas negativas que desencorajando os investimentos na segunda metade da década de 1970. Após um período de oscilações, um novo impulso na produção nacional ocorreu entre 1983-1985, quando a crise econômica internacional forçou o Estado a reduzir a pauta de importações, inclusive de pescado, ampliando a demanda interna (GIULIETTI; ASSUMPCÃO, 1995; ABDALLAH; BACHA, 1999; ABDALLAH; SUMAILA, 2007). Nesse novo período de expansão, o montante de recursos do crédito rural já havia ultrapassado o de incentivos fiscais, tornando-se a principal política de incentivo governamental para a pesca (Figura 2).

Com base no exposto, os resultados da industrialização pesqueira podem ser divididos em dois campos. Por um lado, os incentivos fiscais e o crédito rural apoiaram a instalação de parque industrial de qualidade para o beneficiamento do pescado, o qual permitiu à frota nacional ocupar novas áreas e aumentar a produção entre 1968-74. Por outro, Giulietti e Assumpção (1995, p.98) afirmam que:

os objetivos alcançados foram distintos dos inicialmente previstos, como o super-dimensionamento da frota especializada na captura de determinadas espécies, como o caso da pesca do camarão rosa, em que os estoques desse crustáceo foram quase que dizimados nas Regiões Sudeste e Sul, com aumento na produção com vistas ao mercado externo. Houve, também, super-dimensionamento na infraestrutura de terra, com instalação de plantas industriais, cuja capacidade de produção ultrapassava em muito o abastecimento de matérias-primas, caso da indústria sardinheira.

²⁵ Contudo, cabe destacar outra causa que contribuiu para a concentração dos recursos no período inicial. As deduções tributárias para investimentos na atividade pesqueira definidos pelo Decreto-lei 221/1967 deveriam durar somente até 1972. Foi a pressão das indústrias pesqueiras de processamento e captura, principais beneficiárias dessa política, que geraram sucessivas prorrogações, estendendo os incentivos até 1986, quando foram 'extintos'. Nesse momento, o esforço de captura de várias espécies também já havia ultrapassado a capacidade de suporte dos ecossistemas.

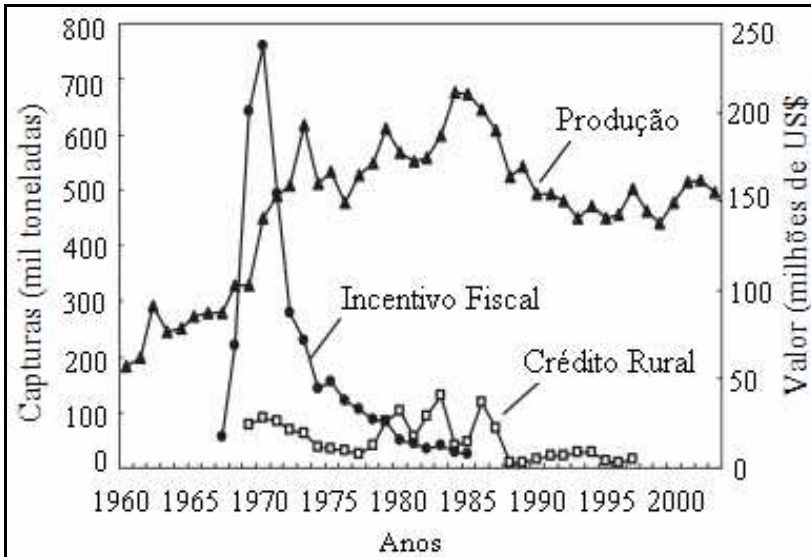


Figura 2 – Produção da pesca marítima no Brasil (1960-2002) e o montante de incentivos fiscais (1967-1986) e de crédito rural (1969-1997) liberados para a atividade pesqueira no Brasil.

Fonte: Adaptado a partir de Abdallah e Sumaila (2007, p.445).

Assim, após registrar a expansão das capturas entre 1967-1974, a segunda metade da década de 1970 foi marcada pelas oscilações da produção e ausência de crescimento. Quando o aumento da produção do início dos anos 1980 apontava para um novo ciclo de expansão, os limites produtivos dos estoques ocasionaram a forte queda das capturas e a grave crise na atividade pesqueira. Agravando a situação, junto à sobrepesca dos bancos de camarão e de várias espécies de peixes, a recessão econômica limitou o aporte dos recursos financeiros acessados pelas empresas (DIEGUES, 1999). Como as regiões Sul e Sudeste foram as que mais concentraram os investimentos também foram as mais afetadas, com o fechamento de diversas indústrias. Além disso, parte das embarcações de grande porte transferiu seu esforço de captura às espécies ligadas a pesca artesanal, aumentando a fragilidade econômica dessa categoria.

3.1.1 Os efeitos da sobrepesca

O plano de industrialização do Governo Militar reforçou o papel tradicional do setor primário, qual seja oferecer produtos por preços suficientemente baixos para atender à demanda urbana e às exportações.

Contudo, a falta de planejamento em questões ligadas à atividade, associada a uma visão depredatória da natureza, que não reconhece os seus limites, prejudicaram os resultados da iniciativa. Como os investimentos se concentraram no aumento das capturas, com poucos recursos e estudos para o correto dimensionamento da capacidade dos ecossistemas, em várias espécies, sobretudo as exportáveis, o esforço de captura ultrapassou a capacidade de resiliência dos recursos. Ou seja, um nível de exploração superior à capacidade de reprodução (sobrepesca).

No litoral Centro-Sul, onde se concentraram os incentivos fiscais e os recursos do SNCR, a sobrepesca atingiu um conjunto maior de espécies, com maior intensidade sobre os crustáceos destinados à exportação, refletindo negativamente sobre a produção total (industrial e artesanal). Por um lado, a modernização da pesca artesanal do Norte e Nordeste – durante a década de 1990 – propiciou a ampliação das Capturas, compensando a queda na produção dessa categoria no Sul e Sudeste.²⁶ Por outro, a queda nas capturas industriais atingiu as regiões Sudeste, Sul e Nordeste, não sendo compensada pelo pequeno aumento das capturas industriais no Norte. Assim, embora capturando um volume pouco maior que em 1980, a pesca artesanal recuperou a partir de 2002 a posição de principal responsável pelas capturas do pescado no Brasil (Tabela 4).

Para a região Sul, os dados de 1980 e 2002 permitem verificar a clara redução das capturas na pesca artesanal. Já na região Sudeste, embora as capturas artesanais em 2002 tenham sido maiores que as de 1980 e representem maior percentual relativo, Vasconcelos, Diegues e Sales (2007) demonstram que essas chegaram a quase cem mil toneladas em meados da década de 1980, quando ocorreu forte queda (dois terços da produção). Assim, esses autores destacam que a pesca artesanal vem perdendo espaço nas regiões Sudeste e Sul e mantendo ou aumentando a sua participação nas regiões Norte e Nordeste. Com isso apontam para a necessidade de diferentes estratégias de desenvolvimento e manejo nessas regiões.²⁷

²⁶ Contudo, segundo Vasconcelos, Diegues e Sales (2007), esse aumento da produção artesanal associado às capturas industriais tem dado sinais de sobre-exploração de algumas espécies também nas regiões Norte e Nordeste.

²⁷ Na dinâmica marítima do litoral catarinense estão presentes as correntes Brasil e Malvinas. A primeira ocorre predominantemente no verão, formada pela bifurcação da corrente Sul Equatorial na altura de João Pessoa/Paraíba, com águas de alta temperatura e salinidade e baixa disponibilidade de nutrientes. Associados à dificuldade dos nutrientes alcançarem a zona eutrófica devido a alta profundidade termoclina, essa contribui para a redução da produtividade pesqueira. Já a segunda ocorre predominantemente no inverno, com águas frias, de baixa salinidade e ricas em nutrientes. A essa se soma o fenômeno de ressurgência na região do Cabo de

Tabela 4 – Produção pesqueira absoluta (t) e relativa (%) das categorias artesanal e industrial nas escalas nacional e regional para os anos de 1980 e 2002.

Região	Ano	Pesca industrial		Pesca artesanal	
		toneladas	%	toneladas	%
Norte	1980	19.424	18,0	88.427	82,0
	2002	27.315	16,7	136.588	83,3
Nordeste	1980	20.182	29,6	48.014	70,4
	2002	13.269	12,0	97.240	88,0
Sudeste	1980	202.150	87,2	(*) 29.734	12,8
	2002	63.887	65,7	(*) 33.401	34,3
Sul	1980	163.728	74,1	57.334	25,9
	2002	149.603	91,4	14.101	8,6
Total	1980	405.484	65,4	223.509	35,5
	2002	254.074	47,5	281.329	52,5

Fonte: IBGE e Ibama; adaptados por Vasconcelos, Diegues e Sales (2007, p.19).

Nota: * Na região Sudeste, a pesca artesanal continuou a expandir a produção até 1986, chegando a quase cem mil toneladas antes de enfrentar os problemas da sobrepesca e a consequente queda na produção.

3.1.2 O crédito para a pesca

A industrialização pesqueira contou com a mesma fonte de recursos creditícios subsidiados utilizados pela ‘modernização conservadora’ da agricultura: o SNCR. Contudo, na pesca, o montante de recursos liberados pelo crédito rural foi inferior ao dos incentivos fiscais até 1979, quando passou a ser a principal fonte (Figura 2). Contribuindo com essa inversão, o aumento do crédito destinava-se a expandir a produção com vistas a influenciar a balança comercial, pois a crise econômica internacional havia afetado as contas externas brasileiras. Porém, os impactos internos da crise econômica afetaram também a capacidade de financiamento do Estado, resultando nas oscilações do volume de recursos liberados durante a primeira metade da década de 1980. Por sua vez, a queda ocorrida a partir de 1986 tem maior

Santa Marta e ocasionalmente em outros locais, que consiste na ascensão de águas profundas, mais frias e ricas em nutrientes, ocorrendo no litoral sul catarinense predominantemente no verão. Assim, a influência da corrente das Malvinas e do fenômeno da ressurgência contribui para a elevação da produtividade do pescado nas regiões Sudeste e Sul do país (DIAS-NETO, 2003 *apud* MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007). A esse fenômeno pode se somar ainda a presença de espécies migratórias vindas do Sul durante o inverno, as quais fogem do frio e buscam local para reprodução, como o caso da tainha. Contudo, enquanto as regiões Sul e Sudeste possuem maiores produtividades, no Norte e Nordeste as espécies são menos migratórias, há maior diversidade de espécies e menor biomassa.

associação com os impactos da sobrepesca. Isso porque a queda nas capturas ampliou a capacidade ociosa dos barcos e das indústrias de beneficiamento, inviabilizando novos investimentos.

A limitação das capturas em meio à capacidade ociosa também refletiu na composição do crédito. Se entre os anos 1970 e 1980, os investimentos passaram de 29,0% para 45,10%, na década de 1990 eles voltaram a representar apenas 23,8% do total do crédito. Nota-se também uma variação nos recursos para a comercialização, que passaram dos 35,63% empregados em 1970, para 11,16% em 1980 e 7,08% em 1990. Já a modalidade custeio aumentou sua participação relativa no volume dos recursos dos 25,38%, para 43,74% e 69,12%, respectivamente. Todavia, em virtude da queda dos recursos globais a partir de 1986, é provável que – mesmo com o aumento relativo – se constate queda no montante absoluto também nessa modalidade de crédito (ABDALLAH; SUMAILA, 2007). Cabe destacar que, embora esse trabalho tenha sido publicado em 2007, a análise não contempla a década de 2000, quando começa a ser operacionalizado o Pronaf Pesca (2003) para os pescadores artesanais e o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) para a pesca industrial (2004).

Como já destacado, os recursos do crédito rural também assumiram um forte recorte social, excluindo a quase totalidade dos pescadores artesanais do público beneficiário, mesmo entre as políticas públicas de crédito exclusivas para essa categoria. Em 1974, a Sudepe lançou o Programa de Assistência Técnica ao Pescador Artesanal (Pescart), o qual disponibilizava linhas de crédito aos pescadores artesanais vinculados à atuação das associações de crédito e assistência pesqueira dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, posteriormente estendido para outras regiões do país (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007). No entanto, segundo esses autores:

(...) salvo raras exceções, a postura extensionista, baseada no assistencialismo, a parca eficácia organizacional de grande parte das entidades da classe pescadora, a falta de critérios para a liberação de financiamento e para o controle de sua aplicação, assim como os consequentes desvios de verbas fizeram com que o Pescart apresentasse resultados modestos para o setor pesqueiro artesanal, beneficiando, de forma mais recorrente, a grupos e indivíduos pouco ligados a esse setor (p.65-66).

Já na década de 1980, ligado ao Programa de Desenvolvimento da Pesca, foi criado o Programa de Financiamento à Pesca (Propesca)

com recursos provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) e do Governo Brasileiro. Apesar das novas distorções, beneficiou alguns pescadores com a aquisição e reforma dos meios de produção (RAMOS, 2001). Contudo, na época, os preços dos equipamentos (fio de náilon para redes, isopor, cordas plásticas e os anzóis) aumentaram na ordem de 1000%, por serem derivados do petróleo e/ou não contarem com nenhum controle do governo. No Pará, isso contribuiu para a elevada inadimplência entre os beneficiários, como se verifica no trecho da carta da Federação dos Pescadores do Estado do Pará ao Governador daquele estado, em 13.03.86:

A inadimplência na liquidação dos financiamentos da pesca artesanal é uma prova patente do empobrecimento dessa categoria profissional. Os órgãos responsáveis por esses financiamentos não passaram da posição simplista de somente exigirem a liquidação dos financiamentos, sem procurarem as causas. Tal procedimento deveria ter sido feito, uma vez que a inadimplência foi generalizada e a liquidação normal foi uma exceção, sendo que alguns venderam suas próprias casas de morada para liquidação dos financiamentos, face à pressão que sofreram. O elevado índice de inadimplência fez com que os bancos não fizessem mais aplicações na pesca artesanal, passando a aplicar os recursos para a atividade rural, na pecuária e agricultura (MANESCHY, 1995 *apud* RAMOS, 2001, p.56).

Entre os pescadores artesanais entrevistados em Garopaba e Imbituba, dois deles acessaram programas de crédito subsidiados na década de 1980. Um utilizou os recursos para a construção de uma fábrica de gelo, depois desativada (Pescador IV), e o outro apresentou o documento de acesso à linha de micro-produtor do Propesca, utilizado para comprar duas tarrafas (Pescador 13). Em entrevista com um antigo funcionário da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc²⁸), instituição responsável pela operacionalização do crédito e pela extensão pesqueira em Santa Catarina no período, esse relatou que, nessa época, poucos pescadores de Imbituba tiveram acesso ao crédito. Nenhum dos entrevistados conhecia os motivos do fim do Propesca, mas ambos destacaram a ausência da inadimplência nesse

²⁸ As liberações eram operacionalizadas pelo Banco do Estado de Santa Catarina e pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc), incorporada à Epagri em 1991.

município. Com exceção dos dois casos de acesso já mencionados, nenhum pescador entrevistado respondeu ter acessado crédito oficial ou conhecido outro programa para a pesca artesanal antes do ‘Pronaf Pesca’.

Diante da ausência de políticas oficiais de crédito, fortaleceram-se as relações de dependência econômica e social ao atravessador²⁹, que se perpetuam até os dias atuais. Em diversas regiões do país, os atravessadores se tornaram o principal fornecedor de gelo, combustível e outros mantimentos para a família do pescador, além de financiar a reforma e aquisição de barcos e equipamentos. Geralmente, os pescadores perdem economicamente nessa relação, pois os compradores praticam preços muito baixos – mesmo quando se tratam de espécies com alto valor de mercado – e os adiantamentos devem ser pagos com pescado e não em dinheiro. A relação se perpetua, sobretudo, em regiões em que a falta de crédito faz o tomador depender exclusivamente desse tipo de estrutura para viabilizar suas próximas pescarias.

Muitas vezes, a relação com o atravessador e o dimensionamento dos preços do pescado também são influenciados por laços de amizade, vínculos familiares e pela prestação de outros serviços considerados ‘não pagos’, que são acessados de acordo com as necessidades. A falta de organizações cooperativas atuantes, que possam oferecer crédito ou processar os produtos, contribui para que os intermediários assumam papel de destaque. A aparente facilidade da compra efetuada pelos intermediários, ainda que mediada pelo pagamento de serviços e juros embutidas no diferencial de preço³⁰, e a ausência de outras possibilidades de acesso ao crédito levam muitos pescadores a identificar esses serviços como “providenciais” (ou “auxílios”) e a estabelecer uma imagem muito positiva do atravessador em seu meio social.

3.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA PESCA ARTESANAL E A AÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCADORES

No Brasil, durante muito tempo as atividades pesqueiras artesanais se mantiveram em estado rudimentar. Foi durante os anos 1960 que

²⁹ As indústrias pesqueiras de processamento também adquirem grande parte da produção da pesca artesanal. Para aglutinar essa produção que se encontra dispersa, as indústrias firmaram parcerias com compradores locais, gerando crescimento do poder dos atravessadores.

³⁰ Muitos serviços prestados pelos compradores da produção do pescador artesanal e os empréstimos financeiros são tratadas como ajudas em que não se estabelece uma cobrança dos serviços ou dos juros a serem descontados da produção, sendo esses recuperados pelo atravessador através da compra do pescado por um valor inferior ao recebido por ele na venda adiante (indústria, peixaria, varejo etc.).

as medidas de modernização começaram a modificar mais intensamente a vida dos pescadores e alterar a forma de funcionamento do setor. Assim como na agricultura, o objetivo central dessas ações era aumentar a produção e a produtividade pela via da modernização das técnicas e do crédito. Para tanto, as políticas públicas visavam, sobretudo, aumentar o nível de mecanização das atividades relacionadas à captura e ao beneficiamento do produto.

O Decreto-lei 221/1967 permitiu a concessão de incentivos fiscais e o acesso das empresas e pessoas físicas aos recursos do SNCR. Assim, *algumas* embarcações puderam ser financiadas pelos pescadores artesanais. O aumento do esforço de captura proporcionado pelo aumento da frota industrial e artesanal veio combinado com novos investimentos nas indústrias de beneficiamento. Essa estruturação relativamente importante dos elos subsequentes da cadeia produtiva permitiu inclusive o acolhimento da produção artesanal. Assim, em sentido contrário ao êxodo rural verificado na agricultura, na pesca artesanal percebe-se um aumento da população ocupada entre 1967 e 1986.

Uma das causas dessa diferença parece estar ligada às especificidades da mecanização e do acesso aos recursos naturais em cada setor produtivo. Na agricultura existiam diferentes tamanhos de propriedades, exploradas pela mão-de-obra familiar e/ou de ‘parceiros’ (foreiros, meeiros etc.). Grande parte dessa mão-de-obra tornou-se ociosa com a mecanização e foi forçada a migrar para as cidades (êxodo rural). Embora existisse uma fronteira agrícola a ser explorada, a mesma foi destinada à expansão do grande capital, com o controle restritivo do Estado (DELGADO, 1985). Já na pesca, a política também privilegiou o grande capital, mas a fluidez dos recursos pesqueiros dificultava a instauração do controle sobre a fronteira pesqueira sob o regime de propriedade das águas. Com estoques sub-explorados, a adoção de motores e novas tecnologias de captura permitiram, momentaneamente, a expansão do esforço de captura artesanal sem a necessidade de expulsar trabalhadores da atividade. Pelo contrário, os aumentos da produção permitiam que fossem incorporados novos trabalhadores, até o momento em que os estoques passam a ser sobre-explorados.

Se, em termos políticos, a primeira metade da década de 1980 é marcada pela ascensão dos movimentos de luta pela terra, dando início ao processo de renovação das organizações representativas dos agricultores familiares, no mesmo período, a pesca artesanal do Sudeste e Sul ainda contava com a ascensão das capturas, num processo que durou até 1986, quando passou a enfrentar os problemas da sobrepesca. A partir daí a pesca artesanal não se depara só com o ‘fechamento da fronteira

pesqueira', mas com um processo de regressão, pois os barcos industriais passam a capturar os estoques antes explorados pela categoria artesanal. Mesmo com os impactos econômicos da redução das capturas, a mobilização social dos pescadores não conseguiu renovar amplamente suas organizações representativas e de caráter sindical, em especial as Colônias de pescadores, o que limitou sua força política.

Segundo Vasconcelos, Diegues e Sales (2007), a organização dos pescadores em colônias, federações estaduais e confederação nacional data do início do Século XX. Essa medida contou com o apoio de políticas assistencialistas do Estado e destinava-se a cadastrar os pescadores para o possível uso militar, pois, em caso de guerra, seu conhecimento do mar facilitaria a atuação na Marinha de Guerra. Embora tenham abandonado o caráter militar, pode-se apontar que a dificuldade de renovação dessas entidades contou ainda com o relativo isolamento das comunidades pesqueiras até os anos 1970, o combate à participação política durante o Governo Militar, o esquecimento do setor pelos partidos políticos de esquerda até a década de 1980, o clientelismo local etc..

Alguns avanços políticos ocorreram ainda na década de 1980, como as eleições diretas em algumas colônias e na Federação do Estado de Pernambuco, além da formação do movimento pela 'Constituinte da Pesca', em 1985-1986. Esse movimento chegou a realizar congressos nacionais e encontros regionais em que os pescadores puderam se reconhecer e organizar as suas demandas. Contudo, em alguns lugares a renovação no quadro de dirigentes foi duramente combatida, inclusive com o assassinato de pescadores candidatos da oposição, como no estado do Maranhão. Já na década de 1990, um maior número de Colônias foram revitalizadas, com eleições democráticas. Essas se concentraram mais no Norte e Nordeste, motivadas pela ação mais eficaz da Pastoral dos Pescadores e do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape). No Nordeste também se verifica o maior aumento do número de colônias entre 1986-2004 (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007).

Entretanto, a falta de uma ampla renovação política das Colônias dificultou a acumulação de forças para a adoção de uma postura mais combativa nos anos 1980 e 1990, contrastando com o movimento de defesa da agricultura familiar. Acredita-se que essa falta de mobilização e representação efetiva dos pescadores artesanais seja também um dos motivos para o descompasso no acesso às políticas públicas e aos

recursos públicos oficiais quando comparada à agricultura familiar.³¹ Nesse âmbito, Vasconcelos, Diegues e Sales (2007) expõem os principais problemas ligados à ação e representatividade das Colônias de Pescadores, sendo vários deles também verificados no estudo de caso em Garopaba e Imbituba:

(...) são poucas as colônias dirigidas por pescadores, sendo muitos presidentes provenientes de outras categorias, como vereadores, atravessadores, profissionais liberais, etc., que atrelam os interesses dos pescadores ao clientelismo local. Na maioria das vezes as colônias são entidades meramente assistencialistas e o último Estatuto das Colônias, aprovado em 1973, dificulta uma função produtiva creditícia e de comercialização do pescado dessas entidades. É comum que as colônias de pescadores sejam dirigidas por não-pescadores, e que em paralelo não existam outras organizações representativas (p.37).

Entre os motivos está o baixo valor da remuneração dos cargos de diretoria. Com isso, o presidente da Colônia de Pescadores necessita continuar pescando para garantir a subsistência de sua família, impedindo-o de dedicar-se plenamente às complexas atividades inerentes ao cargo. Para contornar o referido problema, um membro da direção da Colônia de Imbituba, que seria o candidato a presidente, informou ter repassado tal atribuição a um policial rodoviário federal aposentado, que é o atual presidente. Já o presidente da Colônia de pescadores de Garopaba é aposentado e, segundo relatou, não recebeu salário da organização nos dezessete anos em que é presidente: “(...) eu já sou aposentado e vivo da minha aposentadoria. E quando chega o natal eu dou um auxílio para o secretário, para o tesoureiro. Porque se tirar para salário, vai faltar dinheiro para os outros serviços.”

Em Garopaba, a Colônia de Pescadores cumpre um papel fortemente assistencialista. Esse caráter se expressa em questões como os sistemas de atendimento odontológico e médico, a doação de cestas básicas, a concessão do seguro defeso entendidas como ‘ajudas’ e a dificuldade de atuar como articulador político, sendo substituído pela ação da Associação dos Pescadores de Garopaba (APG). Em Imbituba, além da presença de um presidente aposentado da polícia rodoviária federal, a

³¹ Dispondo de menor força política e desarticulada nacionalmente, a criação de políticas públicas para a pesca artesanal foi retardada. Seguindo a proposta de análise das políticas públicas elaborada por Rua (1997), pode se considerar que, com a mudança institucional ocorrida no Governo Federal em 2003, a transformação do ‘estado de coisas’ em ‘problema político’ passou a contar com autoridades mais preocupadas e receptivas à mobilização de diversos atores sociais, resultando na formulação de várias políticas à pesca artesanal.

ação da entidade tem sido vinculada aos interesses políticos de grupos locais e a prestação de serviços ao poder público, como a administração de uma creche que não beneficia os filhos de pescadores. Contudo, cabe destacar que as associações de pescadores como instituições representativas paralelas constituem-se em experiências recentes nos dois municípios, datando da segunda metade da década de 2000.

A Associação de Pescadores de Garopaba (APG) e a Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (Aspeci) surgiram a partir dos estímulos do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC e do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera. Já a Associação de Pescadores Artesanais, Nativos, Profissionais e Amadores (Apanpa), que atua no Sul de Imbituba, contou com o apoio inicial do Ibama. Em comum, os representantes das associações dirigem fortes críticas à representatividade e ação das Colônias de Pescadores dos dois municípios, buscam intervir nas eleições das mesmas, discutem projetos estratégicos e reivindicações imediatas para o setor e prestam serviços aos pescadores artesanais.

Em termos de políticas públicas para o setor pesqueiro, a partir da extinção da Sudepe, em 1989, os parques e equivocados incentivos ao setor pesqueiro artesanal foram ainda mais reduzidos, “o que aumentou a pobreza em que já estavam imersas [as famílias pescadoras], a sobre-pesca e a degradação costeira” (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007, p.17). Extinta a Sudepe, a pesca foi incorporada ao Ibama, criado em 1989. Esse novo órgão atuou principalmente no âmbito da gestão dos recursos pesqueiros, pois não contava com recursos e estrutura para a implementação de políticas públicas de fomento ao setor.³²

A estruturação, em 1998, do Departamento de Aquicultura e Pesca, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DPA/MAPA), destinava-se a resgatar o papel ativo do Estado, com as atribuições de promover a produção e o fomento às atividades pesqueiras e aquiculturais. Embora suas políticas contemplassem, formalmente, à pesca artesanal, os aquicultores familiares e a recuperação das pescarias costeiras e continentais, na prática, houve o privilégio, quase exclusivo, do agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura. Assim, a partir da década de 1990, o quadro de fragilidade da pesca artesanal vem sendo combatido principalmente por algumas experiências que buscam promover inovações na gestão dos recursos pesqueiros:

³² O Ibama manteve as atribuições ligadas ao gerenciamento costeiro mesmo após a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), em 2003, e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009.

A maior parte destas experiências refere-se ao surgimento de reservas extrativas costeiras, de desenvolvimento sustentável, fóruns de debate sobre a pesca artesanal e ordenamento costeiro, e acordos de pesca que, num dado momento, tiveram também a participação de órgãos governamentais, como o Ibama (VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007, p.17).

Em Garopaba e Imbituba, Seixas e Berkes (2005) aludem que, na década de 1980, os pescadores da Lagoa da Ibiraquera firmaram acordos de pesca destinados a organizar a gestão dos recursos pesqueiros. Nesse período existia um conflito entre os pescadores que pescavam com tarrafa ('tarrafeiros'), em maior número, e os que pescavam com redes ('redeiros'), mais capitalizados. Considerando que as redes superdimensionavam o esforço de captura e impactavam a capacidade reprodutiva da Lagoa, os 'tarrafeiros' se mobilizaram e elegeram um novo presidente para a Colônia de Pescadores de Imbituba. Com o apoio do Governo do estado de Santa Catarina, a proibição do uso de redes (fixada no acordo) transformou-se em lei e implementou-se a fiscalização sobre as artes de pesca utilizadas. Porém, os autores destacam que, após vários anos de bom funcionamento, a resiliência sócioambiental do sistema não resistiu ao fim do acordo entre o Governo do Estado e o Ibama, em 1994, quando foram extintos os cargos dos fiscais que atuavam na Lagoa.

Buscando resgatar os bons resultados dos acordos de pesca e avançar na gestão dos recursos pesqueiros, há alguns anos parte dos pescadores de Garopaba e Imbituba vem discutindo a possibilidade de criar uma Reserva Extrativista (Resex). Nessa direção, em 2007, encaminharam ao Ibama a proposta de criação da "Reserva Extrativista da Pesca Artesanal nos municípios de Imbituba e Garopaba/SC", a qual aguarda a assinatura do Presidente da República. Por um lado, a proposta é apoiada pelo Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, Organizações Não-Governamentais (ONG) ambientalistas, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) vinculada ao Instituto Chico Mendes – Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da UFSC e parte dos pescadores, principalmente os vinculados às Associações de Pescadores de Garopaba (APG) e de Ibiraquera (Aspeci). Por outro lado, a Colônia de Pescadores e a Prefeitura de Imbituba assumiram uma posição contrária, sendo que o desconhecimento e a distorção das informações sobre o funcionamento das Resex contribuíram para que muitos

pescadores e moradores locais se posicionassem como contrários.³³

3.3 A CRIAÇÃO DA CATEGORIA PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL

A modernização conservadora na pesca fez os pescadores artesanais abandonarem progressivamente a produção de matérias-primas e, em menor proporção, a confecção de equipamentos para a captura, que lhe confere a adjetivação artesanal. A partir daí, as diferenças entre a pesca artesanal e a de caráter industrial passaram a se dar em função do esforço de captura, arte de pesca, tamanho das embarcações, grau de tecnologia utilizada e as relações de trabalho existentes. A modernização também transformou a pesca em outras dimensões. A imagem e a condição sócio-profissional do antigo pescador artesanal se modificaram na medida em que as suas ações, antes ligadas apenas à subsistência, perdem espaço para a expansão do pescador como profissão e gerador de renda familiar.

Para regular essas novas visões a respeito da atividade foram formuladas novas conceituações jurídicas. Na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, órgão criado durante o governo Lula, surge a figura do pescador profissional, que pode estar vinculado tanto às indústrias quanto à pesca artesanal. Enquanto o ‘aprendiz de pesca’ é a pessoa física *maior de quatorze e menor de dezoito anos* que exerce a atividade pesqueira, o ‘pescador profissional’ é “a *pessoa física maior de dezoito anos* e em pleno exercício da sua capacidade civil que faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida, podendo atuar no setor pesqueiro artesanal ou industrial” (SEAP, sd., *grifo meu*). A atribuição profissional também se destina a diferenciar o pescador que vive da pesca do pescador amador, que desenvolve outra atividade e a pratica como esporte e/ou para a alimentação.

Na pesca industrial, o pescador profissional é “aquele que, *com vínculo empregatício*, exerce atividades relacionadas com a captura,

³³ O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é uma unidade de conservação situada no litoral catarinense, a qual adota regras restritivas que objetivam a proteção integral dos organismos animais e plantas, assim como os recursos abióticos, não permitindo atividades humanas contrárias a isto. Abrangendo parte do município de Garopaba, as normas desse parque natural acabam se constituindo, para a população local, uma referência prática das áreas de preservação. Verifica-se assim, no discurso dos entrevistados contrários à criação da Reserva Extrativista da Pesca Artesanal nos municípios de Garopaba e Ibituba o entendimento de que a Resex adotaria os mesmos critérios restritivos estabelecidos no referido Parque. Contudo, o presente estudo não se propôs e não identificou o quanto as distorções nos discursos contrários à Resex são decorrentes da falta de conhecimento e/ou da ação intencional vinculada ao jogo de interesses das instituições e pessoas que se opõem à mesma.

coleta ou extração de recursos pesqueiros em embarcações pesqueiras de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas inscritas no RGP [Registro Geral da Pesca] na categoria de Armador de Pesca ou Indústria Pesqueira” (SEAP, sd.). Na pesca artesanal, o pescador profissional é “aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individual ou em regime de economia familiar, ou ainda com auxílio eventual de outros parceiros, *sem vínculo empregatício*” (SEAP, sd, *grifo meu*).

Aliás, foi com base nesses critérios que, em 2006, a SEAP realizou um recadastramento das ocupações na atividade pesqueira em todo o país. Os dados do Registro Geral de Pesca (RGP) apontaram a existência de 390.761 pescadores profissionais (artesanais e industriais) no país. Conforme dados do RGP disponibilizados pela Superintendência de Santa Catarina do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), esse estado possuía, em dezembro de 2009, cerca de 38.000 pescadores profissionais. Desses, em 2006, Santa Catarina possuía 22.000 pescadores profissionais artesanais (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006). Ainda segundo os dados não publicados do MPA, as Colônias de Pescadores de Garopaba e a de Imbituba possuíam, respectivamente, 1332 e 650 pescadores profissionais artesanais³⁴ cadastrados no RGP em 2009.

Em relação às empresas que atuam na indústria pesqueira, a SEAP a define como: “a pessoa jurídica que, direta ou indiretamente, exerce atividade de captura, extração, coleta, conservação, processamento, beneficiamento ou industrialização de seres animais ou vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais frequente habitat” (SEAP, sd). Porém, como as indústrias de beneficiamento recebem também parte das capturas artesanais, a classificação da produção em artesanal ou industrial é definida segundo a categoria de quem realiza as capturas, independentemente dos demais elos da cadeia produtiva.³⁵ Em decorrência disso, muitas vezes parte das capturas artesanais também acabam sendo classificadas como industriais.

³⁴ As Colônias de Pescadores são a organização representativa dos pescadores profissionais artesanais, enquanto os pescadores que atuam na pesca industrial se organizam em sindicatos de empregados na pesca industrial. Assim, embora os dados disponibilizados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura não especifiquem a categoria dos pescadores filiados às duas Colônias de Pescadores, por se tratar de uma organização dos pescadores artesanais, entende-se como um indicador da atuação na categoria pesca artesanal.

³⁵ No presente texto, o emprego do termo ‘beneficiamento’ refere-se à ‘conservação, processamento, beneficiamento ou industrialização’. Já o termo ‘captura’ refere-se à ‘coleta, extração e captura’.

4 RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL EM GAROPABA E IMBITUBA

O presente capítulo objetiva reconstruir a trajetória de desenvolvimento da pesca artesanal na região de estudo. O primeiro tópico apresenta os municípios de Garopaba e Imbituba, situados no Território Litoral Sul Catarinense. Na sequência, resgata-se o processo de ocupação e formação da economia pesqueira nos dois municípios, buscando analisar os fatores que desencadearam as transformações econômicas, culturais e sociotécnicas das comunidades pesqueiras. O enfoque recai sobre as transformações ocorridas na segunda metade do Século XX, associadas aos projetos de modernização descritos no capítulo anterior. Por fim, discute-se como a categoria pesca artesanal está inserida no quadro de disputas atuais sobre os rumos do desenvolvimento, apresentando o contexto territorial em que se inserem as estratégias de reprodução social das famílias pescadoras e os sistemas de financiamento.

4.1 A REGIÃO DE ESTUDO: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS

O estado de Santa Catarina apresenta um litoral com 531 km de extensão (7 % do total nacional), onde são praticadas pescarias industriais e artesanais por cerca de 38.000 pescadores profissionais. A pesca industrial concentra a maior parte da frota pesqueira nos municípios de Itajaí e Navegantes (85%), mas também tem expressão em Laguna, Porto Belo e Governador Celso Ramos (UNIVALI/CTTMAR, 2007).³⁶ Já a pesca artesanal se distribui pelos 34 municípios litorâneos, onde estão localizadas 337 comunidades pesqueiras e atuam 22.000 pescadores profissionais artesanais registrados pela SEAP em 2006 (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006).

No território Litoral Sul Catarinense (Figura 3), definido pela Política Territorial de Aquicultura e Pesca, estão localizados treze municípios pesqueiros, os quais concentram 8.892 pescadores profissionais registrados (SEAP, 2008).

³⁶ Em 2005, o Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar da Universidade do Vale do Itajaí (CTTMAR/Univale) recenseou 791 embarcações industriais em Santa Catarina. Entretanto, essas não pescam de forma constante ao longo do ano, o que reflete em uma oscilação mensal no número de embarcações industriais registradas realizando capturas no estado. No ano de 2005, nos mês de janeiro e de junho foram registradas, respectivamente, o menor (197) e o maior número (314) dessas embarcações industriais (em atividade) realizando captura nos diferentes meses do ano (UNIVALI/CTTMAR, 2007).



Figura 3 – Localização dos municípios de Garopaba e Imbituba, pertencentes à 19ª Secretaria de Desenvolvimento Territorial e ao Território Litoral Sul Catarinense.³⁷ **Fonte:** Adaptado de Abreu (2006).

Junto à pesca oceânica existe a pesca estuarina, realizada no Complexo Lagunar Catarinense exclusivamente pela categoria de pescadores artesanais, o que reforça a presença dessa categoria e sua diversidade técnico-produtiva.³⁸ Em 2009, Garopaba e Imbituba possuíam, respectivamente, 1332 e 650 pescadores profissionais artesanais cadastrados no Registro Geral de Pesca (RGP).³⁹ Segundo os presidentes das Colônias, a Z-12 (Garopaba) possui aproximadamente 1500 pescadores artesanais filiados, dos quais cerca de 1000 estavam em dia com a contribuição anual. Já a Z-13 (Imbituba) possui algo em torno de 1200 sócios, sendo que 850 a 900 estão em dia com a contribuição (Tabela 5).

³⁷ Imbituba situa-se a 90 km de Florianópolis, fazendo divisa ao Sul com o município de Laguna. Fica compreendido entre as latitudes 28° 06' S e 28° 20' S; e as longitudes 48° 39' W e 49° 45' W, possuindo um área de 184,787 km². Ao Norte está o município de Garopaba, situado entre as latitudes 27°58'S e 28°07'S e as longitudes 48°28'W e 48°45'W, com 111 km².

³⁸ Em Santa Catarina, a legislação define as lagoas e a costa oceânica até cinco milhas como áreas exclusivas para a pesca artesanal. Contudo, os pescadores relatam muitos casos de desrespeito no oceano, com barcos industriais realizando capturas na zona costeira.

³⁹ Dados não publicados e sujeitos à alteração a partir da portaria da Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (Semoc/MPA) N°22 de 25 de janeiro de 2010. Essa portaria suspendeu 4840 carteiras de pesca em Santa Catarina pelos seguintes motivos: óbito; benefício previdenciário; e vínculo empregatício aberto com remuneração. Em Garopaba e Imbituba as suspensões são, respectivamente, de 185 e 98 carteiras de pesca. Nesse caso, os pescadores dispõem de 60 dias para entrarem com recurso, caso contrário, terão suas carteiras canceladas.

Tabela 5 – Número de pescadores profissionais artesanais e industriais cadastrados no Registro Geral de Pesca (RGP) no Brasil e em Santa Catarina no ano de 2006 e nas Colônias de Pescadores de Garopaba e Imbituba em 2009.

Pescadores Profissionais	Brasil (2006)*	Santa Catarina (2006)*	Garopaba (2009)**	Imbituba (2009)**
Industriais		[16.000]		
Artesanais		22.000	1.332	650
Total	390.761	38.000		

Fonte: * SEAP (sd) e SEAP/Prozee/Ibama (2006), referentes à 2006; ** dados do RGP de dezembro de 2009, disponibilizados pela Superintendência de Santa Catarina do Ministério da Pesca e Aquicultura, não publicados e sujeitos à alteração.

Nota: Alguns campos ficaram em branco pela falta de acesso aos dados do RGP.

Os municípios de Laguna e Imaruí concentram o maior número de embarcações artesanais cadastradas em Santa Catarina, correspondendo, respectivamente, 24,6 % e 10,6 %, enquanto São José é o município de menor número, com somente uma embarcação cadastrada. Já os municípios de Garopaba e Imbituba concentram juntos 8,8% das embarcações pesqueiras artesanais catarinenses, utilizadas para a pesca oceânica e estuarina (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006). Demonstrando a importância da pesca estuarina, Garopaba e Imbituba possuem 272 canoas cadastradas (22,5 % do total estadual), que é a embarcação mais utilizada nas lagoas (Tabela 6). Somam-se ainda bateiras, botes pequenos e caícos, que também estão presentes no oceano. A pesca oceânica é realizada, sobretudo, com baleeiras, botes sem cabine e chalupas, além das canoas de arrasto de praia (ANEXO I – Glossário das principais embarcações).

Embora em menor número, as embarcações oceânicas são maiores, utilizando grupos de tripulantes. Na distribuição por tamanho das embarcações no estado de Santa Catarina, 90% delas têm entre quatro e doze metros de comprimento. As de menor autonomia e tamanho são as canoas e caícos, respectivamente, com um comprimento médio de 6,19 e 4,84 m. As de maior tamanho são os arrasteiros e as baleeiras, atingindo, respectivamente, 11 e 10,25 m (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2005). Em Garopaba e Imbituba, entre as embarcações de menor tamanho predominam as bateiras e as canoas, encontradas em grande número nas lagoas. Enquanto isso as baleeiras e canoas de arrasto de praia são usadas no mar, ocorrendo em menor número, mas possuindo tamanho maior (Tabela 7).

Tabela 6 – Distribuição da frota pesqueira marinha e estuarina nos municípios de Garopaba e Imbituba e no estado de Santa Catarina (SC), no ano de 2005.

Local	Bateira		Bote s/ cabine		Canoa		Baleeira		Caíco		Chalupa		Outras		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Garopaba*	76	6,4	12	1,1	114	9,8	15	7,0	23	7,9	0	-	0	-	240	4,5
Imbituba*	23	1,2	39	3,5	148	12,7	3	1,4	1	0,3	15	68,2	1	0,2	230	4,3
SC**	1.879	35,4	1.123	21,1	1.167	22,0	213	4,0	292	5,5	22	0,4	617	12,1	5.313	100

Fonte: SEAP/Prozee/Ibama, 2006. **Nota:** * Percentual de embarcações artesanais em relação ao total estadual por tipo. ** Percentual de cada tipo de embarcação em relação ao total estadual. **Obs:** Deve-se ter ciência de que os dados apresentam problemas. Como um importante exemplo, em Imbituba, o número de baleeiras relatadas pelos pescadores ultrapassa em muito aos dados da tabela, enquanto os de Chalupa estão acima dos verificados nesse município. Na tabela, as embarcações classificadas como 'outras' são praticamente inexistentes em Garopaba e Imbituba: prancha, caique ou chata (58 embarcações representando 1,1% do total estadual); bote com cabine (482 e 9,1); Barco de emalhe (37 e 0,7%); Lanchas (9 e 0,2%), Traineiras (22 e 0,4%); e Arrasteiros (9 e 0,2%).

Tabela 7 – Frota pesqueira marinha e estuarina por tipo de embarcação e classe de comprimento nos municípios de Garopaba e Imbituba, no ano de 2005.

Município	Tipo de Embarcação	Classes de Comprimento						Total	% de SC
		≤4m	4-- 6m	6-- 8m	8-- 12m	>12m	NI		
Garopaba	Baleeira	1		1	13			15	0,3
	Bateira	27	41	4	3		1	76	1,4
	Bote sem cabine	1	3	3	5			12	0,2
	Caíco		13	10				23	0,4
	Canoa	19	77	13	3		2	114	2,1
Garopaba Total		61	131	21	24		3	240	4,5
Imbituba	Baleeira			1	2			3	0,1
	Bateira	5	16	2				23	0,4
	Bote com cabine		1					1	0
	Bote sem cabine	1	27	11				39	0,7
	Caíco		1					1	0
	Canoa	21	59	48	16			144	2,7
Imbituba Total		27	104	62	18			211	4,0
Total Geral de Santa Catarina		291	2395	1329	1057	112	129	5313	100,0

Fonte: SEAP/PROZEE/IBAMA, 2005.

Demograficamente, Imbituba e Garopaba possuíam, em 2007, respectivamente, 36.231 e 16.399 habitantes (IBGE – Contagem da População, 2007). Contudo, com a presença do turismo, alguns entrevistados relatam que a população de Garopaba multiplica-se por seis durante a temporada de veraneio, enquanto que em Imbituba essa oscilação é menor. Em termos sociais, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDHM) de Garopaba e Imbituba apontam para um quadro evolutivo, sendo classificados, respectivamente, como médio e elevado (Tabela 8).

Tabela 8 – Evolução do índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Garopaba e Imbituba entre 1991 e 2000.

Município	IDHM Renda		IDHM Longevidade		IDHM Educação		IDHM Média	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Garopaba	0,572	0,683	0,784	0,834	0,689	0,839	0,682	0,785
Imbituba	0,635	0,693	0,781	0,827	0,800	0,894	0,739	0,805
SC	0,682	0,750	0,753	0,811	0,808	0,906	0,748	0,822

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2000.

As composições do Produto Interno Bruto (PIB⁴⁰) de Garopaba e Imbituba permitem apontar a predominância do Valor Adicionado (VA) pelo setor de serviços (Tabela 9). Em Garopaba o VA tem ligação com a forte presença do turismo. O município conta ainda com uma fábrica de produtos para surf e atividades diversas do setor agropecuário (pesca, pecuária e agricultura). Em Imbituba a distribuição é mais equilibrada, embora se destaque a presença do terceiro maior porto catarinense, elevando o VA de serviços e impostos. Conta ainda com a Zona de Processamento de Exportação (em instalação), o turismo e a agropecuária.

Segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Imbituba de 2008/2011, a produção pesqueira possui um valor bruto superior ao da agricultura (arroz, mandioca etc.), as quais são seguidas pela pecuária. Já em Garopaba, a renda da pecuária (bovinocultura de corte e leite e búfalos) é maior que a agrícola (ZOLDAN, 2006). Dessa forma, a pesca não se constitui a principal atividade econômica dos dois municípios, mas demonstra sua importância ao gerar as maiores contribuições no VA agropecuário.

⁴⁰ O PIB, a preços de mercado, mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma do VA (valor bruto da produção menos consumo intermediário), dos diversos setores, acrescida de impostos (líquidos de subsídios), sobre produtos não incluídos no valor da produção (ZOLDAN, 2006, p.06).

Tabela 9 – Contribuições dos diferentes segmentos econômicos no valor adicionado ao produto interno bruto (PIB) dos municípios de Garopaba e Imbituba e a renda *per capita* entre 2002 e 2006.

Município	Valor Adicionado	PIB municipal (R\$ x 1000) e Per capita (R\$)					Crescimento*
		2002	2003	2004	2005	2006	
Garopaba	Agropecuária	5.015,61	6.359,53	7.189,79	7.598,54	8.837,81	178,0
	Indústria	12.933,74	19.143,55	27.102,23	29.618,93	39.163,19	302,8
	Serviços	50.510,76	59.583,56	67.342,81	80.871,17	88.278,61	174,8
	Impostos	6.063,89	8.986,05	11.401,39	14.190,05	12.006,82	198,0
	Municipal	74.523,99	94.072,69	113.036,20	132.278,70	148.286,43	199,0
	Per capita	5.286,89	6.504,37	7.622,65	8.703,69	9.528,14	280,2
Imbituba	Agropecuária	10.336,90	17.136,23	19.528,60	16.553,49	16.692,82	71,5
	Indústria	44.442,25	56.741,04	108.664,01	77.538,47	90.065,10	202,0
	Serviços	149.661,04	178.659,03	214.550,48	221.962,46	324.975,97	217,2
	Impostos	29.103,77	32.931,17	47.995,15	50.031,44	209.335,40	719,3
	Municipal	233.543,96	285.467,46	390.738,24	366.085,85	641.069,29	274,0
	Per capita	7.591,41	7.591,41	10.244,57	9.464,23	16.346,72	315,3

Fontes: Adaptado de IBGE, SPG/DEGE/Gerência de Estatística e EPAGRI (ZOLDAN, 2006). **Nota:** * Acréscimo do PIB entre 2002 e 2006, adotando-se os valores do ano de 2002 como base 100.

4.2 AS TRANSFORMAÇÕES DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM GAROPABA E IMBITUBA

A colonização do Sul do Brasil iniciou-se em meados do Século XV, com a chegada dos missionários da Companhia de Jesus. Ligados à igreja católica, os jesuítas transformaram vários agrupamentos indígenas encontrados na América do Sul. Seu objetivo era construir sociedades com os benefícios e qualidades da sociedade cristã europeia, mas sem seus vícios e maldades (POZZER, 2008). Embora enfrentassem algumas dificuldades para incorporar e manter os índios na nova disciplina, os jesuítas criaram várias *missões* ou *reduções*, com relativo sucesso inicial. A partir do início do Século XVI, essas organizações passaram a enfrentar ataques dos bandeirantes, os quais ‘caçaram’ e escravizaram milhares de indígenas. A escravização dos índios para a extração de pau-brasil e o trabalho nas sesmarias constituiu-se o primeiro ciclo econômico do Sul do Brasil, facilitado por ser uma ‘mercadoria’ capaz de transportar-se a si própria (RIBEIRO, 1988).

Devido às hostilidades dos bandeirantes, os jesuítas e um contingente expressivo de indígenas se refugiaram nos pampas da atual Argentina, na época sob domínio da Coroa espanhola. Em paralelo, a Coroa portuguesa promoveu a distribuição de sesmarias aos imigrantes vicentistas⁴¹ no litoral catarinense, onde fundaram vários povoados durante o Século XVII – Laguna, São Francisco e Desterro (LACERDA, 2003). Nesse período, o litoral catarinense encontrava-se ainda habitado por índios Tupi Guaranis, por eles denominados carijós. Os nativos sobreviviam basicamente da pesca e agricultura, eram sedentários e conheciam os caminhos para o interior. Uma vez que receberam pacificamente os colonizadores, tiveram um fim trágico, sendo aprisionados para serem vendidos como escravos ou acometidos pelas novas doenças trazidas pelos imigrantes. Assim, no Século XVII se encontravam dizimados, restando poucos como escravos em engenhos de farinha ou fazendo serviços domésticos (LACERDA, 2003).

No contexto de disputa de fronteiras, a existência de vazios demográficos no sul do país colocava em riscos os domínios portugueses sobre a região, situação que levou a Coroa portuguesa promover a vinda mais expressiva de migrantes açorianos entre 1748 e 1756 (PIAZZA, 1992). Segundo Ribeiro (1998, p. 427):

⁴¹ Vicentistas eram os imigrantes vindos da Colônia portuguesa de São Vicente, de ocupação anterior ao ‘descobrimento’ do Brasil. Assim como os açorianos, seu deslocamento ao Brasil de deu durante o período em que eram colonizados por Portugal.

O objetivo dessa colonização era implantar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área em face do governo espanhol e também para operar como uma retaguarda fiel das lutas que se travavam nas fronteiras.

Esses migrantes foram alocados nas terras do continente fronteiriço, desde o Paraná até o Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina ocuparam áreas entre São Miguel a Laguna, mas sobretudo a ilha de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), ponto estratégico para os possíveis enfrentamentos com os espanhóis e para abastecimento das embarcações. Contudo, em virtude do caráter restrito aos pequenos nichos no litoral deserto, à falta de mercado consumidor e ao despreparo para o trabalho agrícola em terras desconhecidas, os novos migrantes estavam condenados à lavoura de subsistência e ao inevitável fracasso no plano econômico (RIBEIRO, 1998). Mesmo assim, a colonização açoriana permitiu a fundação de vários municípios, a exemplo de Garopaba e Imbituba.

O nome Garopaba vem do tupi-guarani e significa enseada das canoas, referindo-se à existente no centro da cidade. O primeiro povoado se estabeleceu 1666, a partir da vinda dos primeiros colonizadores açorianos. A partir da chegada mais intensa de açorianos no Século XVIII estabeleceu-se a Armação de Baleias São Joaquim da Garopaba, que funcionou entre 1793 e 1846. A palavra Imbituba também tem origem Tupi-guarani e significa região com imensa quantidade de Imbé, uma espécie de cipó de aspecto roxo escuro, muito resistente, usado para confecção de cordas. Formada por colonizadores Açorianos e Bandeirantes a partir de 1715, Imbituba contou com uma armação para pesca de baleia de 1796 a 1986 (última armação a fechar no Brasil).

A caça de baleias se constituiu uma importante atividade econômica no período colonial, ainda no Século XVII. Esse mamífero aquático era transformado em óleo, usado como fonte de energia para a iluminação, mas também como constituinte da argamassa das construções e para a alimentação, sendo destinado aos mercados interno e externo. A ampliação da pesca artesanal no local iria somente ocorrer com a chegada dos açorianos nos Séculos XVII e XVIII. Associadas às atividades agrícolas e à caça, estruturaram a economia que garantiu a subsistência dessas famílias migrantes até a década de 1960, quando aprofundaram a integração com a sociedade global (FABIANO, 2007; MIRANDA; OLIVEIRA, 2007).

Os açorianos se alternavam entre a roça e a pesca. Na primavera e verão estavam mais em terra, onde desenvolviam atividades ligadas à

agricultura que, entre os pequenos lavradores, era desenvolvida em regime de parceria ou nas terras comunais ('pastos comuns' ou 'matos do povo'), condição encontrada ainda em 1986 na Ilha de Florianópolis. Nessa parte do ano a pesca restringia-se, sobretudo, à captura de camarão nas lagoas. Já no outono e inverno dirigiam-se ao mar, em busca da tainha e anchova, o que caracteriza uma alternância no uso dos recursos em função da sazonalidade. Além disso, as relações de trabalho se centralizavam na família e nas relações de parentesco, a qual era unidade de produção e de consumo, orientando a lógica econômica do lavrador-pescador pelo balanço entre eles, típico da relação estabelecida nas unidades camponesas (LACERDA, 2003).

A agricultura era estruturada sobre a policultura e voltada predominantemente para a subsistência (FABIANO, 2007). Os principais produtos eram mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão e amendoim. Possuíam engenhos artesanais nos quais produziam a farinha de mandioca, melado e aguardente de cana-de-açúcar, para consumo e venda no próprio município. A principal atividade econômica destinada às trocas externas era a produção de farinha de mandioca. Em complemento, atuavam também na caça de baleias, atividade que perdurou até meados do Século XX. No local também produziam a maior parte dos instrumentos que utilizavam (ROSAR, 2007; SEIXAS; BERKES, 2005).

Apesar da diversidade biológica das lagoas em termos de peixes, siris moluscos e camarões, bem como da pesca artesanal praticada no mar, a atividade pesqueira possuía um papel secundário, servindo apenas ao sustento da família e, ocasionalmente, como complemento da renda. Até por volta de 1970, sua comercialização ainda era muito incipiente e a exploração desses recursos assumia um caráter complementar à agricultura (SEIXAS; BERKES, 2005; ROSAR, 2007, FABIANO, 2007).

Distribuídos em freguesias, os açorianos imprimiram feições particulares ao ambiente. As freguesias aos poucos se desenvolveram voltadas para o mercado interno da colônia. A exploração de produtos agrícolas, especialmente a farinha, destinada ao abastecimento da população urbana, das tropas e de embarcações em trânsito, associada à atividade pesqueira, deu sentido econômico aos pequenos povoados. Preocupado em produzir para a manutenção da família, o açoriano não produzia em larga escala para o mercado, apenas colocava à venda parte da produção, procurando suprir algumas de suas necessidades, como querosene, sal e fumo em corda (LACERDA, 2003, p.133).

Alguns entrevistados durante esta pesquisa em Garopaba e Imbituba relataram ainda a presença de sistemas locais de troca direta e/ou mediada por comerciantes. Embora a maioria atuasse tanto na pesca como na agricultura, os habitantes mais dedicados à primeira entre-avam o excedente da produção ao comerciante local, ficando com crédito na caderneta para adquirir os produtos agrícolas nas safras. O mesmo acontecia com os mais dedicados à agricultura, que entregavam parte da produção como pagamento dos produtos ali adquiridos. O valor creditado lhes permitia obter os produtos que lhes faltavam, mas também usufruir de alguns produtos que os comerciantes traziam de fora.

Assim, as trocas externas eram mediadas por esses comerciantes e, segundo os relatos, transportadas com o auxílio de barcos à vela até Florianópolis. A integração das comunidades com o restante do país só começaria a se aprofundar a partir do início do Século XX. Em complemento ao transporte marítimo começaram a ser construídas as estradas e chegaram os primeiros caminhões. Essa condição permitiu que o comércio de pescado, ‘escalado’⁴² pelas famílias pescadoras, aumentasse sua participação nas trocas externas⁴³, mas a um ritmo abaixo da capacidade de resiliência dos ecossistemas, sendo explorado de forma sustentável naquele período (SEIXAS; BERKES, 2005).

Estudando as transformações sócio-produtivas ocorridas na pesca artesanal do Estuário da Lagoa dos Patos, localizado no Rio Grande do Sul, Niederle e Grisa (2006) relatam a passagem de uma economia de excedentes ao modo camponês⁴⁴ para um universo socioeconômico mercantilizado, mais identificado com a configuração atual da economia de mercado. Esses autores apontam que, além de integração aos mercados, o processo gerou diversas transformações nas relações sociais e no controle dos meios de produção. Muito embora essas mudanças tenham ocorrido em diversos lugares, suas particularidades só podem ser compreendidas plenamente na medida em que se analisa a dinâmica

⁴² Consiste no processo de conservação em que os peixes e camarões são eviscerados, salgados e secos ao sol.

⁴³ Nesse momento os comerciantes passaram a intermediar as vendas de maiores volumes de pescado, agora com as indústrias, reforçando o seu papel de atravessador. Junto a isso também mantiveram as relações tradicionais de financiamento através do aviamento, ou seja, adiantando dinheiro ou produtos e serviços a serem descontados na venda da produção. Juntamente com as sobras de dinheiro das vendas, o aviamento foi a maneira encontrada para viabilizar a incorporação de novas tecnologias na pesca artesanal.

⁴⁴ A racionalidade econômica camponesa busca ajustar a quantidade de trabalho e o consumo da família segundo o balanço entre produção e consumo. Suas comunidades são caracterizadas pela baixa integração aos mercados, o que exige a produção de um conjunto amplo de produtos que necessitam, vendendo os excedentes de acordo com as possibilidades de comercialização (WANDERELY, 1998).

de funcionamento de cada região e seu sistema pesqueiro.

Estudos realizados na Lagoa de Ibiraquera, situada nos municípios de Garopaba e Imbituba, indicam que a região passou por mudanças semelhantes no mesmo período. Aos poucos abandonou-se a economia de elevada autonomia, baseada na pesca, agricultura e transformação artesanal, ampliando-se a vinculação ao mercado e o consumo de produtos e informações de origem externa. Algumas transformações estavam se processando vagarosamente desde o início do Século XX, contudo, foi no final da década de 1960 e início da década de 1970 que essas se aprofundaram, constituindo-se em um marco de entrada em uma nova fase de desenvolvimento. Para isso tiveram papel central três fenômenos promovidos pelos Governos Militares: as obras de infraestrutura relacionadas à construção da BR 101; a ampliação da rede de energia elétrica; e a política de Industrialização Pesqueira (SEIXAS; BERKES, 2005; ROSAR, 2007).

A maior facilidade para o deslocamento favoreceu a ampliação das trocas externas de produtos e informações, mas também a chegada dos primeiros turistas vindos do Rio Grande do Sul e do interior de Santa Catarina (Quadro 2). Além disso, os grandes barcos industriais passaram a empregar muitos pescadores que antes atuavam na categoria artesanal. Em Garopaba e Imbituba esse fenômeno ocorreu com mais intensidade na década de 1970, visto que alguns pescadores artesanais entrevistados relatam terem parado de atuar na pesca industrial ainda nessa década. Por sua vez, a categoria artesanal passou a incorporar às novas tecnologias de captura (náilon, motores etc.) e conservação (gelo, rapidez no deslocamento etc.), condições que permitiram a ampliação da produção artesanal no litoral catarinense até meados da década de 1980 (DIEGUES, 1999).

Nesse contexto, a partir do final da década de 1960, começam a ocorrer profundas transformações na economia desses municípios. A maior facilidade de comercialização, propiciada pela implantação das indústrias pesqueiras de processamento, garantiu mercado e condições para a expansão da produção. Assim, até meados da década de 1980 cresceram a produção e o número de pescadores artesanais. Muitos vinham da agricultura, visto que o regime de parceira lhes obrigava a pagar normalmente um terço da produção aos donos das terras. Outros venderam gradativamente parte de suas terras para turistas, condição que

refletiu na redução das áreas para a produção agrícola e pecuária, se voltando de forma prioritária para a pesca.⁴⁵

A partir dos anos 1980, a ocupação das áreas costeiras também desencadeou conflitos entre os pescadores e os turistas (banhistas, surfistas, mergulhadores e novos moradores). Essas novas categorias sociais incorporaram novos usos do ambiente aquático, por vezes, incompatíveis com a pesca. Algumas áreas compradas no entorno foram cercadas, fechando caminhos tradicionalmente utilizados pelos pescadores. A construção das casas em áreas impróprias agravou a poluição das águas, afugentou a entrada de peixes nas lagoas e afetou a abertura das barras etc. (SEIXAS; BERKES, 2005; ROSAR, 2007). A prática do surf afugentou cardumes de tainha até que os acordos entre os surfistas e pescadores permitiram diminuir o problema. A perda da prioridade no uso dos recursos naturais e a preferência das administrações municipais pela arrecadação dos impostos da expansão imobiliária indicam uma mudança das relações de poder. Pode-se apontar assim que o pescador artesanal, que antes poderia ser considerado um *estabelecido* (ROSAR, 2007), agora se torna um *outsider* no seu próprio meio (ELIAS, 2000).

A construção da BR 101 atraiu trabalhadores vindos de outras regiões, ali se estabelecendo. Essa obra propiciou que muitas famílias de agricultores e pescadores tivessem integrantes desenvolvendo atividades remuneradas fora da agricultura e da pesca, fenômeno denominado pluriatividade. A atuação ‘extra-pesca’ pode ser realizada por membros da família que atuam exclusivamente em outra atividade (ex. filhos) e/ou pelo próprio pescador, quando esse dedica parte do tempo de trabalho às outras atividades visando complementar a renda. Na comparação entre as duas expressões, Carneiro (2008) considera que a dedicação dos ‘chefes’ da família a duas atividades consiste no aprofundamento do fenômeno da pluriatividade. Já a atuação exclusiva dos filhos fora da pesca tem mais associação com o abandono da atividade, caracterizando-se como família pluriativa somente enquanto esses continuam a viver com os pais.

Contribuindo para a criação de oportunidades fora da pesca no município de Imbituba, pode-se apontar ainda o Porto de Imbituba e

⁴⁵ Cabe destacar que algumas áreas foram adquiridas por empresários para a especulação imobiliária a baixos preços, antes da valorização gerada pelo turismo, tornando a terra um ativo financeiro. Este processo pode ser considerado similar ao demonstrado por Delgado (1985) na ocupação das áreas de expansão da fronteira agrícola, onde o proprietário buscava o ganho de fundador. Ou seja, a diferença entre o valor de aquisição do título da terra e o recebido com a venda valorizada pelas obras de infra-estrutura realizadas pelo Estado. A valorização no litoral catarinense também advinha da ocupação turística propiciada pelas obras de infra-estrutura de transporte, no caso a BR 101.

Quadro 2 – Síntese da trajetória de Desenvolvimento da Zona Costeira Catarinense.

Data	Situação	Fatores de mudanças	Consequências
Século XVI	Território habitado por tribos indígenas;	'Descoberta' do Brasil; Chegada dos missionários jesuítas;	Estabelecimento de reduções;
Século XVII	Reduções indígenas estabelecidas no RS, SC e PR; Tribos ainda sem contato com os colonizadores;	Escravidão indígena pelos bandeirantes;	Escravidão dos índios, fuga, vazios demográficos
Final do Século XVII	Espaço com vazios demográficos disputados por Portugal e Espanha;	Chegada dos vicentistas e primeiros açorianos;	Estabelecimento de pequenas cidades no Litoral Catarinense e início da pesca de baleias;
1736-1860	Litoral: um espaço diverso de florestas, planícies e praias, ocupado por alguns indígenas e sesmarias dos vicentistas;	Chegada de 6000 açorianos;	Ciclo da baleia; Agricultura de subsistência e pesca artesanal;
1860-1940	Consolidação do modelo açoriano com pesca artesanal, mandioca e ciclo da baleia no litoral;	Tropeirismo e chegada dos colonos europeus para ocupar o interior do Estado;	Integração/conexão Serra Mar; Comercialização regional (principalmente gado);
1940-1970	Permanência do modelo açoriano e desenvolvimento da policultura, pecuária e manufaturas (colônias europeias);	Início da construção de infraestruturas (portos, estradas); Políticas de desenvolvimento nacional voltadas para exportação ;	Ciclo de madeira para exportação no interior de SC; Escoamento de produção agrícola das regiões interiores do país; Implementação de pólos industriais no

			litoral (carbonífera, cerâmica, termoeétrica)
1970-1990	Mosaico de pesca artesanal, pólos industriais; Início do processo de urbanização do litoral;	Continuação de investimentos em infraestruturas, energia; Políticas de industrialização pesqueira; Início do desenvolvimento turístico;	Desenvolvimento da pesca industrial (abertura de mercados); Desenvolvimento da pesca artesanal; Aumento da população urbana, especulação imobiliária
1990-2000	Especulação imobiliária; Desenvolvimento do turismo de massa e residencial; Litoralização da população; Declínio do binômio pesca artesanal e agricultura;	Democratização do país (Constituição de 1988); Abertura da economia do país e Plano Real; Cúpula da Terra (Rio 1992);	Sinais de esgotamento do modelo produtivista brasileiro e catariense; Fortalecimento dos movimentos ambientalistas e sociais de promoção da agricultura familiar;
2000 até hoje	Expansão das cidades nos espaços rurais; Diminuição das atividades produtivas no litoral, emergência da economia de serviços e residencial; Confirmação dos processos de degradação socioambiental	Em busca de novos modelos de regulação e ordenamento territorial; Novos papéis do Estado e implementação de políticas com novas abordagens (conservacionista, patrimonial, territorial);	Quadro político institucional favorável à iniciativas coletivas e inovadoras

Fonte: Adaptado a partir de Cerdan e Vieira (2009, p.22).

algumas indústrias, como a fábrica de cerâmica (telhas) e a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), inaugurada em 1979. É justamente a partir da década de 1980 que pluriatividade das famílias pescadoras se amplia, pois a renda da pesca caiu e abriram-se ocupações na construção civil e demais trabalhos ligados à expansão do turismo. No Porto de Imbituba, os estivadores e arrumadores trabalham no carregamento dos navios, sendo que os primeiros trabalham em terra e os segundos dentro da embarcação. Ambos realizam o trabalho de forma autônoma, de acordo com a convocação realizada pelos gestores do Porto. Essa condição reflete em dias de trabalho alternados, pois os chamados seguem uma lista sequencial dos cadastrados. Dessa forma, muitos atuam como pescadores artesanais nos dias que não trabalham no Porto.

No caso da Indústria Carboquímica Catarinense, alguns filhos de pescadores passaram a trabalhar na mesma, abandonando a pesca. Essa estatal utilizava os rejeitos do carvão metalúrgico catarinense, escoado pelo Porto de Imbituba, para produzir ácido sulfúrico que, juntamente com o ácido fosfórico, eram destinados principalmente às fábricas de fertilizantes (FILHO; MORAES, 2009). Por um lado, gerava empregos e arrecadação de divisas, por outro, expelia gases portadores de maus odores. Como relatado no trabalho de campo, essa condição afetou profundamente a imagem do turismo em Imbituba, exigindo inclusive que fosse desvinculado o nome do município da divulgação das praias:

Vendia o nome [da Praia] do Rosa lá fora como Garopaba. Até agora acham que o Rosa é Garopaba, pois não podiam divulgar como Imbituba, por causa da ICC. O Rosa ai fora tem como Garopaba, mas não pertence à Garopaba. Só um pedaço da [Praia] Vermelha e [da praia do] Ouvidor pertencem à Garopaba. Mas isso se dizia lá fora. O ... dizia, se eu falar que é Imbituba nós estamos ralados, se nós falarmos que esta região aqui é de Imbituba nós estamos ralados. (...) Eu fui até uma reunião com o prefeito de Imbituba, fazem doze anos atrás, quando desativaram a ICC, aí ele disse, agora vocês podem dizer que o Rosa é de Imbituba que a ICC acabou. Porque tinha isso aí. Garopaba desenvolveu e Imbituba parou. Se não fosse essa indústria, a ICC, a Imbituba já estava formada, era mais fácil. Aquela praia de Imbituba eu conheci cheia de gente, de banhistas. (...) Itapirubá sabia que foi atingida pela ICC? Itapirubá é muito mais velha e já tinha muito mais desenvolvimento que Garopaba e eles foram atingidos. [Por causa do cheiro?] Sim, aqui venta muito nordeste, e foi atingido na época lá o Itapirubá. Eu dizia, o Itapirubá vai ser atingido sobre o turismo (Comprador A).

Na mesma direção, devido à falta de planejamento e cuidados com as questões socioambientais, a política de industrialização pesqueira implementada pelo Governo Militar – através da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca – começou a entrar em colapso em meados da década de 1980. A grande expansão das capturas ultrapassou o limite dos ecossistemas nas regiões Sul e Sudeste do país. Disso decorreu a queda na produção, gerando forte crise no setor pesqueiro. Embora inicialmente a pesca artesanal tenha se beneficiado das indústrias de processamento, passou a sofrer os impactos do fomento aos barcos industriais. A isso se somaram outros problemas ambientais, como a poluição advindas da agricultura, do turismo e das indústrias, também verificados no Litoral Sul Catarinense (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS; DIEGUES; SALES, 2007).

A crise afetou a pesca industrial, mas seus efeitos foram maiores na pesca artesanal, portadora de menor esforço de captura. Nesse período, grande parte dos antigos pescadores-agricultores já havia passado a atuar exclusivamente na pesca, abandonado o regime de parceria na agricultura ou vendendo parte de suas terras para os turistas. A valorização imobiliária dificultou o retorno às atividades agrícolas. Interferiu também nos processos de herança, pois a renda agrícola não era mais suficiente para que um filho comprasse a parte dos demais herdeiros, implicando na parcelização. Como descrito acima, diante da crise, muitos pescadores abandonaram a atividade e/ou passaram a desenvolver atividades paralelas à pesca para complementar a renda da família, ampliando a pluriatividade.

Na pesca artesanal também são utilizados os ranchos de pesca, que são construções situadas próximas às lagoas e ao mar para guardar e conservar as embarcações e demais petrechos de pesca. Embora a lei restrinja seu uso à pesca e estabeleça critérios para a construção (ausência de energia elétrica, de banheiro, piso de chão batido, etc.), muitos deles foram vendidos a turistas e empresários, sendo descaracterizados e utilizados para guardar embarcações de passeio e esportes náuticos, para a hospedagem no veraneio e montar restaurantes. Essa condição reforçou sua valorização no mercado imobiliário, afetando os processos de herança e inviabilizando a incorporação de novos barcos de pesca artesanais à atividade, pois a ausência do rancho compromete a conservação da embarcação. No caso da herança, como os ranchos não podiam ser parcelizados e os filhos pescadores não dispunham de capital para comprar a parte dos demais herdeiros, reforçou-se a necessidade de venda.

4.3 AS DISPUTAS TERRITORIAIS EM GAROPABA E IMBITUBA

Embora a abordagem territorial tenha ganhado força no espaço acadêmico e como referencial orientador nas políticas públicas federais a partir do Governo Lula (2003-2010), no âmbito da sociedade os atores sociais têm se deparado com limitações na reflexão sobre as propostas de desenvolvimento. Outrossim, Vieira (2009) alude para a dificuldade das organizações sociais e ambientalistas envolverem a sociedade nas discussões e na estruturação de projetos que seguem os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável. A partir do estudo realizado em Garopaba e Imbituba, Cerdan e Vieira (2009) apontam nessa mesma direção, dada a dificuldade de construir experiências modelos baseadas nesses preceitos.

Por um lado, verifica-se a ampliação do turismo de massa orientado pela concepção que vê o desenvolvimento como consequência do crescimento econômico. Nesse caso, o debate com a comunidade é entendido como desnecessário, sendo substituído pela promessa de oportunidades de emprego. Porém, como destaca um estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (2007), o meio físico local não possui suporte adequado para a instalação imobiliária massiva. Essa condição pode comprometer a sustentabilidade do turismo no longo prazo, tornando-o mais um ciclo econômico de curta duração, bem como impactar as atividades tradicionais.

(...) tanto o potencial de utilização agroeconômica intensiva⁴⁶ como a instalação imobiliária de massa, que têm se intensificado na área nos últimos anos, são limitadas por fragilidades físicas dos terrenos e extremamente danosas para a sustentabilidade das encostas, praias e lagoas da área de estudo e, conseqüentemente, para a manutenção a médio e longo prazos das atividades tradicionais das comunidades locais, sobretudo a pesca (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007, p.26).

O debate público tende a favorecer o aparecimento dessas debilidades, condição que pode implicar na criação de regulamentações sobre a apropriação dos recursos e da riqueza, sobre o ordenamento territorial e em limites ambientais a serem respeitados. Ao contrapor os interesses de alguns grupos, a participação social é, por vezes, encarada com uma ameaça contestadora ‘dos contra o desenvolvimento’. Em

⁴⁶ Como exemplo de atividades agrícolas intensivas e degradantes destaca-se o cultivo de arroz irrigado na costa do Rio d’Una. Como se verá com mais detalhes no próximo capítulo, a liberação de água turva e contaminada com agrotóxicos tem contribuído para a redução na produção de camarão e peixes na Lagoa do Mirim.

termos práticos, os empresários acenam com a possibilidade de realizar grandes investimentos nos municípios, o que cria na população local a expectativa de ser beneficiada pelas externalidades positivas. Buscando o apoio econômico dos empresários e a adesão da população, o Governo do Estado de Santa Catarina e as prefeituras municipais de Garopaba e Imbituba têm se tornado os principais promotores dessa proposta, condição que gera um grande “diferencial de poder” em relação às concepções alternativas (ELIAS, 2006).⁴⁷

Por outro lado, essa visão tem encontrado resistências maiores do que no período da ditadura militar, quando a possibilidade de questionamentos era fortemente coibida. Nessa direção, tem crescido o poder político de organizações ambientais e de movimentos sociais que, por vezes, conseguem impor alguns limites ao crescimento econômico desenfreado. Entre as organizações locais que atuam nessa perspectiva destacam-se: a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF); o Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera; as Associações de Pescadores de Garopaba (APG) e da Comunidade de Ibiraquera (Aspeci), a Associação de Pescadores Artesanais, Nativos, Profissionais e Amadores (Apanpa) do sul de Imbituba; a Fundação Gaia Village⁴⁸; e a Associação Amigos do Meio Ambiente para a Ecologia, o Turismo e o Desenvolvimento Sustentável de Garopaba (AMA).

A APABF foi criada no ano 2000 vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com o objetivo proteger o local de reprodução da baleia franca, concentrando suas ações no âmbito da gestão dos recursos naturais. Inicialmente essa atuava mais no âmbito legal, através do amparo da legislação. Em 2003, essa passou a dar mais atenção aos conflitos em torno do acesso aos recursos naturais, resultando na instituição do Conselho Gestor (CONAPA BF) em 2006, considerado uma referência no país. Contribuíram nesse processo o Núcleo de Educação Ambiental – NEA – Ibama, o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento – NMD – UFSC, o Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera e a Fundação Gaia Village de Garopaba. O CONAPA BF busca ampliar a discussão em torno dos temas polêmicos e sobre o papel da APABF junto com os Setores de ONG Ambi-

⁴⁷ Embora esse diferencial de poder tenha origem externa, no poder econômico dos investidores, esse acaba afetando as relações de poder locais, ao conquistar o apoio de parcela da população que desconsidera grande parte das externalidades negativas. Nesse caso, as Prefeituras de Garopaba e Imbituba e o Governo do Estado de Santa Catarina assumem um papel ativo, promovendo a expansão do turismo de massa como sinônimo de desenvolvimento.

⁴⁸ Gaia Village é um projeto de caráter privado com foco em sustentabilidade, no município de Garopaba-SC, que ambiciona criar um exemplo de ambiente amigável para a interação entre a espécie humana e o todo - o Sistema Vivo - Gaia.

entalistas, do Público e dos Usuários dos Recursos – órgão tripartite (MARTINS, 2008).

Na década de 1990, o Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI) e o Movimento Ambiental do Rosa (MAR) atuavam em temas relacionados ao meio ambiente na região de Ibiraquera. A partir da aproximação com o NMD/UFSC, em 2001, surgiu a proposta de criar entidade aglutinadora (Fórum da Agenda 21 Local), que envolvesse os Centros Comunitários, Movimentos Ambientalistas, ONG e indivíduos preocupados com as questões ambientais. Assim, em março de 2002 foi fundado o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, concentrando suas ações inicialmente nas comunidades do entorno dessa Lagoa. Nos temas abordados por essa entidade destaca-se a predominância de questões relacionadas à pesca, com encaminhamentos para a construção de uma co-gestão adaptativa, o que culminou na demanda por uma Reserva Extrativista para a Pesca Artesanal (ADRIANO, 2009).

No período de fundação do Fórum, os pescadores artesanais da Lagoa de Ibiraquera começaram a sentir os impactos ambientais negativos do cultivo de camarão (carcinicultura) no entorno da Lagoa de Ibiraquera, realizado pela Fazenda Lagamar. Essa condição favoreceu a aproximação dos pescadores ao Fórum, que passou a defender o fechamento da Lagamar. Buscando o fortalecimento institucional desse público, em 2003, promoveu-se a criação da Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (Aspeci). A partir daí o Fórum passou a focar a criação de uma *Reserva Extrativista de Pesca e Aquicultura* (Resex) junto ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/Ibama), concentrando as atividades principalmente em 2006 e 2007 (ADRIANO, 2009).

Forjadas no enfrentamento dos problemas sociais e ambientais, mais recentemente, parte dessas organizações tem incorporado os preceitos do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Porém, contrastando com o discurso fácil dos defensores do “crescimento econômico a qualquer custo”, essas organizações enfrentam dificuldades para apresentar alternativas práticas e de curto prazo, as quais poderiam contribuir para envolver a comunidade de forma expressiva (VIEIRA, 2009). Acabam assumindo um papel mais defensivo do que pró-ativo. Buscando superar esse quadro, cresce a necessidade de construir experiências orientadas pela proposta de DTS, as quais ofereçam à população sistemas produtivos alternativos e mais resilientes.

Nessa direção, essas organizações têm apoiado o projeto de dinamização socioeconômica local denominado *Desenvolvimento Ter-*

ritorial Sustentável na Zona Costeira Catarinense. Esse projeto vem sendo conduzido em parceria pelo Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD – UFSC) e a Epagri, contando com o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp). No seu caráter de pesquisa, esse projeto busca identificar alternativas em meio às potencialidades locais, com destaque para a valorização das identidades culturais. A partir da abordagem territorial aponta para a estruturação de sistemas produtivos locais que integrem a agricultura, a pesca artesanal e o turismo ecológico-comunitário. Isso implica o estabelecimento de limites, principalmente ambientais, que permitam compatibilizá-los, bem como promover sinergias e complementaridades que fortaleçam os arranjos produtivos (ARAÚJO, 2008; CERDAN; VIEIRA, 2009). No caráter de extensão, tem realizado oficinas a população local através dos Laboratórios Territoriais (Labter) para debater as propostas de desenvolvimento.

Vale lembrar que a construção de experiências que respeitem os preceitos ambientais e sociais não põe fim à polarização entre diferentes concepções de desenvolvimento, mas pode oferecer melhores condições para o “empoderamento” das comunidades pesqueiras nessa disputa (ROMANO, 2008). Essas ações ganham ainda mais importância devido à perda progressiva do poder econômico e político por parte dos pescadores artesanais de Garopaba e Imbituba, como já apontado. Buscando contrabalançar essa tendência, as inovações econômicas que permitam superar essas debilidades, a exemplo dos que podem ser gestados nos sistemas de financiamento, também podem ser entendidas como formas de empoderamento dos pescadores artesanais.

Nesse campo de disputa de poder, a análise do jogo de atores permite apontar a existência de redes de identificação, com relações amistosas e conflituosas. Essas redes de relações e significados atribuem à pesca artesanal diferentes papéis no desenvolvimento da região, podendo-se situar dois territórios construídos.⁴⁹ O primeiro conecta um conjunto de atores que buscam o desenvolvimento através da ampliação do turismo de massa, não se preocupando com as externalidades negativas sobre a pesca artesanal ou as considerando um “mal necessário”. Já

⁴⁹ Tendo por base a noção de território, essas redes se aproximam do conceito de território construído. Nessa direção, pode-se apontar que as mesmas resultam das disputas de poder local, planejadas ou não, e são constatadas a *posteriori*. Assim, não se trata de um território físico, mas de redes de relações entre os atores que possuem como limite o tamanho dessas redes. As conexões podem envolver diferentes atores (indivíduos e instituições) e possuir diferentes dimensões geográficas.

no segundo território encontram-se os atores que conferem à pesca artesanal maior centralidade, procurando compatibilizá-la com as demais atividades econômicas através dos preceitos do desenvolvimento territorial sustentável.

Identificando os atores, no primeiro território situa-se o interesse das prefeituras em ampliar a arrecadação com o Imposto Territorial Urbano (IPTU) por meio da expansão imobiliária do turismo. As administrações municipais têm recebido o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina para atrair o interesse dos empresários em investir na região, fazendo com que essa rede de relações e significados perpassse os limites municipais. Embora atribua o protagonismo aos atores externos, essa proposta tem conquistado apoio de grande parte da população local com promessas de geração de emprego, valorização imobiliária etc.. Entre esses estão muitos pescadores e integrantes das Colônias de Pescadores, conscientes ou não do agravamento dos impactos ambientais sobre a pesca. Em virtude da crise no setor pesqueiro e das deficiências organizativas para enfrentá-la, esses atores acabam aceitando os benefícios momentâneos oferecidos pelo turismo. Além disso, com a queda na renda da pesca, muitos pescadores criam expectativas de atuar fora dela, como prometem os atores desse território.

No outro território, a dinâmica social vem incorporando novos atores locais no processo decisório (empoderamento), mas também contam com apoiadores externos. Entre os 'de fora' pode-se situar o Ibama, o Instituto Chico Mendes, o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC, o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp), a Pastoral da Pesca de Laguna e setores da Epagri estadual. A esses se somam as organizações ambientalistas locais, como a APABF, o Gaia Village, o Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, bem como as associações de pescadores criadas recentemente (APG e Aspeci). Encontram ainda apoiadores nas prefeituras e Epagri municipais, mesmo que em número reduzido e/ou ocupantes de postos com menor poder de decisão. Em que pese as dificuldades para conquistar o amplo apoio da população, sua atuação tem contribuído para suscitar o debate crítico sobre os projetos para a região.

No entanto, deve-se ter claro que a classificação das instituições em um ou outro território não decorre de uma tomada de posição explícita das mesmas, até mesmo porque consiste em uma distinção metodológica. Além disso, nas instituições públicas (prefeituras, governo do estado, Epagri etc.), existem divergências internas (profissionais com diferentes posições) e/ou as atuações buscam transparecer uma

postura de aparente neutralidade perante a sociedade. Outro aspecto a ser considerado é que esses debates sobre projetos de desenvolvimento têm passado a permear os processos eletivos, tanto das prefeituras como das instituições representativas, a exemplo das Colônias de pescadores.

Nos dois municípios, o Partido Progressista (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) possuem forte expressão eleitoral, apoiando inclusive explicitamente candidatos nas eleições das Colônias de pescadores. Embora ambos deem preferência ao turismo de massa, defendem publicamente a pesca e possuem filiados vinculados a ambos os projetos. Já os representantes locais do Partido dos Trabalhadores (PT) adotam postura mais próxima das organizações ambientalistas e das associações de pescadores, mas possuem pouca força eleitoral nas eleições municipais. Em alguns casos, essas redes político partidárias levam os pescadores a situarem-se em campos opostos e a criar grupos de favores, interferindo em questões como o direcionamento das políticas públicas. Contudo, pode-se apontar que a principal diferença entre os pescadores está associada ao posicionamento que assumem frente aos temas ambientais e as consequentes propostas de desenvolvimento para a pesca, ou seja, entre os territórios acima analisados.

5 A PESCA ARTESANAL EM GAROPABA E IMBITUBA E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS PESCADORAS

O presente capítulo objetiva caracterizar a categoria pesca artesanal existente nos municípios de Garopaba e Imbituba e analisar como os problemas ambientais e socioeconômicos influenciam as mudanças nas estratégias de reprodução social das famílias pescadoras. Inicialmente busca-se situar brevemente os locais e artes de pesca presentes no interior da categoria, condição indispensável para complementar o entendimento da diversidade social e da economia pesqueira nos dois municípios. Na sequência são discutidos os principais problemas que têm impactado a produção pesqueira artesanal na região de estudo, limitando o retorno econômico na atividade. Diante dessa condição, ao final são analisadas as mudanças nas estratégias de reprodução social das famílias pescadoras, dando destaque para a crescente diversificação nas fontes de renda.

5.1 A REGIÃO DOS LAGOS E AS POSSIBILIDADES PARA A PESCA ARTESANAL

O Litoral Centro Sul Catarinense possui um conjunto de lagoas e lagunas⁵⁰, sendo por isso conhecido como Região dos Lagos. A formação desses reservatórios de água entre o continente e o mar, bem como as zonas de praias, é relativamente recente em termos geológicos, datando das Eras Terciário e Quaternário. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007, p. 09):

os sedimentos provindos da erosão da escarpa da Serra Geral foram depositados no fundo do Oceano Atlântico, formando espessos pacotes sedimentares na plataforma continental. O mar entrava e recuava no continente, através de transgressões e regressões alternadas, modelando progressivamente o litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina até o seu estágio atual. Foi neste período que uma grande barreira marinha formou-se no litoral desses estados, aprisionando um grande volume de água salgada, que posteriormente deu origem a um colar de lagoas e lagunas.

⁵⁰ A diferença entre a lagoa e a laguna consiste no fato de que, nessa última, o canal de ligação com o mar fica aberto de forma permanente, permitindo o fluxo contínuo de água em dois sentidos, ou seja, tanto a água da laguna pode sair como a água salgada do oceano pode entrar. Já nas Lagoas, o canal mantém-se fechado durante a maior parte do ano, podendo se abrir naturalmente ou pela ação antrópica.

A maior expressividade da região é constituída por terras situadas em planícies a menos de vinte metros sobre o nível médio do mar. Em alguns lugares os derramamentos vulcânicos alcançam o mar, formando os costões e/ou morrotes localizados junto à linha das praias, restringindo a pesca só à arte de linha na costa. As regiões mais elevadas, que podem atingir até 200 m de altitude, contribuem para a manutenção do regime hídrico das lagoas e lagunas através da formação de rios, somando-se à entrada de água do mar (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007). Situados na região dos lagos, os municípios de Garopaba e Imbituba desenvolveram a pesca tanto no mar como nas lagoas e lagunas (Figura 4).

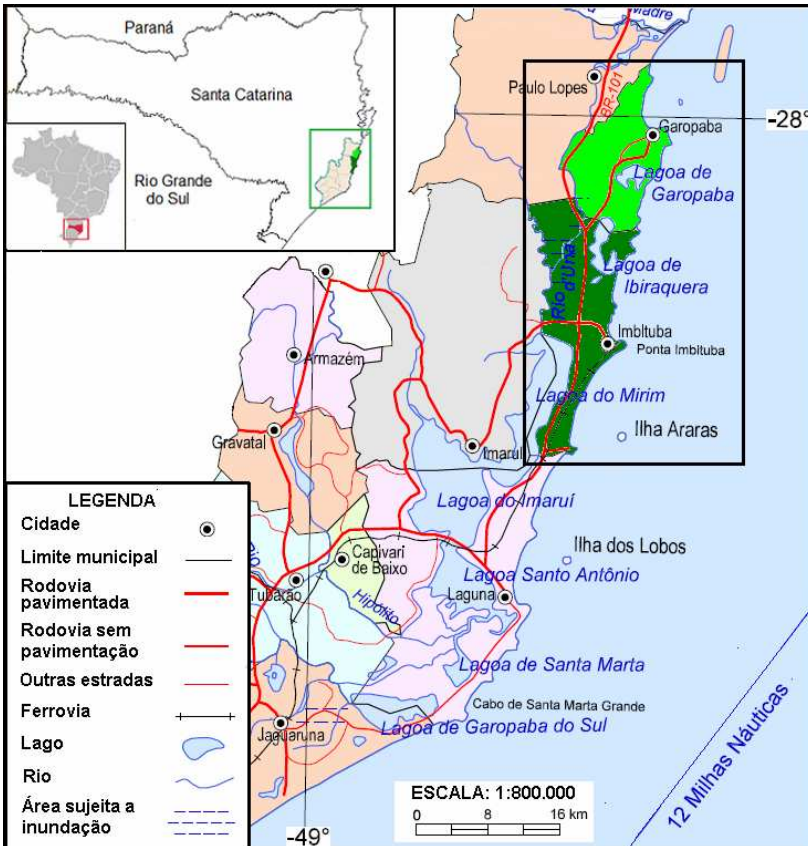


Figura 4 – Localização dos municípios de Garopaba e Imbituba na Região dos Lagos.

Fonte: Adaptado a partir de IBGE (2009).

A pesquisa realizada nos dois municípios permite apontar diferenças substanciais entre os locais de pesca. Enquanto nas lagoas as pescarias são realizadas individualmente ou em dupla, no mar ocorrem predominantemente de forma coletiva. Nas lagoas, as embarcações e demais equipamentos normalmente são de menores custos e a maioria dos pescadores são proprietários, predominando o uso das canoas de um pau só, bateras, botes de pequeno porte e caícos. Verificam-se ainda algumas diferenças entre as lagoas: nas Lagoas de Garopaba e de Ibiraquera, de menor tamanho e profundidade, é proibido o uso de redes e de embarcações motorizadas, utilizando-se tarrafas e a propulsão manual (remo e/ou calão⁵¹); na Lagoa do Mirim predomina o uso das redes de aviãozinho e propulsão motorizada, o que aumenta o custo das embarcações e petrechos de pesca. Nas três lagoas, o camarão se constitui na principal fonte de retorno econômico, embora a queda na produção dessa espécie tenha ampliado a importância do siri e dos peixes, como a savelha e a tainhota.

No oceano, as artes de pesca artesanais são predominantemente coletivas e exigem equipamentos maiores e de maior custo. As embarcações e petrechos de pesca podem ser de propriedade individual e, em certos casos, coletiva.⁵² No caso das canoas de arrasto de tainha são comuns as sociedades com mais de um dono, enquanto para as demais embarcações predomina a propriedade individual. Mesmo quando a propriedade é coletiva, normalmente o número de donos é insuficiente para pescar, exigindo a incorporação de pescadores não-proprietários, denominados no local como ‘camaradas’ ou ‘tripulantes’⁵³. As relações trabalhistas são organizadas com base nas normas tradicionais de partilha (cooperação). Ou seja, a tripulação realiza as capturas, sendo que a produção resultante é dividida entre os camaradas e o dono da embarcação, não existindo vínculo empregatício. A proporção da produção

⁵¹ Também chamado verga ou bambu, esse instrumento consiste em um bambu de aproximadamente 8m de comprimento, com o qual os pescadores alcançam o fundo da lagoa para impulsionar a embarcação.

⁵² Pasquoto (2005) faz uma caracterização da pesca artesanal da Lagoa dos Patos, onde são usadas embarcações maiores, com pescarias coletivas e sistemas de partilha, se aproximando mais do descrito aqui sobre a pesca oceânica. Diferindo ainda de todas as pescarias artesanais de Garopaba e Imbituba, naquela lagoa os pescadores permanecem por vários dias sem retornar a terra. Isso somente reforça o entendimento de que a categoria é marcada pela forte diversidade social, produtiva e econômica.

⁵³ Cabe destacar que todos os que estão dentro da embarcação são tripulantes, inclusive o dono da embarcação. Já a denominação camarada refere-se exclusivamente aos não-proprietários que atuam como tripulantes.

que fica com cada agente varia entre as artes de pesca e os locais de captura.

Contribuindo para a diversificação dos sistemas pesqueiros no mar, merecem destaque as diferentes características geológicas da costa, formando os chamados costões e as zonas de praia, além do recorte litorâneo com balneários e enseadas que sofrem menor interferência do mar. Assim, se diferencia claramente a existência de três locais favoráveis para o uso de embarcações artesanais que saem para pescar no oceano: a sede do município de Garopaba, a Praia do Porto e a comunidade do Itapirubá em Imbituba. Um quarto local de pesca situa-se entre a sede da Garopaba e a Praia do Porto, onde o mar é mais agitado, dificultando a entrada das embarcações. Nesse quarto local predomina a pesca de arrasto de tainha e o uso de botes pequenos para a pesca da anchova e corvina.⁵⁴ A diversidade de artes de pesca também é resultado da necessária adequação dos equipamentos às várias espécies alvo, favorecido pela presença de espécies migratórias, como a tainha e a anchova, de grande importância econômica na região.

A pesca nos municípios é marcada pela sazonalidade, apresentando oscilações no volume da produção ao longo do ano. Nas lagoas, a pesca de camarão concentra-se principalmente no verão. Já a pesca oceânica é realizada com mais intensidade de maio a meados de dezembro, período das safras de tainha, anchova, corvina e abrótea. Nesse período, também são capturados outros peixes, como o emplasto, mas em menor volume. No verão, ocorre redução no número de embarcações pescando no mar. Isso porque, de meados de dezembro a maio, diminui a quantidade de peixes, embora aumente a diversidade. Na sede de Garopaba, várias embarcações continuam a pescar durante o verão, principalmente devido à captura de pescada e viola para a fabricação de filé. Esse produto é vendido por bons preços no mercado local, que cresce com o turismo. Já na Praia do Porto e em Itapirubá, a proporção de embarcações pescando no verão é menor.

Nesse período, o parati e o tainhotão atingem volumes expressivos, sendo capturados com o arrastão de praia (picaré) em toda a costa.

⁵⁴ Na parte norte de Garopaba encontram-se as comunidades do Siriú e Gamboa, as quais apresentam condições de pesca semelhantes a esse quarto local. Segundo o presidente da Associação de Pescadores de Garopaba, na Gamboa existem quatro canoas de arrasto de tainha e de anchova; no Siriú existem três canoas de arrasto de tainha, sendo que duas também arrastam anchova. Nesses locais existem alguns botes, mas não soube informar a quantidade. O menor tamanho dos botes facilita a entrada no oceano, sendo também mais resistentes, por serem construídos com compensado naval. Na região também situa-se a Lagoa do Siriú, de menor tamanho que as demais. Contudo, nessa região, não foram realizadas entrevistas com os pescadores.

Alguns lanços atingem até 15 toneladas, saturando o mercado local, sendo por isso destinados, sobretudo, às indústrias. Em quantidades bem menores, durante o verão são capturados ainda o linguado (muito procurado e de bom preço), emplasto, arraia, cação (tubarão), camarão, olhete, espada, garoupa, peixe-rei, sardinha e anchoveta (juvenil da anchova). Alguns pescadores tiram marisco nos costões e preparam para a venda aos turistas. Contribuem ainda para a diversidade pesqueira, o uso de artes de pesca individual no oceano (tarrafa, linha no costão etc.) e as diferentes condições socioeconômicas dos pescadores artesanais, que permitem a alguns pescadores adquirir equipamentos diferenciados em relação aos outros donos de embarcação (tipo de embarcação, tamanho e tipo de rede, guincho de puxar a rede no mar, uso e tipo de sonda etc.).

Cabe destacar que a separação entre pescadores do oceano e de lagoa consiste em uma distinção metodológica, visto que muitos pescadores atuam em ambos os locais de acordo com a disponibilidade de pescado. Nos dois municípios existem pescadores que pescam predominantemente nas lagoas e, em maio e junho, vão atuar no arrastão de tainha no oceano, arte que exige um grande número de pescadores durante a safra. Na Zona Sul de Imbituba, muitos pescadores das comunidades de Vila Nova e Roça Grande pescam camarão na Lagoa do Mirim durante o verão, onde são proprietários das embarcações e demais petrechos de pesca. Com a diminuição de camarão na Lagoa, de maio a outubro, trabalham como camaradas nos barcos artesanais da pesca oceânica nas safras da tainha, anchova e corvina, na comunidade de Itapirubá.

5.2 PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM A RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS PESQUEIROS

As Lagoas de Garopaba, de Ibiraquera e do Mirim possuíam abundância de camarões. Esse crustáceo se cria em lagoas que apresentam um grau mínimo de salinidade trazida pela água do oceano. Entrando no estágio larval, cresce até se tornar adulto, quando retorna ao oceano para desovar, dando origem às novas larvas. Embora tenha sido a principal espécie geradora de renda no passado, a sobrepesca e outros problemas ambientais afetaram a resiliência desse recurso, gerando oscilações na produção e reduzindo sua importância econômica. Dessa forma, ampliou-se a pesca de siris e peixes, com destaque para a savelha e a tainhota. Na Lagoa do Mirim, por vezes, essas espécies assumiram o caráter de principal fonte de renda ligada à pesca. Junto a isso, a queda

na renda também forçou a ampliação da pluriatividade nas famílias pescadoras, induzindo o pescador a exercer atividades fora da pesca, com mais intensidade nos períodos de baixa produção de peixes e/ou camarões.

Nas explicações dos pescadores sobre a redução da disponibilidade de camarão e peixes nas lagoas aparece um conjunto de fatores. Como elementos comuns foram relatados os impactos negativos da pesca industrial de camarão no oceano, efetuada antes desse desovar, problemas na gestão dos recursos pesqueiros, o excesso de chuvas e a poluição. Nas Lagoas de Garopaba e de Ibraquera os pescadores chegaram a perder o poder de decisão sobre algumas práticas tradicionais ligadas ao sistema pesqueiro, a exemplo da época de abertura da barra dessas lagoas. Já na Lagoa do Mirim, o quadro encontra-se agravado devido ao grande número de embarcações e à contaminação proveniente das plantações de arroz irrigado, que é transportada até a lagoa através do Rio d'Una.

Como o esforço de captura industrial de camarão no oceano é muito intenso, diminuiu a quantidade de adultos que desovam, afetando a disponibilidade de larvas para retornar às lagoas e manter o ciclo. Os pescadores da Lagoa do Mirim relatam ainda que o período de defeso estabelecido na lagoa, entre 15 de julho a 15 de novembro, não inclui as embarcações industriais oceânicas. Assim, em anos chuvosos, o camarão tem saído da lagoa antes da abertura da pesca, sendo capturados pelos barcos industriais próximo à barra, em Laguna. O Pescador (I), integrante da diretoria da Colônia de Pescadores de Imbituba e pescador nessa Lagoa, aludiu que, antes do defeso, mesmo em anos chuvosos, a iluminação utilizada para atrair o camarão aos aviãozinhos confundia a sua orientação, dificultando a saída. Agora, com o defeso, segundo ele, “abriram-se as porteiras”.

Sobre a gestão dos recursos, os pescadores entrevistados nas Lagoas de Garopaba e de Ibraquera apontaram como principal problema a falta de fiscalização, sendo que vários pescadores utilizam tarrafas com malha menor do que a regulamentada (3cm nó-a-nó), capturando o camarão em estágios de crescimento menores. Isso o impede de atingir um tamanho maior e, conseqüentemente, a obtenção de melhor preço. Na Lagoa do Mirim, os pescadores relataram o uso do berimbau, arte de pesca proibida no local. Já em relação ao aviãozinho, relatam a redução na malha dessa rede, que também implica na captura de camarões de menor tamanho. Cabe destacar que o aviãozinho também atrai alevinos de peixes e siris juvenis, sendo que alguns pescadores não os devolvem à lagoa, pois fazem a separação em casa. Contudo, quando os

entrevistados apontam essas práticas, as atribuem aos outros pescadores e não a eles próprios.

Nas Lagoas de Garopaba e de Ibiraquera somam-se os conflitos referentes à abertura da barra entre pescadores, veranistas e empreendimentos turísticos.⁵⁵ Assim, por vezes, essa não é aberta no melhor momento para a entrada das pescarias vindas do oceano, mas sim para baixar o nível da lagoa e evitar a elevação do lençol freático, que interfere nas fossas sépticas das casas construídas em áreas baixas, decorrentes da ocupação urbana desordenada. Em anos chuvosos os problemas se tornam mais graves (SEIXAS; BERKES, 2005; ROSAR, 2007). O Pescador (12), que pesca na Lagoa da Garopaba, aponta que a ocupação imobiliária de áreas próximas ao canal dessa Lagoa prejudicou a entrada dos peixes, pois os mesmos são afugentados pelas luzes e pelo barulho. Quanto à poluição e à contaminação, existem avaliações divergentes entre os pescadores da Lagoa de Ibiraquera sobre os níveis atuais e sua capacidade de afetar a produção no local, mas há consenso sobre o problema da pesca predatória.

Já entre os entrevistados na Lagoa do Mirim existe concordância sobre a conjunção dos seguintes problemas ambientais: 1) fechamento de barras naturais; 2) contaminação proveniente das áreas de arroz; e 3) excesso de esforço de captura pela pesca industrial sobre o camarão, como já descrito acima. Com a construção da BR 101, nos anos 1970, foram fechadas algumas barras naturais e construído o aterro na ponte da Cabeçúda. Esse aterro diminuiu a dimensão do canal e, com o passar do tempo, favoreceu o seu assoreamento, limitando a entrada de água salobra e a capacidade de renovação da Lagoa do Mirim. Com isso, em anos chuvosos, a bacia de captação do Rio d'Una adiciona um volume de água expressivo que acaba diminuindo a salinidade da lagoa. Como a entrada de água salgada ficou comprometida, os pescadores relatam o aumento do tempo para a lagoa salinizar e recuperar as condições de produção após os períodos de chuvas intensas, durando até cinco meses.

Segundo eles, o problema teria se agravado a partir de 1988, quando as plantações de arroz irrigado próximos ao Rio d'Una se ampliaram, despejando água turva e contaminada com agrotóxicos, o

⁵⁵ Embora as lagoas não possuam um canal de conexão com o mar que fica aberto de forma constante, normalmente essas possuem um local onde ocorre a conexão temporária (barra), por eles chamada de abertura da barra. Os pescadores desenvolveram conhecimentos tradicionais sobre o momento mais adequado para conciliar a abertura desse canal com o período de entrada de larvas de camarão e peixes, realizando essa de forma antrópica e planejada. Atualmente os pescadores recuperaram, através das Colônias de Pescadores, o poder de decisão sobre a abertura das barras das lagoas de Ibiraquera e Garopaba, a qual é realizada pela prefeitura com uma retro escavadeira.

que acaba prejudicando a produção de camarão e peixes. Essa condição se agrava nos anos chuvosos, pois, diante da dificuldade da água secar nas próprias parcelas, a mesma acaba sendo jogada diretamente no Rio, fato que relatam ter ocorrido nos últimos quatro anos. Embora existissem muitos camarões na Lagoa do Mirim durante o período do defeso (quinze de julho a quinze de novembro), como os arroteiros liberam a água por volta do mês de outubro, quando abre o período de pesca o camarão, já não se encontra mais esse crustáceo na zona norte da Lagoa, próximo ao local de deságue do Rio d'Una.⁵⁶

Assim, diante da baixa produção, os pescadores relatam que o abandono da atividade está cada vez mais impositivo. Embora as causas não sejam exatamente as mesmas, situação similar é relatada nas entrevistas com pescadores das três lagoas. Diante das dificuldades, apontam que o seguro defeso tem contribuído para reduzir o abandono da atividade, pois garante uma renda mínima às famílias, principalmente nos anos de baixa produção de camarão. Assim, além do papel de atenuante na exploração dos recursos, essa política pública atua como um amortecedor que, quando não evita, retarda o abandono da atividade.

Já na pesca artesanal oceânica, os impactos da sobrepesca industrial são o problema ambiental mais relatado.⁵⁷ Há alguns anos foram criados os períodos de defeso para a sardinha; a proibição da captura da corvina para barcos industriais; e o defeso da anchova (de dezembro a março) e da tainha (até quinze de maio), ambas para a pesca industrial e artesanal. Junto a isso o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ibama têm buscado fazer valer a lei que restringe as cinco milhas da costa como área exclusiva de pesca artesanal, embora os pescadores relatem casos de desrespeito à lei. Com essas medidas, os pescadores afirmam que, após dez anos de queda constante, nos últimos três anos houve pequeno aumento na disponibilidade e na produção artesanal de algumas espécies.

⁵⁶ Atualmente, a duplicação da BR 101 aponta para dois quadros. Por um lado, o Ministério da Pesca e Aquicultura acena com a possibilidade de retirada do aterro na ponte da Cabeçuda e abertura das outras barras naturais que foram fechadas. Por outro, ampliou-se a entrada de água turva na lagoa proveniente das obras e a dificuldade de deslocamento em algumas comunidades. São relatados danos nas casas dos pescadores, como as rachaduras decorrentes das detonações de rochas. No longo prazo, vislumbra-se o crescimento do turismo, com a geração de novas oportunidades fora da pesca, embora os pescadores entrevistados afirmem que não tem interesse de deixar a atividade.

⁵⁷ Assim como as lagoas, o oceano também recebe efluentes de indústrias, esgotos de grandes cidades litorâneas, além dos derramamentos de petróleo. Com exceção de desastres concentrados, a sua maior dimensão facilita a dispersão. Em Garopaba e Imbituba, o principal problema levantado pelos pescadores artesanais do oceano é o conflito com a pesca industrial.

Porém, antes disso, muitos pescadores camaradas deixaram de pescar, o que prejudicou os proprietários de embarcações, principalmente os menos capitalizados. Dispondo de menores quantidades de rede, por vezes, não conseguem ir ao oceano por falta de tripulantes, fato relatado nos três locais de pesca marinha. No Itapirubá, o Pescador (III) destacou a importância da manutenção de embarcações em regime familiar. Segundo ele, nesse regime há menor dependência de pessoas externas à família para compor a tripulação, como ocorre em duas das três embarcações mais capitalizadas. Verificou-se também que alguns donos de embarcação têm conseguido obter maior volume de produção e que outros têm passado por dificuldades econômicas. Entre os que ganham menos, atribuem esse fato à falta de camaradas para compor a tripulação, já relatada acima, à baixa capacidade de investimento para melhorar os equipamentos, a idade avançada que restringe o período de trabalho etc..

Na região situada entre a sede da Garopaba e a Praia do Porto, onde predomina a pesca com canoa de arrasto da tainha, os pescadores avaliam que a falta desse pescado próximo da costa e/ou problemas de oceano muito agitado geraram diminuição das capturas. Dessa forma, a produção tem diminuído e ocasionado a desativação de várias parselhas. Entre os camaradas e donos desse tipo de parselha é comum a argumentação de que a safra da tainha tem sido somente suficiente para atender o consumo das famílias, peixe que apreciam muito. Em raros casos ocorrem 'lanços' com maiores quantidades que permitem a venda. Assim, alguns também afirmam que a manutenção dessa pescaria tem se dado mais pela tradição do que pelo retorno econômico que a mesma tem gerado.

5.3 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS PESCADORAS

A partir da crise instaurada no setor pesqueiro em meados da década de 1980, reflexo de um modelo de desenvolvimento que desconsiderou os limites ambientais, tem crescido a necessidade das famílias pescadoras artesanais diversificarem suas fontes de renda. Essa condição refletiu na redução do número de filhos de pescadores dispostos a permanecer na atividade. Como demonstram Sacco dos Anjos et al. (2004), a situação econômica do pescador artesanal assume um nível crítico que o induz a abandonar a atuação no setor. Quando não faz isso diretamente, o abandono da pesca se dá através dos filhos, que passam a atuar em outras atividades econômicas. Nessa direção, o trabalho dos

filhos fora da pesca foi a principal causa da ampliação da pluriatividade em Garopaba e Imbituba. No entanto, nos últimos anos, a gravidade da crise e sua continuidade têm forçado muitos chefes de famílias pescadoras a abandonar a atividade e/ou desenvolver trabalhos ‘extra-pesca’, como se verifica no relato do Pescador (19) que, além da pesca, trabalha em uma chapeação de carros:

É como eu te digo, o ramo de pesca, hoje, na nossa lagoa, é precário ... é precário, pois não tem o pescado. Então, quer dizer, se o cara não apreender uma profissão hoje não sobrevive, não tem condições de sobreviver mais da pesca, não tem condições. Olha, tu não consegue manter o estudo para um filho, não tem condições ...

Entre os pescadores entrevistados é comum o argumento de que seus filhos não seguirão na atividade. O desejo que seus filhos continuem a tradição ligada à pesca artesanal esbarra nas dificuldades de sobreviver com a renda obtida pela pesca. Embora essa ocupação mantenha a característica de trabalho autônomo, muito valorizada em seus discursos, entendem que a pesca não está mais oferecendo condições para garantir a reprodução social de uma família. A possibilidade de obter mais renda na pesca do que em outras atividades reverteu-se, restando a incerteza e as dificuldades ligadas ao trabalho.

Na região, os empregos assalariados permanentes oferecem a possibilidade e segurança de uma renda mensal, muitas vezes, em trabalhos considerados menos penosos, como no comércio, pousadas, restaurantes etc.. Enquanto isso, as pequenas embarcações artesanais não dispõem de condições para evitar o frio, a chuva e os perigos no mar. Além disso, a ausência de infraestrutura no embarque, como portos e trapiches, expõe os pescadores ao contato com a água toda a vez que vão para o mar, sendo que a pesca marinha ocorre com maior intensidade no inverno.

Embora apontem não querer que os filhos continuem na pesca, os pescadores entrevistados afirmam que não desejam deixar a atividade. Justificam esse desejo por estar acostumados, amar o que fazem e pelo fato de ser o que sabem fazer de melhor. Nesse sentido, o pescador avalia a pesca não só pelo rendimento monetário que gera, mas pelo sentido que confere à sua vida. Ou seja, o dinheiro não é entendido como portador de fim em si mesmo, mas como meio a ser transformado em um fim. Logo, a obtenção desse fim (liberdade) também pode se dar sem a mediação do dinheiro, como ocorre em várias situações da sua vida financeira (partilha, financiamento com atravessador etc.). Essas

experiências acabam moldando sua cultura financeira e orientando a racionalidade no fim e não necessariamente no dinheiro (SIMMEL, 1998).

Além disso, como possuem pouco estudo, ocupam postos de baixa remuneração nos demais ramos da economia. Desse modo, buscam trabalhos ‘extra’ nos períodos de baixa produção pesqueira, retornando às capturas quando encontram peixes e/ou camarões, como se verifica no relato a seguir:

Que varia muito por causa do tempo, tem verão bom, tempo bom, aí dá muitos pescadores. Que tem muito, vamos dizer, hoje nós temos aqui na nossa região duzentos pescadores. Só que hoje está pescando cinquenta. Os outros 150 não estão, porque um está fazendo ‘bico’ lá não sei onde, um lá de pedreiro, outro ... Se aparece a pesca eles caem todos na pesca. Na hora que aparece a pesca eles vêm todos. Eles deixam lá, eles se sujeitam a ganhar um salarinho ou coisa assim porque não tem, não tem a tainhota, não tem o camarão, não tem nada.⁵⁸

Por vezes realizam ambas as atividades na mesma época, alterando o grau de dedicação de acordo com a disponibilidade de pescado. Esses trabalhos ‘extras’ são realizados, em sua maioria, sem vínculo empregatício, pois ao assinarem a carteira de trabalho perdem o direito aos quatro meses de seguro defeso. Mesmo assim, conforme demonstra a Tabela 10, existe uma grande diversidade de fontes de renda “extras”. Com base nas vinte entrevistas estruturadas com os pescadores, as mais recorrentes foram as seguintes: servente de pedreiro; pedreiro; carpinteiro; guarda de pousadas; caseiro; faxinas; limpeza de terreno; agente de saúde, chapeador em oficina; fabricação de redes; manicure; etc.. Quando essas atividades são executadas de forma esporádica, são denominados localmente como ‘bicos’.

A quase totalidade das famílias entrevistadas (dezoito das vinte) relatou alguma fonte de renda ‘extra-pesca’, embora as mesmas possuam graus de importância diferentes na composição de renda das famílias. Porém, mesmo com a pluriatividade, a renda *per capita* dessas famílias ficam, em sua maioria (dezoito das vinte famílias), abaixo da média *per capita* dos seus respectivos municípios.⁵⁹ A renda *per capita* média nas vinte famílias é de R\$ 5.511,19/habitante/ano, ficando abaixo

⁵⁸ Esse relato foi realizado por um morador da Roça Grande que presenciou parte da entrevista com o Atravessador (D), mas não foi contabilizado na amostra.

⁵⁹ O Pescador (13) reside na Garopaba, por isso a renda (de R\$ 12.523,75 por integrante da família) está classificada acima da renda *per capita* municipal. Já a renda *per capita* dos familiares do pescador (9) está subestimada em virtude da ausência da renda obtida ‘extra-pesca’ por dois filhos que trabalham.

Tabela 10 – Rendas anuais das famílias pescadoras artesanais informadas pelos entrevistados durante o levantamento dos dados de campo em Garopaba e Imbituba, realizadas em setembro e outubro de 2009.

Pes- cador	Idade	Pesca			Agricultura		Trabalho contínuo			Previ- dência	Bicos*** (Casal)	Aluguel	Ajudas de familiares	Renda total da família	Nº pessoas na casa	Renda Per Capita
		venda	consumo*	Defeso**	venda	consumo	Homem	Esposa	Filhos(as)							
1	36	12.000,00	600,00	3.720,00			1.800,00							18.120,00	5	3.624,00
2	48	9.000,00	470,00	3.720,00										13.190,00	2	6.595,00
3	38	22.320,00	600,00	1.860,00				9.067,50					558,00	34.405,50	4	8.601,38
4	54	-	1.800,00	-			13.200,00			14.300,00			29.300,00	1	29.300,00	
5	47	11.200,00	600,00	1.860,00				3.900,00				4.500,00	22.060,00	3	7.353,33	
6	43	12.000,00	3.600,00	1.860,00					7.800,00					25.260,00	5	5.052,00
7	58	6.000,00	360,00	1.860,00						6.045,00	1.300,00			15.565,00	3	5.188,33
8	50	3.300,00	500,00	1.860,00								2.500,00	8.160,00	1	8.160,00	
9	73	500,00	1.500,00	-	320,00	2.500,00			****	6.045,00			10.865,00	6	1.810,83	
10	38	9.000,00	500,00	3.720,00							900,00		14.120,00	4	3.530,00	
11	45	9.000,00	800,00	3.720,00							2.500,00	2.000,00	18.020,00	5	3.604,00	
12	40	500,00	800,00	3.720,00		100,00		3.487,50			2.400,00		11.007,50	4	2.751,88	
13	60	1.000,00	800,00	-	500,00	860,00		1.500,00			26.000,00	15.535,00	1.500,00	2.400,00	4	12.523,75
14	53	8.370,00	900,00	1.860,00						6.045,00			17.175,00	2	8.587,50	
15	57	2.400,00	1.200,00	3.720,00							500,00		7.820,00	2	3.910,00	
16	53	3.720,00	1.200,00	3.720,00					7.410,00			1.860,00	17.910,00	4	4.477,50	
17	53	12.000,00	875,00	1.860,00					6.960,00			6.045,00	27.740,00	4	6.935,00	
18	54	4.500,00	600,00	3.720,00	840,00	600,00		11.160,00			4.500,00		25.920,00	4	6.480,00	
19	47	3.720,00	900,00	1.860,00			7.000,00		6.045,00				19.525,00	3	6.508,33	
20	50	9.500,00	1.200,00	3.720,00					7.150,00				21.570,00	8	2.696,25	
Total	-	140.030,00	19.805,00	48.360,00	1.660,00	4.060,00	22.000,00	24.000,00	66.480,00	54.015,00	16.018,00	8.900,00	2.500,00	407.828,00	74	5.511,19
%		34,3	4,9	11,9	0,4	1,0	5,4	5,9	16,3	13,2	3,9	2,2	0,6	100		

Notas: * O 'autoconsumo' foi calculado com base nos valores de venda do pescado. ** O valor recebido no defeso depende do número de beneficiários por família. Para todos os entrevistados, esta varia de 0 a 2 beneficiários por família. *** Bicos são atividades ocasionais de: servente de pedreiro; pedreiro; carpinteiro; guarda de pousadas; caseiro; faxinas; limpeza de terreno; fabricação de redes; manicure; etc.. **** Não soube informar a renda dos 2 filhos que trabalham fora da pesca, conseqüentemente, a renda *per capita* ficou subestimada. Renda *per capita* de: Garopaba R\$ 9.528,14 habitante ano; e Imbituba R\$ 16.346,72 habitante ano.

Obs: A amostra contempla famílias em que os pescadores atuam com mais intensidade na pesca, pois os pescadores buscavam indicar outros que consideravam mais atuantes na pesca. Assim, pode-se considerar que esse percentual da renda extra-pesca é ainda maior nas famílias pescadoras de Garopaba e Imbituba.

da média de Garopaba (R\$ 9.528,14/habitante/ano) e de Imbituba (R\$ 16.346,72/habitante/ano). Os menores valores são registrados nas famílias com mais integrantes e que possuem filhos que não fazem parte da População Economicamente Ativa.⁶⁰

Cabe reforçar que a contribuição das atividades ‘extra-pesca’ na renda das famílias varia anualmente, de acordo com a disponibilidade de pescado, como já relatado acima. Segundo o Pescador (14), ao atuar parcialmente fora da pesca artesanal, alguns deixam de afirmar a sua identidade de pescador, desvalorizando a atividade. No caso dele, relata que deixaria de se considerar pescador somente caso abandonasse totalmente a pesca:

(...) eles pescam e trabalham de pedreiro, carpinteiro, caseiro, várias coisas, mas a lagoa... Se tu perguntar para uns aí: Ah! Mas eu não vivo da Lagoa, não vivo da pesca, não sei o que. Mas lá no trabalho eles ganham R\$ 400,00, R\$ 500,00 ou R\$ 600,00, mas se tiver uma época boa de camarão eles fazem R\$ 1000,00, R\$ 1200,00, R\$ 800,00, R\$ 900,00 num mês, aí não vivem da lagoa. Estes que me quebram, porque dificulta o valor que tem a nossa Ibiraquera, o valor que tem a nossa Lagoa. Não valorizam, não respeitam tanto. (...) Se eu trabalhasse com bares, ou com ostras, ou tivesse duas a três casas para cuidar, eu faço bico do turismo e vivo da pesca. Se é aquilo que eu nasci, aquilo que eu me criei e naquilo que eu continuo. O dia que eu disser, que eu chegar em algum lugar, que tu tiver numa reunião, [Fulano], do que tu vive? Vivo do turismo, do meu trabalho de carpinteiro ou outra coisa. Tu vai falar: e a pesca? A pesca eu abandonei. (14)

Ainda com base na Tabela 10, a venda da produção de pescado (34,3%), a parte autoconsumida pela família (4,9%) e o defeso (11,9%) representam 51% da renda total obtida pelas vinte famílias entrevistadas, oscilando sua importância para cada família entre o mínimo de 3,59 % e o máximo de 100 %. A proporção proveniente da pesca aumenta mais se for considerada a renda previdenciária decorrente das aposentadorias na atividade pesqueira. Dos vinte entrevistados, cinco pescadores e uma pescadora são aposentados, sendo quatro deles pelo trabalho na atividade pesqueira. A importância da renda previdenciária dá indícios do envelhecimento na atividade, chegando a 13% da renda total, sendo que

⁶⁰ Vale lembrar que a participação da renda dos filhos na composição da renda da família varia de acordo com a sua inserção na População Economicamente Ativa (PEA). Mesmo em famílias numerosas, a participação da renda dos filhos pode ser pequena, pois o período de vida enquanto integrante da População Economicamente Ativa (PEA) residindo com a família é pequeno. Enquanto são crianças não trabalham e, após assumir certa idade: saem de casa, casam-se etc..

a idade média dos vinte pescadores se aproxima dos cinquenta anos. Mantidas as condições atuais, essa tende a aumentar, visto que os filhos não estão atuando na atividade e os pescadores seguem envelhecendo.

Na renda obtida com a venda da produção pesqueira, a análise a partir de uma divisão simétrica entre os pescadores entrevistados permite apontar que 50% deles obtêm renda anual de pesca superior a R\$ 8000,00. Entre esses encontram-se proprietários de embarcações mais capitalizadas no mar (Pescadores 1, 2, 3, 5 e 6); proprietários de canoas nas Lagoas do Mirim (17 e 20) e de Ibiraquera (14); além de dois camaradas no mar (10 e 11). Esses dois camaradas têm aproximadamente 40 anos, trabalham em parselhas que ficam capturando por mais tempo e os proprietários são mais capitalizados (a exemplo do Pescador 3). Assim, como camaradas, conseguem obter renda equivalente a outros proprietários menos capitalizados. Embora carecendo de uma análise mais detalhada, pode-se apontar que os camaradas recebem uma renda que varia entre 40% a 80% da obtida pelo proprietário, descontados os custos para esse último.

Entre os 50% dos entrevistados que obtêm menor renda a partir da produção pesqueira estão os proprietários de pequenos botes no mar (7 e 8), os donos que não pescam (4) e um sócio aposentado da parselha coletiva de arrasto de tainha (9); bem como os proprietários de canoas nas Lagoas de Garopaba (12), de Ibiraquera (13) e do Mirim (15, 16, 18 e 19). Alguns desses últimos trabalham também de camaradas no mar. As causas dessas diferenças de renda na produção são variadas, estando associadas a questões como o envelhecimento e menor dedicação à atividade; aposentadoria do pescador; menor tamanho das embarcações; grau de capitalização dos proprietários para comprar redes maiores; proprietário que não são tripulantes; queda na disponibilidade de recursos pesqueiros variável entre os locais etc..

A renda de autoconsumo (pesca + agricultura) assume grande importância, representando quase 5,9 % da renda total das famílias. Essa seria ainda maior se fosse calculada com base no preço de compra dos produtos.⁶¹ Assim, a maioria dos entrevistados relatou que, se tivesse que comprar, não consumiria tanto quanto consome. Alguns pescadores também praticam agricultura, principalmente para a fabricação de farinha de mandioca, tradicional na região. Essa, além da importância na composição da renda, representa a manutenção das tradições e ajuda a

⁶¹ A renda de autoconsumo é obtida através do cálculo dos gastos que a família realizaria para adquirir certa quantidade de produto consumida, mas que é por ela produzida, evitando a necessidade da compra. Contudo, os pescadores responderam a essa pergunta sempre a partir do valor de venda do pescado e dos produtos agrícolas.

fortalecer os laços de reciprocidade através das doações (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; LÉVESQUE, 2009), como se verifica no relato do Pescador (9):

Eu consumo tanto farinha na minha casa que tu nem acredita. Eu guardo vinte sacos de farinha no mês de agosto, no outro não tem mais nada. Apesar de que os filhos e vizinhos carregam um pouco. Às vezes eles vêm comprar uns quilos de farinha, eu dou, não vendo. Mas por isso que a gente tem que guardar bastante, para ter para o ano. Porque eu só como farinha e peixe, outra coisa eu não como. Desde pequeno. Até hoje pescaria para eu comer eu peço, não gosto de carne, de galinha, de nada. Só peixe e farinha. (9)

Já o seguro defeso gera um acréscimo equivalente à aproximadamente um terço da renda média obtida com a produção pesqueira vendida pelas vinte famílias entrevistadas, chegando em termos médios a 11,9% do total da renda das famílias. Os acréscimos na renda propiciados por essa política pública ganham mais relevância entre as famílias sem benefícios da previdência social, sem rendas contínuas 'extra-pesca' e com maior número de beneficiários do seguro defeso (que variou de zero a dois por família). Como exemplo, para o Pescador (15), o defeso representou 48,8 % da renda informada pela família. A importância do defeso na composição da renda também fica evidente no relato do Pescador (18): "Ano passado deu mais do defeso do que da pesca. Esse ano vai dar mais de novo, e alguma coisa do siri." Para evitar a perda do direito ao seguro defeso, os pescadores que trabalham fora da pesca evitam registrar na carteira de trabalho. Por esse motivo, muitos deixam de complementar a renda com atividades ligadas à pesca industrial, categoria que legalmente não pode ter pescadores embarcados sem carteira assinada.

Não por acaso, a criação do seguro defeso foi apontada pela maioria dos entrevistados como a principal política criada para a pesca. "O defeso ajuda muito para a gente. Ajuda muita gente", afirmou o Pescador (15). Para o Pescador (11), que já foi agricultor, o defeso "é um meio de plantar, um meio do governo plantar." Verifica-se assim que essa política tem contribuído tanto para a preservação dos recursos pesqueiros como para a reprodução social das famílias. Embora restrinja a realização de trabalho assalariado fora da pesca, não é possível concluir, como afirmam Souza, Lobato e Camargo (2007), que a prioridade dessa política seja a preservação ambiental dos recursos pesqueiros, com raízes ecocêntricas, em detrimento do caboclo ribeirinho da Amazônia que, muitas vezes, não preenche os requisitos

exigidos pela lei. Contudo, assim como verificaram esses autores, os pescadores entrevistados no litoral centro-sul catarinense também apontam problemas de fraude, visto que consideram alguns beneficiários como não-pescadores.⁶²

Têm muitos que têm carteirinha e nem sabe como é que se pesca e nem limpar um peixe, e faz defeso. Mas agora está apertando. Gasta R\$ 120,00 pela carteirinha e tira quatro salários. Os pedreiros, motoristas de táxi, a mulher do dono do maior mercado que temos aqui fazia defeso. (...) Teve professoras. Mas parece que fizeram devolver o dinheiro (Pescador 7).

Em termos de organização financeira, a ampliação das fontes de renda contribui para um ‘caixa único’⁶³. A exceção se dá principalmente com o trabalho dos filhos, visto que a casa é normalmente mantida pelos pescadores (pais), enquanto os filhos usam o dinheiro do seu trabalho em separado. Contudo, em casos de dificuldades e, de forma mais constante em algumas famílias, afirmam se ‘ajudar’. As ‘ajudas’ com empréstimos sem juros ou sem retorno são comuns entre parentes residentes em casas distintas. Em alguns casos, os empréstimos sem juros se estendem aos vizinhos. Essas relações podem ser mais bem explicadas pela economia plural, visto que à racionalidade econômica se associam os elementos extraeconômicos, como os laços sociais desses indivíduos (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; GRANOVETTER, 1985, 1992; LÉVESQUE, 2009).

A oscilação dos recursos pesqueiros e a dependência de oportunidades de renda extra-pesca faz com que a reprodução social se alicerce em fontes de renda que variam sua participação ao longo do ano e entre os anos. Entre as famílias que ampliam suas fontes de renda, por vezes, os recursos obtidos com a ação em outras atividades também são utilizados para financiar a atuação na atividade pesqueira. Isso fica mais claro nos casos em que o pescador, que não tendo mais dinheiro em mãos para poder continuar pescando, sai em busca de um trabalho para

⁶² Aqui existe a necessidade de uma ponderação, pois como os entrevistados normalmente atuam com mais intensidade na atividade, consideram os que atuam de forma menos regular como não pescadores. A definição desse limiar entre o quanto alguém deve se dedicar à atividade para ser considerado pescador não fica claro em suas argumentações e nem é definido pela política. Contudo, os mesmos também relatam casos de beneficiários que não tem nenhuma relação com a pesca. Como medida voltada a coibir esse problema, o Secretário de agricultura e Pesca de Imbituba apresentou um documento do ministério público solicitando que a prefeitura realizasse uma avaliação dos beneficiários, para verificar se não existiam funcionários públicos entre os mesmos. Contudo, não foram informados os resultados.

⁶³ O ‘caixa único’ aqui é adotado pra tentar expressar que a racionalidade econômica da família não é pensada por atividade, uma separada da outra, mas em algo que se aproxima mais ao ‘balanço entre produção e consumo’ das sociedades camponesas (WANDERLEY, 1998).

financiar a atividade pesqueira, como relatou o Pescador (2), que atuou na pesca industrial:

Eu trabalhei quatro anos, mas só de seis em seis meses. (...) Só na safra da sardinha. (...) Era de março até outubro. [Mas não era a época que dava peixe aqui também?] É que eu comprei uma rede e não consegui pagar. Fiz um empréstimo, mas não pude pagar. Aí tive que ir para o barco para conseguir pagar. [Mas porque não conseguiu pagar?] Porque muita gente que eu estava pescando não quis pescar mais, se entregaram. Fiquei sem gente para pescar, aí eu tive de fazer isso aí para pagar. Aí fui para lá, ganhei dinheiro e peguei. Agora vim de volta. Faz dois anos que eu vim de volta. (2)

O seguro defeso também auxilia no financiamento da atividade pesqueira, como se verifica no relato do Pescador (20):

Às vezes a gente, por exemplo, dá uma safrinha de camarão melhor, aí já vai pensando naquilo antes. A embarcação tava ruinzinha, aí fui juntando um dinheirinho. E a gente agora tem esse defeso que a gente faz. Fica quatro meses fechado, mas aí eles pagam um salário por mês. Aí pega eu e a minha esposa fizemos o defeso junto, aí sobrou um dinheirinho para fazer aquela batera ali. (20)

Assim como os recursos recebidos com o desenvolvimento das atividades ‘extra-pesca’, o seguro defeso é incorporado ao que pode ser chamado de ‘caixa único’, sendo utilizado de acordo com as mais variadas necessidades que se colocam para viabilizar a reprodução social das famílias, inclusive o financiamento da atividade pesqueira.

Ao diversificar as estratégias de reprodução social, é possível que a atuação menos incisiva na pesca diminua a demanda por capital para investimento. Como exemplo, se um pescador captura só camarão durante o verão, atuando em outras atividades no inverno, não tem necessidade de comprar as redes necessárias para a pesca dos peixes que ocorrem nessa época. Como adota a administração centrada na família e não por atividade individualizada, os recursos provenientes das atividades ‘extra-pesca’ não se destinam somente ao consumo da família, mas também ao financiamento da atividade pesqueira.

Além disso, as diferenças entre os locais de pesca geram importantes condicionantes sobre as técnicas de captura e a organização social do trabalho, contribuindo para a diversidade da pesca artesanal e para a estruturação de diferentes demandas por financiamentos. No caso dos sistemas informais, os atravessadores se valem dos conhecimentos sobre a vida do pescador, propiciada pela proximidade, para delimitar a

capacidade de investimento dos pescadores, embora nem sempre consigam prestar os recursos na quantidade necessária e o façam com alto custo. Como se verá no próximo capítulo, a fragilidade econômica decorrente da escassez de pescado também tem limitado os recursos e os resultados dos novos investimentos, gerando mudanças nos sistemas de financiamento.

6 OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO NA PESCA ARTESANAL DE GAROPABA E IMBITUBA

O presente capítulo objetiva analisar os principais sistemas de financiamento formais e informais adotados pelos pescadores artesanais em Garopaba e Imbituba. Na modalidade informal destacam-se os financiamentos prestados pelos atravessadores, enquanto no formal destina-se atenção especial à análise do Pronaf Pesca. O propósito aqui consiste em demonstrar as principais dificuldades que limitam a constituição de sistemas financeiros de qualidade aos pescadores artesanais: as limitações institucionais; a dificuldade dos atores sociais criarem instituições financeiras alternativas e/ou pressionarem as atuais para melhorar o atendimento; deficiências no controle social entre os indivíduos; incompatibilidades entre as normas do programa e a cultura financeira dos pescadores; e a ausência de um espaço de aprendizagem.

Dessa forma, os atravessadores assumem o papel de principal agente financeiro no custeio da pesca artesanal marítima em Garopaba e Imbituba, prestando as chamadas assistências para garantir a compra do pescado (laços fortes), tema analisado no item 6.3. Quatro dos nove donos de embarcação oceânicas entrevistados também acessaram a modalidade investimento do Pronaf Pesca, seja para comprar as embarcações, realizar reformas, comprar redes etc. (item 6.4). Vários pescadores responderam ainda usar dinheiro de empréstimos com amigos, principalmente para o conserto de embarcações. Em certos casos, esses amigos são pessoas que compram ranchos para veranejar e solicitam aos pescadores o cuidado durante o inverno, exemplificando como a dinâmica econômica se assenta nas relações sociais (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; GRANOVETTER, 1985; LÉVESQUE, 2009).

6.1 OS LOCAIS DE PESCA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO

A pesca artesanal oceânica realizada em Garopaba e Imbituba ocorre predominantemente com a tripulação organizada em grupos. Porém, com exceção das antigas sociedades de arrasto de tainha, são raros os casos de propriedade coletiva das embarcações e demais equipamentos. Desse modo, somente o dono da embarcação assume a responsabilidade pelo financiamento dos custos da atividade. Conforme relatou o Pescador (6), “os camaradas entram somente com o corpo”. Como exemplo, em uma embarcação com cinco pescadores, somente um assume a responsabilidade do financiamento, o que faz diminuir o

número de pescadores que realizam financiamentos, concentrando o valor necessário num número reduzido de pescadores.

Em meio à fluidez dos recursos, no caso de problemas na embarcação, os pescadores procuram consertá-la o mais rápido possível para reduzir o tempo parado em meio à safra. Para que sejam utilizados sistemas formais de crédito nesse quesito, seria necessária uma modalidade específica, menos burocrática e mais ágil. Nos casos de compra, alguns donos de embarcações artesanais também relatam ter investido o dinheiro que ganharam quando atuavam permanentemente na pesca industrial. Por sua vez, a mudança temporária de categoria só não ocorre com mais intensidade devido à perda do seguro defeso no referido ano, pois esse é pago só para pescadores artesanais que passaram os doze meses nessa categoria, embora muitos realizem trabalhos extra-pesca informalmente.

O decréscimo da produção pesqueira oceânica manteve-se por um longo período e impactou negativamente a obtenção de renda na atividade, o que levou muitos pescadores deixarem a pesca ou reduzirem sua participação na ocupação e renda, como analisado no capítulo anterior. Isso ocorreu em maior proporção entre os camaradas, que obtêm uma renda menor na partilha.⁶⁴ Com isso, muitos donos de embarcações foram forçados a trocá-las por menores, para diminuir a necessidade de tripulantes. Começando a reverter esse quadro, nos últimos três anos houve um pequeno aumento da produção pesqueira marinha, associada principalmente aos períodos de defeso (anchova, tainha, sardinha) e à fiscalização da área exclusiva de pesca artesanal na costa (cinco milhas). Diante desse novo quadro, o Comprador (F) relatou que os pescadores de Garopaba dispõem de boas condições de rede, mas têm deficiências quanto às embarcações, principalmente no tamanho. Dessa forma, para além dos financiamentos para ampliar a arqueação bruta total das embarcações, precisam de ações no âmbito legal voltadas a garantir a estabilidade e promover o aumento da produção.

A aquisição de embarcações por novos donos também tem esbarrado em problemas ligados à aquisição do rancho, necessário para a conservação da mesma. Esse fato decorre da elevação dos preços

⁶⁴ Embora a proporção recebida por cada um na partilha seja clara, a dificuldade de comparação entre as rendas dos camaradas e proprietários reside na carência de informações precisas para calcular o custo de produção da embarcação. O que se percebe é que os proprietários capitalizados conseguem obter as maiores rendas, refletindo também no aumento da renda dos camaradas que trabalham com eles. Nesse caso, embora o ganho seja menor que o do proprietário, a renda do camarada que trabalha com ele se aproxima do ganho do proprietário descapitalizado. Já as rendas mais baixas são registradas entre os camaradas de embarcações descapitalizadas.

associada à compra dos ranchos para outros fins, como veraneio, restaurantes, bares etc.. Os preços têm subido tanto que inviabilizaram a aquisição pelos pescadores. Até mesmo nos casos de herança com mais de um herdeiro, torna-se difícil ao filho pescador comprar as partes referentes aos irmãos. Nessa direção, o Pescador (5) utilizava o rancho do pai, já falecido, mas os irmãos estavam requerendo suas partes na herança. Como a pesca não viabiliza a aquisição, teriam que vendê-lo para terceiros. Constata-se assim a necessidade de medidas destinadas a contornar essa deficiência legal sobre os usos dos ranchos, resolvendo o problema antes que afete a própria viabilidade futura da atividade (TRIVELLI; ALVARADO, 2004).

Já nas lagoas, de forma geral, os pescadores relatam a necessidade de reforma ou construção de ranchos ou sarilhos⁶⁵, o que se constitui uma importante demanda para a conservação das embarcações e demais petrechos de pesca. Nas Lagoas de Garopaba, de Ibraquera e do Mirim predominam o uso de sarilhos, construídos em grande número. Um número bem menor de pescadores possui ranchos nessas lagoas, mas com tamanho menor que os construídos pelos pescadores do oceano. A calmaria das lagoas ('mar manso') permite a construção de ranchos em muitos lugares. Além disso, a pressão imobiliária na volta das lagoas é menor, tornando sua aquisição e/ou construção mais barata do que na pesca oceânica.

Em relação à captura nas lagoas, verifica-se que na do Mirim predominam a utilização de embarcações e demais petrechos de pesca de maior custo do que na de Garopaba e de Ibraquera. Segundo os pescadores entrevistados no primeiro local, tal condição também lhes permite obter maior produção, desde que não ocorram anos chuvosos e problemas ligados à poluição e à contaminação proveniente das áreas de arroz, o que tem dificultado a pesca no local. Mesmo assim, vários deles relatam o desejo de reformar suas embarcações ou trocar por novas. Nessa direção, o Instituto de Políticas Públicas e Sociais (IPPS) vem operacionalizando o Projeto de Renovação da Frota Pesqueira Artesanal do Governo Federal na Lagoa do Mirim. Através desse Projeto são selecionados pescadores com dificuldades socioeconômicas e embar-

⁶⁵ Os sarilhos são construções abertas, de menor custo, sendo muito utilizado para suspender as embarcações nas lagoas. Contudo, por serem construídos dentro da água, apodrecem e precisam de reformas constantes. Já os ranchos têm custo inicial maior e são construções fechadas localizados fora da lagoa. Isso os torna mais seguros para guardar outros equipamentos de pesca, desobrigando o pescador de transportá-lo para guardar em casa. Assim, no caso da Lagoa Mirim, onde os equipamentos são maiores, o rancho torna-se ainda mais necessário.

cações danificadas, aos quais são fornecidos os materiais necessários às reformas, realizadas em mutirão.⁶⁶

Nessa lagoa, os pescadores entrevistados manifestam o desejo de comprar motores de centro a diesel ou de trocar os que possuem. O desejo de comprar mais redes representa outra demanda recorrente. No entanto, esse tema necessita ser avaliado sobre a possibilidade de agravar os problemas de sobrepesca, como ocorreu entre os pescadores artesanais beneficiários do Pronaf Pesca no Rio Grande do Sul (SOUZA, 2007). Para a compra e reforma de embarcações, além dos financiamentos informais, verificam-se vários acessos ao Pronaf Pesca na modalidade investimento. Muitas embarcações também foram adquiridas através da herança ou com o apoio dos recursos do seguro defeso. Já para o custeio da atividade, os financiamentos informais, em que os atravessadores compram redes e baterias, bem como adiantam dinheiro para o conserto de motores, descontando na produção, representam a regra na região, não sendo registrados casos de Pronaf Pesca na modalidade custeio.⁶⁷

Já nas lagoas de Garopaba e de Ibiraquera, os anseios se concentram mais na melhoria das canoas, já que a arte usada é a tarrafa e praticamente todos a possuem. As principais formas de aquisição das embarcações relatadas são as heranças, os recursos de boas 'safras', de outras ocupações e do seguro defeso, empréstimos com compradores da produção e familiares, além do Pronaf Pesca. Em ambas as lagoas os pescadores relatam a importância dos congeladores para armazenar o camarão e a carne de siri, por desobrigar a venda imediata. Assim, podem vender parte da produção diretamente ao consumidor, conseguindo melhores preços. Como se destaca a seguir, essa mudança na forma de comercialização contribuiu para a alteração nos sistemas de financiamento informais prestados pelos atravessadores em algumas comunidades pesqueiras.

⁶⁶ O Instituto de Políticas Públicas e Sociais (IPPS), com sede em Imaruí, foi a organização selecionada para a implementação do Projeto de Renovação da Frota Pesqueira Artesanal do Governo Federal na Lagoa do Mirim, através do qual as embarcações artesanais são reformadas com recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

⁶⁷ Como os pescadores não relataram o acesso à modalidade custeio, estima-se que os dados referentes à essa modalidade disponíveis no Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP – SAF – MDA) sejam referentes aos acessos realizados pelos agricultores, visto que o SMAP não diferencia esses públicos.

6.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE AVIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

As relações com o meio físico e o desenvolvimento de novas técnicas são relevantes na caracterização da pesca artesanal. Contudo, outro importante elemento está associado aos possíveis caminhos que pode seguir a produção do pescado, nos quais o pescador se relaciona com diferentes agentes. Essas relações podem ser fortes ou fracas, dependendo da recorrência, segurança oferecida, serviços associados, ganhos econômicos, relações de parentesco, amizades etc. (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; GRANOVETTER, 1992, LÉVESQUE, 2009). Dessa forma verificam-se diferentes relações estabelecidas entre os pescadores e os compradores de pescado. Entre esses últimos se destacam os atravessadores, os restaurantes, mercados, peixarias, a venda direta ao consumidor (morador local ou turista) e, com raras exceções, a venda direta às indústrias (Figura 5).

O destino da produção de pescado depende principalmente das quantidades produzidas, das possibilidades de consumo no mercado local para cada espécie e das oportunidades de venda externa. Esses fatores acabam condicionando, em parte, o destino da produção e o agente que irá comprar do pescador. Além disso, embora a venda possa ser mais lucrativa se realizada com outros agentes, em muitos casos os pescadores estão ligados por laços fortes aos atravessadores. A dependência pode ser de natureza financeira, pelo acesso a outros serviços, ou ainda pela segurança da compra futura das novas produções, visto que o pescado é um produto altamente perecível e nem sempre há compradores alternativos aos atravessadores.

Na pesca oceânica, mesmo com a queda da produção ocorrida a partir de meados da década de 1980, os volumes capturados nas safras (tainha, anchova, corvina e abrótea) ultrapassam a demanda do mercado local entre maio e dezembro. Nesse período, a comercialização se dá principalmente com os atravessadores, os quais relatam revender aproximadamente 90% das safras para as indústrias pesqueiras, enquanto o restante (10%) é absorvido no próprio município. Já entre meados de dezembro e fins de março, a queda na produção e a redução do número de embarcações pescando se associam ao aumento do consumo local decorrente da chegada dos turistas. Nessa época, com exceção das capturas de parati e tainhotão, que atingem maiores volumes e os atravessadores repassam às indústrias, as demais espécies são consumidas no mercado local (peixarias, restaurantes, turistas etc.), vendidas pelos pescadores sem a presença de intermediários (atravessadores).

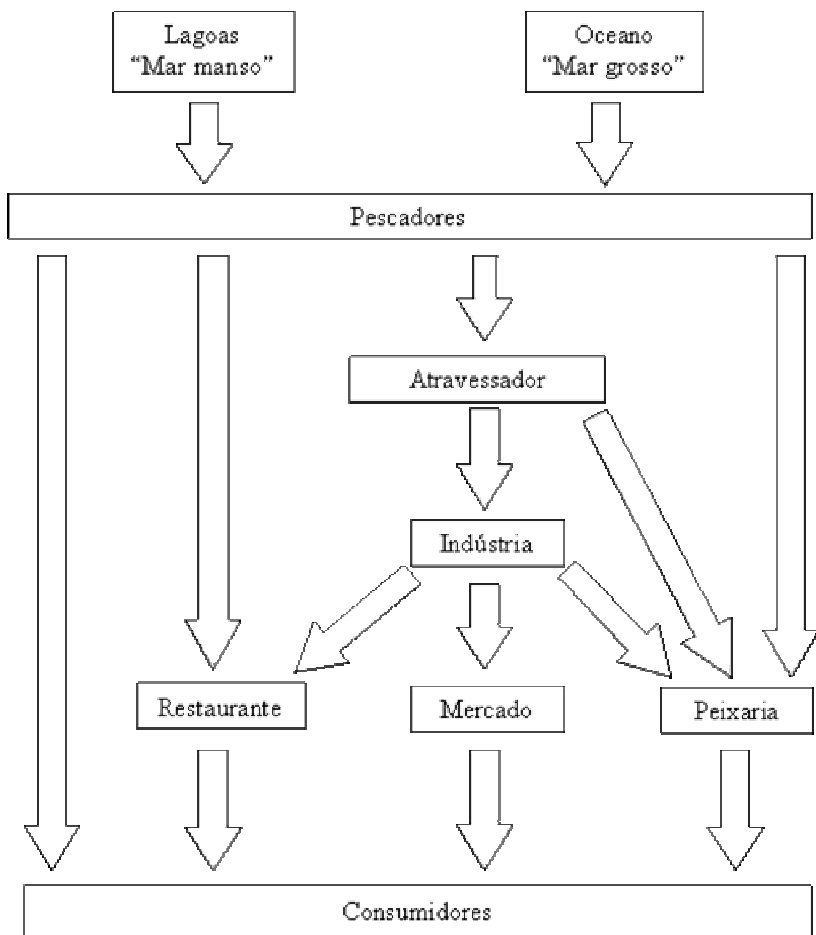


Figura 5 – Principais fluxos da produção do pescado artesanal nos municípios de Garopaba e Imbituba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa mudança na comercialização reflete nos sistemas de financiamento. Nas safras os atravessadores cumprem um papel mais ativo na prestação de serviços financeiros e de outra natureza, época em que as despesas também são maiores. Já no verão, os pescadores recorrem menos aos atravessadores, pois a redução nos custos reflete no montante necessário para viabilizar a atuação na atividade. Somam-se ainda os financiamentos prestados pelos restaurantes, a maior rapidez de retorno

quando da venda à vista aos turistas, o redirecionamento de recursos de outras atividades, seguro defeso etc..

Há ainda diferenças associadas aos locais de pesca aqui abordados em relação ao número de compradores. Na pesca oceânica, enquanto na Sede da Garopaba há um atravessador que compra de quase todas as embarcações (monopsônio), na Praia do Porto e no Itapirubá há mais de um comprador (oligopsônio). Embora ainda se constitua um mercado restrito, o oligopsônio amplia as possibilidades para os pescadores não-dependentes dos auxílios dos atravessadores barganharem melhores preços, ou então, melhores auxílios. Isso explica em parte porque, no Itapirubá, se encontrem, proporcionalmente, mais pescadores que não utilizam as ‘assistências’ dos atravessadores. Já na Sede da Garopaba, ‘todos’ utilizam o óleo diesel adiantado pelo atravessador durante o inverno, vendendo as safras para esse agente. Contudo, no verão, como vendem mais na forma de filé aos restaurantes, peixarias e ao consumidor, a maioria compra o óleo direto no posto.

Nas Lagoas de Garopaba e de Ibiraquera, a queda na produção de camarão se associou à sua valorização como um produto de melhor qualidade. Juntamente com o crescimento do mercado local, promovido pelo turismo, ocorreram mudanças no destino da produção. Se antes a produção de camarão era comprada pelos atravessadores e destinada ao mercado de Florianópolis, agora passou a ser vendida direto aos restaurantes, turistas e mercados locais. A diminuição na oferta associada à elevação da procura e a valorização do produto refletiu no significativo aumento dos preços. Como relata o ex-Atravessador (A), antes, quando o pescador precisava de dinheiro para comprar ou reformar as embarcações e/ou demais petrechos de pesca, recorria à figura do atravessador:

(...) o camarão da lagoa é aquela coisa, para o consumo, vende muito pouco, para quem não pesca, para alguns turistas e restaurantes. Faz mais de quinze anos que eu não compro camarão de pescadores artesanais. (...) Eu, quando trabalhava com eles, eu comprava a embarcação para eles, financiava para eles, tinha muita gente aí, eu comprava a embarcação para eles, embarcações, redes, o que eles queriam e eles pagavam na safra. E daí para cá, que começou a diminuir de quinze a vinte anos atrás, que não dá mais para eles fazer um risco, que eles estão com as redes de quinze a vinte anos atrás, que hoje é nylon e não se estraga.

Um Pescador entrevistado na comunidade de Ibiraquera (14) relatou que, atualmente, conta com a venda direta a um restaurante, mas

que não são todos que dispõem dessa possibilidade, considerada por ele uma regalia:

(...) eu posso pegar cem quilos de camarão hoje, telefonar para o meu comprador, ele vem aqui, pega os cem quilos e leva. Mas tem gente aí que já não tem este tipo de regalia. [Ai como eles fazem?] Eles vendem também, só que hoje em dia, como tem freezer, tu guarda ali, quando chega mais no verão, ou às vezes passa um, tens camarão para vender? Tenho. Ele pega, quantos quilos tu queres? A, um, dois, três, quatro quilos, pega e compra. Amanhã depois aparece outro, leva dez ou quinze quilos, cinco quilos, dependendo de quanto ele tiver. Isso acontece. Ficar sem vender não fica, entendeste. Mas às vezes se torna um pouquinho mais, gasta uma energia a mais congelando porque ... [E o antigo atravessador, se chegar com camarão ele compra?] Compra, só que o preço dele é meio diferente. Mas ele comprava muito. Ele comprava dos outros compradores, é, ele comprava dos outros compradores.⁶⁸

Assim, em alguns casos os restaurantes também firmam laços fortes com o pescador, do qual compram de forma assídua durante vários anos. Em certos casos, esses estabelecimentos chegam a fazer empréstimos para questões imediatas da família e/ou ajudar na compra de equipamentos de pesca, descontando nas futuras compras de camarão. Na Lagoa de Garopaba destaca-se a existência de um estabelecimento comercial, que compra os camarões dos pescadores e revende aos consumidores na própria comunidade. Além disso, como se verifica no relato acima, a menor produção permite a estocagem na casa do próprio pescador, desobrigando a venda imediata, o que contribuiu para ampliar a participação das vendas diretamente aos consumidores.

Nas Lagoas de Garopaba e de Ibiraguera, o uso de canoas e tarrafas de baixo custo propiciam que os pescadores necessitem de menos dinheiro externo para investir na atividade. Com isso, as principais formas de financiamento adotadas são a aplicação do dinheiro das boas safras, imediatamente após a venda ou poupados nos bancos; uso do dinheiro do seguro defeso; heranças; o redirecionamento de dinheiro obtido em outras atividades (pluriatividade); etc.. Para as necessidades do dia-a-dia destaca-se a forte presença dos empréstimos entre familiares e vizinhos baseados na reciprocidade, sem cobrança de juros (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; LÉVESQUE, 2009). Nessas duas lagoas,

⁶⁸ Como se verifica nessa fala, no passado também existiam cadeias de atravessadores, ou seja, entre o pescador e a indústria haviam mais intermediários, exigindo uma maior diferença de preço para remunerar esses agentes.

os pescadores entrevistados afirmam que o acesso a sistemas formais de crédito, como o Pronaf, praticamente não ocorrem.

Já a realidade dos pescadores da Lagoa do Mirim é diferente. Lá também ocorreu a queda na produção, mas o uso de equipamentos de maior custo e a dificuldade de escoar toda a produção sem os atravessadores podem ser apontados como elementos diferenciadores. Assim, entre os pescadores dessa lagoa, mantém-se a forte incidência dos sistemas de financiamento informais com os atravessadores, destinados principalmente para compra de redes e baterias, bem como o conserto de motores, como analisado no próximo tópico. Nesse local, os pescadores também têm utilizado o Pronaf Pesca para a compra de embarcações, motores, redes etc., tema discutido mais adiante.

6.3 AS ASSISTÊNCIAS DOS ATRAVESSADORES: O PRINCIPAL SISTEMA DE FINANCIAMENTO

Nos empréstimos com os atravessadores não são fixadas taxas de juros, mas o pescador fica ‘obrigado’ a *retribuir* entregando o pescado ao mesmo (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; LÉVESQUE, 2009). Esses laços são tão fortes (GRANOVETTER, 1992) que os Atravessadores (E e F) empregam expressões do tipo: “eu tinha dez pescadores” (E); e “eu tiro uma média das embarcações que eu tenho, que eu compro” (F). É comum que aos fornecedores se associem outros serviços, que são chamados de ‘assistências’, como o óleo diesel, transporte de motor para conserto etc.. A importância dessas ‘assistências’ e do pagamento em dia (semanal – toda a sexta-feira – e, às vezes, à vista) são apontadas por todos os atravessadores como fundamental para “manter os pescadores”.⁶⁹ A isso se associam as relações de amizade e parentesco, que cumprem papel complementar no fortalecimento dos vínculos com os pescadores, como se verifica no relato do Atravessador (E):

Rede, aviãozinho, cola para colar batera, óleo diesel, óleo de cárter, tudo eles querem. [Mas o senhor fornece para os pescadores que compra o pescado?] Eu tenho conseguido, e um pouco é, porque é da família, irmão, uma coisa e outra, aí considero. [Mas diferença, presta mais ‘auxílios’ para quem é da família?] Eles é que me ajudam, é, porque eles vendem para mim. Deixam de vender para outros para vender para mim. [Mas em com-

⁶⁹ Onde há mais de um comprador, o “manter” está mais associado com o impedir a troca de comprador (manter-se comprador), enquanto onde há só um atravessador, faz-se necessário para que o pescador não entre em falência e abandone a pesca (mantê-lo na pesca para continuar tendo de quem comprar).

pensação, quando eles precisam...] Não, se eu puder eu atendo eles, e tenho que atender, se eles estão me servindo.

A importância do pagamento semanal também é muito valorizada, por vezes, constituindo-se no elemento decisivo na decisão sobre a venda quando há mais de um comprador, como destaca outro atravessador mais capitalizado.

É como eu digo para ti, eu pago por semana para manter os pescadores, que tem gente que não mantém. Na Garopaba é quinze dias, no Itapirubá eu pago por semana, no Farol de Santa Marta é trinta dias. É como eu falei, o pescador mata de noite para comer de manhã, mata de manhã para comer a noite. Porque hoje em dia, pescador artesanal na beira de praia é bem difícil de manter uma família (Atravessador B).

Nessa direção, mesmo algumas embarcações cujo proprietário não utiliza as ‘assistências’ do atravessador, há casos que os pescadores dão preferência para quem paga em dia, “toda sexta-feira”, como relatou o Pescador (10), que atua como camarada:

[E aqui, o dono pega o óleo com quem?] Direto no posto. [Para não entregar sempre para o mesmo comprador?] Não depender deles, não estar com o rabo preso. Não só do óleo, motor, tudo, tudo, não depender. [E quais as diferenças entre os compradores?] O nosso caso, nós vendemos para uma pessoa, porque ele compra hoje e paga amanhã. Para nós faz a diferença, toda a diferença. Melhor que ficar esperando. Aí paga um pouco menos, coisa de R\$ 0,30, R\$ 0,40 [kg⁻¹] a menos, só que é o que eu lhe falei, ele compra hoje e em cerca de dois ou três dias está pagando.

Para dispor de maior capital de giro à prestação das chamadas ‘assistências’ e pagar em dia os pescadores, o Atravessador (F) relatou atuar com um sócio: “Ele já está há mais tempo no ramo. Para trabalhar com pesca, você sabe, tem que ter dinheiro a punho, tem que ter o capital de giro.” Nessa direção, atravessadores menos capitalizados apontam para outro problema ligado à venda subsequente do pescado: o recebimento com cheques das indústrias. Quando o pagamento é efetuado nessa modalidade, necessitam depositar no banco e aguardar alguns dias para compensar. Nesse caso, é comum que lhes falte capital de giro, atrasando os pagamentos, como relatou o Atravessador (C):

(...) eu comprava de uma base de catorze [embarcações], mas por causa da firma não mandar o dinheiro eu perdi muita gente. Aí o pessoal começou a vender para o outro comprador, pois ele é forte, ele tem dinheiro, eu sou fraco. Aí ele compra a vista.

Compra mais barato, mas compra a vista. Eu compro mais carinho, mas pago fim de semana. Eu pago a anchova R\$ 3,90 e ele R\$ 3,50 [kg⁻¹]. Ele paga sexta-feira, manda peixe para fora, mas ele não precisa do dinheiro, ele tem dinheiro em caixa. Agora compro de oito embarcações. Caiu bastante.

Verifica-se, assim, o que pode ser entendido como uma contradição: em busca do pagamento a vista, o pescador que *não* depende das assistências do atravessador, por vezes, vende a produção por menor preço do que outros pescadores que dependem, mas trabalham com o atravessador que paga um pouco a mais para compensar os atrasos. Embora o valor presente e o valor futuro sejam diferentes, muitas vezes a diferença de tempo é pequena, tornando a taxa de juros muito elevada. A título de exemplo, se vender o pescado a R\$ 3,00 kg⁻¹, sendo que poderia vender a R\$ 3,30 kg⁻¹ recebendo na próxima semana, estariam “pagando” uma taxa de mais de 40% ao mês. Embora a diferença seja menor por transação, pois compreende o período de poucos dias, essas transações ocorrem repetidas vezes. Assim, se esses pescadores dispusessem de um sistema de financiamentos de capital de giro para auxiliar na busca dos melhores preços, poderiam obter aumentos na sua renda.

Contudo, embora existam diferenças, os pescadores afirmam que o preço entre os atravessadores do local é quase sempre o mesmo. Quando um negociante local se propõe a pagar mais, o outro cobre a proposta junto aos “seus” pescadores. Já os compradores de fora não garantem a compra das próximas produções, a venda para eles desagrada os atravessadores locais e envolve o risco de calote. Até mesmo os atravessadores procuram vender direto às firmas, para fugir desses perigos. Como trabalham com maiores volumes, decorrente da concentração do pescado de vários pescadores, teriam dificuldades financeiras caso não recebessem alguma remessa vendida. Essa segurança garantida pela perpetuação das relações fortes acaba por deixar ambas as partes na comodidade, o que explica em parte a baixa inovação no setor de comercialização.

Os atravessadores também têm um papel central no transporte de motores e na compra de peças, quando as embarcações estragam, como relata o Atravessador (D):

Quando tem que levar para mecânico, aí sou eu. (...) Tudo. Funciona assim. [Eles vêm pedir para o senhor levar?] Eles já ligam para mim. Quebra um barco, já ligam. Falta um óleo, já ligam. Qualquer peça do motor, eles já ligam. Ai a gente tem que

ir lá socorrer eles. [É assim?] É, mas facilita o trabalho, é bom.
(D)

O serviço de transporte é prestado aparentemente ‘de graça’, pois o retorno ao atravessador é obtido na transação do pescado. Como levam para consertar o motor de vários pescadores, a recorrência permite aos atravessadores conhecer as empresas que prestam esse serviço, estabelecendo relações de confiança pessoal. Dessa forma, a palavra do atravessador funciona como uma espécie de aval perante a empresa, facilitando ao pescador o pagamento parcelado das despesas através de boletos bancários. Muitas vezes os atravessadores pagam parte dos custos do conserto, descontando depois na produção, como verifica-se no relato do Atravessador (C):

Para dono de embarcação, eu empresto. Porque o pescador [camarada] muda toda hora de embarcação e o dono é sempre aquele. Quando eu tenho possibilidade eu empresto para os donos. Manda o motor arrumar, eu pago. Forneço o óleo, não tem pescaria, eu deixo para outra vez. Quando não tem o pessoal acaba mudando. Veio um rapaz pedir para arrumar o motor do barco dele. Vai me custar R\$ 3800,00. (...) Mas ele trabalha comigo, ele vende para mim, então... O cara que ele mandou arrumar lá em Laguna é muito amigo meu, eu já liguei e conversei com ele tudo, para poder pagar em três ou quatro vezes. Ai eu abri o jogo para ele [, o pescador], quando tiver pescaria, a tua parte vai ser um pouco para mim. (C)

A partir do exposto, conclui-se que o aviamento e as demais assistências prestadas pelos atravessadores constituem o principal sistema de financiamento para a pesca artesanal em Garopaba e Imbituba, embora sua intensidade tenha reduzido em algumas comunidades pesqueiras, como as situadas no entorno das Lagoas de Garopaba e de Ibiraquera e no Morro do Mirim, bem como durante o verão na Sede de Garopaba. A redução dos sistemas de aviamento junto aos atravessadores já havia sido apontada por Seixas e Berkes (2005) para as comunidades do entorno da Lagoa de Ibiraquera, sendo que esses autores aludem para a associação com as mudanças na forma de comercialização. Nessa direção, como demonstrado no tópico anterior, a particularidade observada nessas lagoas está associada à queda na produção e a possibilidade de vendê-la no mercado local. Com isso os atravessadores deixaram de comprar o camarão e, conseqüentemente, de prestar as chamadas assistências.

Situação similar ocorre na Sede da Garopaba durante o verão, e na comunidade do Morro do Mirim. No primeiro local, a queda nas

capturas se associa ao aumento da demanda local, puxada pelo turismo de verão, permitindo a venda sem a intermediação dos atravessadores. Nesse período do ano, as assistências dos atravessadores diminuem muito e são prestadas com o objetivo de manter os laços fortes que garantem a compra de tainhotão e parati (verão), bem como as safras de inverno. Já no Morro do Mirim, o Pescador (19) relatou vender a maior parte da produção na comunidade, que possui um número reduzido de pescadores. Desse modo, não usa as assistências dos atravessadores e financia a atividade com recursos do Pronaf Pesca, renda de outras atividades, da própria pesca etc.. Essa constatação só faz reforçar o entendimento de que a remuneração do capital emprestado pelo atravessador ao pescador se dá por meio da comercialização do pescado e reforça os laços entre ambos.

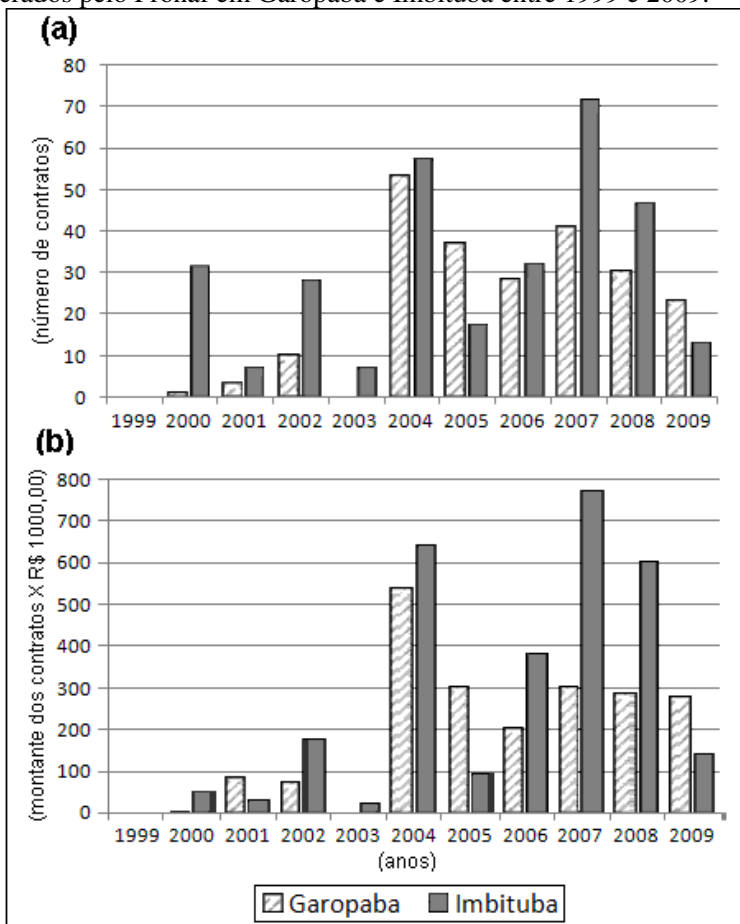
6.4 O PRONAF PESCA EM GAROPABA E IMBITUBA

A criação da linha ‘Pronaf Pesca’, em 2003, abriu a possibilidade para os pescadores artesanais disporem desse sistema de crédito oficial. A sua implementação junto à categoria enfrentou, no entanto, uma série de problemas que limitaram os acessos. No trabalho de campo em Garopaba e Imbituba, tivemos grande dificuldade para o levantamento de dados sobre os contratos dessa linha de crédito, visto que os agentes financeiros não repassaram as informações solicitadas sobre os contratos. As únicas informações quantitativas disponíveis eram as do site do Pronaf (Figura 6). Esses dados não separam os acessos entre pescadores e agricultores, o que restringe uma análise mais apurada para a pesca.

Verifica-se um quadro oscilante entre os anos, mas com o aumento no número de acessos e no montante de recursos a partir de 2004, que coincide com o período que os pescadores ingressaram no programa. A queda que ocorreu em 2009, com mais intensidade em Imbituba, tem como principal causa a suspensão às novas liberações do Pronaf Pesca nas Agências do Banco do Brasil de Garopaba e Imbituba devido aos elevados índices de inadimplência. Essa é uma medida adotada pelos administradores do Banco do Brasil baseada no Manual de Crédito Rural, que limita em 2% inadimplência nas operações do Pronaf.⁷⁰

⁷⁰ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) segue as resoluções publicadas pelo Banco Central (Bacen) através do Manual de Crédito Rural (MCR), atualizado anualmente. A definição dessas regras ocorre no Conselho Monetário Nacional (CMN), presidido pelo ministro da fazenda e no qual participam representantes dos demais ministérios. As regras definidas são repassadas para o Bacen e esse atualiza o MCR, restando pouca margem para a ingerência aos demais agentes do SNCR (agentes financeiros, entidades de assistência técnica,

Figura 6 - Número de contratos (a) e montante de recursos (b) anuais liberados pelo Pronaf em Garopaba e Imbituba entre 1999 e 2009.



Nota: Dados atualizados pelo BACEN até 06/2009; BANCOOB até 02/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI até 10/2009; BASA até 10/2009; BB até 02/2010; BN até 12/2009 e BNDES até 07/2006 – Últimos três meses sujeitos á alterações. **Fonte:** Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP) – Secretaria da Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acesso em 20/03/2010. Gráfico elaborado pelo autor.

etc.). No caso do Pronaf, as agências financeiras municipais (Cooperativas de Crédito, Bancos) devem parar de operar o Programa quando a inadimplência ultrapassar 2% do valor dos contratos, caso que ocorreu em vários municípios do litoral catarinense (Informação Verbal, Palestra do gerente de agronegócio do Banco do Brasil, Marcelo do Canto, no Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 em Laguna – SC, 06/10/2009).

Na pesca artesanal, a inadimplência está associada à dificuldade de funcionamento do sistema de aval solidário, muito criticado pelos pescadores. Nesse sistema, os pescadores acessam um montante de recursos em grupo, sendo que os três integrantes desse grupo assinam como avalistas dos seus pares. Em alguns casos esse sistema alcançou os objetivos propostos, contribuindo para que alguns pescadores pressionassem os outros a pagar. Porém, os que tiveram que pressionar os seus pares se dizem frustrados, a ponto de afirmar que não acessarão mais crédito nessa modalidade, como se verifica no relato do Pescador (19):

[E foi positivo pegar esse empréstimo?] Foi, claro, prevaleceu muito. Só que como eu te digo, o empréstimo dessa maneira assim eu não faço mais. Se for para fazer empréstimo assim, dessa maneira, em equipe, porque você fica dependendo de um e de outro para poder pagar, chega no dia tu tem o dinheiro para pagar no vencimento e o outro não tem. Esse é o problema. [E teve problema?] Teve problema, porque um demorou a pagar, tivemos que ajudar, fazer uma cota para poder arrumar o dinheiro, porque não pode atrasar, tem que pagar no dia certo. É complicado, eu não faço mais empréstimo de três, eu não faço mais. Se for individual eu até faço, mas não tem como. (19)

Embora, como se verifica no relato acima, o aval tenha contribuído para que alguns pescadores pressionassem outros a pagar, em outros casos, esse sistema teve efeito contrário, ou seja, fez com que os que tinham dinheiro para pagar não pagassem, como relata o Atravesador (E), que também é pescador:

Tu quer ver, esse meu guri, ele fez o empréstimo, fizeram em três. Ele e o outro parceiro dele estavam com o dinheiro para pagar e o outro não tinha dinheiro para pagar. Aí o que acontece, o banco não recebe dos dois, tem que ser os três. Aí ele e o outro foram para o Serasa, porque o outro ... (E)

Contribuíram para isso algumas regras que dificultaram a operacionalização e o pagamento do Pronaf. Como destacou o extensionista da Epagri de Imbituba, os contratos coletivos possuíam somente uma cédula de quitação. Com isso, se um não tinha o dinheiro no dia, os três não tinham como pagar, corroborando com o relatado acima pelo Pescador (19): “(...) você fica dependendo de um e de outro para poder pagar, chega no dia tu tem o dinheiro para pagar no vencimento e o outro não tem.” Os atrasos acabavam aumentando os valores das taxas e dificultando ainda mais o pagamento.

O extensionista da Epagri de Garopaba destaca ainda que, nesse município, o gerente do Banco do Brasil (BB) optou por organizar grupos maiores, de oito a nove pescadores. Assim, quando um ficou inadimplente, todos ficaram. Isso contribuiu para que fosse atingido o atual índice de 9% de inadimplência nos contratos do Pronaf, o que levou à suspensão das novas liberações também nesse município. Porém, como relatou o representante do BB na oficina de Lançamento do Plano Safra 2009/2010 em Laguna, uma vez realizado o empréstimo conjunto (com aval solidário), por questões jurídicas, não há mais como “desamarrar”. Diante de problemas como esses, recentemente, as regras do Pronaf Pesca foram alteradas, tornando possível o acesso individual.

Nas entrevistas com representantes das instituições, pescadores e compradores foram recorrentes os relatos sobre o desvio da funcionalidade do crédito, embora nenhum dos entrevistados tenha relatado a adoção dessa prática. Cita-se o exemplo da embarcação Champanhe, de Garopaba, também discutido no evento de Lançamento do Plano Safra 2009/2010. A compra dessa embarcação chegou a ser apresentada concomitantemente em três projetos do Pronaf Pesca, ou seja, como venda fictícia para justificar o acesso aos recursos, mas sem empregá-los na pesca. Além disso, os operadores do Pronaf no BB de Imbituba informaram que, entre os pescadores fiscalizados, vários não haviam aplicado conforme o projeto previsto. Esse foi um dos problemas que contribuiu para a inadimplência, como relata o Pescador (III):

Não vai dar certo, porque um fica de avalista do outro. Aí eu tiro para comprar uma embarcação ou uma rede e pago. O outro tira para jogar, para ir para a ‘putaria’, compra um carro velho e eu vou pagar para os outros. (...) Chega lá dizendo que está comprando isso, comprando aquilo e não está comprando nada. Esse que foi o problema. (...) já não tinham, aí pegava aquele dinheiro, gastava em outra coisa, como eu te digo, aí não tinha mais para pagar. Porque eles acham que o empréstimo, vão lá e pegam R\$ 5000,00, no caso, para pagar em cinco anos, mas vence, vence, quando chega naquele dia não tem e não querem nem saber. Foi isso que aconteceu. Então, por isso que muitos estão aí. Aí hoje em dia está ruim para quem quer pegar um dinheirinho, investir. Dizem que agora eles até vem fazer isso aí, mas ficou mais difícil. (III)

Verifica-se assim que os mecanismos voltados a controlar os desvios não funcionaram de forma eficiente. No Pronaf investimento, o controle adotado era o seguinte: o banco pagava direto ao fornecedor, mediante a apresentação da nota fiscal, a qual tinha que ter no verso a

assinatura com uma declaração informando que o financiado recebeu o bem. Contudo, no caso da compra de embarcações entre os pescadores, esses realizavam acordos entre si sobre uma venda fictícia, como também relatou o Pescador (III):

Simplesmente fazia assim, no caso assim, eu estava vendendo essa cadeira para ti. Para eu pegar o dinheiro, fazia os papéis que eu estava te vendendo isso aqui, aí eles aprovavam. Que era para tu pegar o dinheiro e entregar para mim. Aí no caso, como tu não comprou nada, eu pegava o dinheiro e te devolvia. Ia deste jeito, um rolo. Não comprava nada e ficava com o dinheiro. (III)

Durante o trabalho de campo desta pesquisa em Imbituba, enquanto o Pescador (II) era entrevistado na praia, em certo momento ele foi chamado por um empresário que atua em outro setor. Como relatou o pescador, esse estava tentando convencê-lo a acessar o Pronaf e comprar o barco de um pescador amigo do empresário, mas prevendo o desvio de parte do dinheiro como se fosse um suposto pagamento:

Querem que eu pegue um dinheiro na Colônia, R\$ 60.000,00, [uso] R\$ 40.000,00 e o outro sobra. Ai divide entre eu e ele. Eu vou pegar dinheiro, se eu sou pescador, se eu tiver os meus documentos tudo certinho, vou pegar para mim e para o meu irmão, só, que somos pescadores. Não vou pegar para um cara de fora e coisa. Não é o certo. Aí ele disse: Tu pega e eu assumo a bronca. Eu disse não, se eu pegar, se tiver tudo certinho, vou pegar para o meu irmão ou para comprar uma coisa para mim. Não vou pegar com um cara que eu nem conheço. (...) [E ele não é pescador?] Não é, é de fora. Mas eu vou pegar um dinheiro? Ai ele disse: Pega. Eu não vou pegar nada. Ah, mas é só o nome. Seu eu pegar um dinheiro, uns R\$ 10.000,00 ou R\$ 15.000,00, se liberar, tiver os documentos todos certinhos, para mim comprar uma coisa para mim, uma embarcação para mim trabalhar, ou arrumar para o meu irmão, para o botezinho dele para trabalhar nós dois juntos, nós dois. Mas eu vou pegar um dinheirão, para comprar um barco, aí os outros R\$ 20.000,00, ele pega o dinheiro e eu, aí não, não. Eu sou pescador, não tenho estudo, mas não sou burro não. (...) Vou pegar uma grana para o meu nome ficar sujo, não. (II)

O único pescador entrevistado, agora Atravessador (C), que está inadimplente com o Pronaf pesca afirmou que acreditava que o não-pagamento não geraria problemas, já que era dinheiro do governo:

Porque era do governo. Porque o seguinte, todo mundo rouba no governo, eu ia pegar um pouco para mim. Empréstimo para pescador. Pensei comigo, o que é R\$ 5000,00 para o governo.

Me ferrei. Serasa. Coisa pior que tem, entrei numa loja para comprar uma coisa. Não, não pode, porque teu nome ta no Serasa.

Em virtude dos problemas que a condição de inadimplente tem gerado, por estar registrado na Centralização de Serviços dos Bancos S.A. (Serasa), o Atravessador afirmou que tem interesse em quitar o empréstimo. Esse fato corrobora com o entendimento de que os mecanismos de controle social entre os pescadores são frágeis, restando o controle legal. Essa constatação também pode ser extraída no relato do Atravessador (E), que também é pescador, quando se referia aos problemas de inadimplência no Pronaf:

(...) se um deste aí negar, ter direito da justiça ir em cima dele. Oh, mas eu não tenho dinheiro para pagar. Ah, então nós vamos pegar os seus bens ou passar esse direito para mim, que fomos os avalistas dele. O que é que ele comprou? Comprou o bote. Então vamos pegar o bote dele. Mas ele não entrega para nós. Então a justiça, o banco, aquele que financiou o empréstimo para nós vai mandar lá pegar e passar para nós. Ai, quer dizer, passou o bote para mim e para você, nos vamos vender e fazer dinheiro para pagar o banco.

Uma análise a partir do conceito de capital social pode ajudar na análise. Esse pode ser entendido como a construção da confiança nos indivíduos de que o coletivo seguirá normas e sistemas de participação. Toda a vez em que mecanismos de cooperação são mobilizados, o resultado positivo reforça ainda mais a confiança dos indivíduos no coletivo. A existência dessa ligação entre o indivíduo e o coletivo pode contribuir com o funcionamento do aval solidário, pois o não pagamento representaria o rompimento desse indivíduo com as normas coletivas. Logo, esse indivíduo seria punido com a perda da confiança dos demais, o que tornaria o desrespeito desfavorável. No entanto, para que a punição seja possível, é necessário que o seguimento das normas do coletivo traga benefícios, senão não há o que perder (PUTNAM, 1996).

O que se verifica nos relatos acima é que o coletivo tem dificuldades de estabelecer o controle sobre os indivíduos pescadores que não pagam o Pronaf, prejudicando seus pares (avalistas). Isso poderia ter origem em um entendimento coletivo de se beneficiar com os ganhos imediatos obtidos com o não pagamento dos empréstimos. Porém, ao que parece, isso se deve à perda da capacidade do coletivo exercer controles sobre o comportamento dos indivíduos que atuam em

desacordo com as normas coletivas.⁷¹ Contribuindo para dificultar o controle social, alguns beneficiários do Pronaf venderam as embarcações, deixando a pesca e até mesmo a região. Dessa forma, somente podem sofrer o constrangimento legal, pois não convivem mais com os seus pares. Esses problemas apontam para a necessidade de reforçar os controles na esfera legal, além de apontar para a possibilidade de inovações organizativas no campo das finanças de proximidade, a exemplo das cooperativas de crédito solidárias, que podem contribuir para a criação de capital social.

Os problemas na implementação do Pronaf não se restringem à pesca e à Garopaba e Imbituba. O articulador de crédito da Superintendência da Epagri de Laguna relatou que as agências urbanas do litoral catarinense têm dado pouca prioridade à pesca e à agricultura⁷². No caso de Garopaba, como destacou o Secretário de Agricultura e Pesca do município, esse quadro se agrava pela ausência de uma carteira de crédito rural na agência do BB. Dispondo de um número de funcionários considerado pequeno diante da grande demanda, acabam dando preferência ao atendimento comercial, por ser mais lucrativo. Assim, por um lado, o Secretário de Agricultura e o extensionista da Epagri desse município apontam certo grau de abertura por parte do gerente do BB, mas, por outro, consideram que essa agência possui deficiência de profissionais com conhecimento e preparo para operacionalizar as políticas de crédito (Pronaf) para os agricultores e pescadores.

Em Imbituba, o responsável pela operacionalização do crédito rural do BB apontou a falta de funcionários para atuar na área, o que dificulta um atendimento de melhor qualidade. Tal condição cria uma lacuna entre o sistema financeiro e o beneficiário, em sentido oposto às relações baseadas na proximidade e às microfinanças (PECQUEUR, 2006; CAZELLA; BÜRIGO, 2009). A dificuldade para o estabelecimento das relações de proximidade e as deficiências no funcionamento

⁷¹ Essa dificuldade é verificada em outros temas, a exemplo do desrespeito às regras tradicionais fixadas pelos acordos de pesca, que refletiu em graves problemas na gestão dos recursos pesqueiros (SEIXAS; BERKES, 2005). Além disso, há dificuldade de coesão, a exemplo de desavenças entre pescadores relatadas por alguns entrevistados, as quais teriam sua origem na “inveja” por um ter pescado mais que o outro.

⁷² Durante uma reunião do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, alguns agricultores demandantes e beneficiários do Pronaf e de outras políticas de crédito, como o Crédito Fundiário, relataram dificuldades na relação com a Agência do BB de Garopaba. Há limitações no acesso ao seguro agrícola e às informações sobre possíveis prorrogações e negociações das dívidas, bem como há grande morosidade nos processos de acesso aos empréstimos na modalidade custeio. Como exemplo desse último, alguns projetos não foram elaborados em consonância com o que iria ser cultivado. Assim, no caso de frustração de safra, cria-se um impedimento legal para o acesso do seguro agrícola.

dos serviços financeiros também podem ser apontadas como causas que contribuíram para a elevação do índice de inadimplência.

Embora esse problema exista também junto aos agricultores familiares, Búrigo (2007) demonstra que a constituição de cooperativas de crédito permitiu superar em grande medida essa deficiência, garantindo o sucesso inicial do programa junto a essa categoria. Em Imbituba existe um Posto de atendimento da Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária (Cresol), mas esse ainda não liberou Pronaf para os pescadores que a ela se associaram. A partir desses elementos é possível concluir que a implementação dessa política pública nos dois municípios tem esbarrado na deficiência ou ausência de instituições financeiras capazes de prestar serviços financeiros de qualidade aos agricultores e pescadores (CAZELLA; BÚRIGO, 2008). Reforça-se assim o entendimento de que as políticas públicas necessitam contar com um quadro favorável na esfera local, com destaque para o campo institucional.

Como uma medida voltada a superar esse quadro destaca-se o Fórum Ambiental de Laguna, que atua em conjunto com o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Complexo Lagunar (DRS) organizado pelo BB. O DRS busca criar um ambiente de aprendizagem financeira para os beneficiários do Pronaf Pesca, preparando-os para acessar os recursos. Já no Fórum são discutidas as alternativas para os problemas que perpassam os serviços financeiros, a exemplos da poluição das lagoas e a criação de uma cooperativa para processamento e comercialização de pescado.⁷³ Esse ambiente de aprendizagem e a atuação em temas ligados ao funcionamento da atividade podem ser entendidos como medidas que objetivam tratar problemas do setor antes que eles afetem a viabilidade do sistema financeiro (TRIVELLI; ALVARADO, 2004).

Embora Imbituba faça parte da região de abrangência do DRS do Complexo Lagunar, há ainda grandes deficiências na sua implantação nesse município. Entre os motivos, o responsável pelo crédito rural na agência do BB relatou a dificuldade de construir acordos com as instituições ligadas à pesca (Epagri, Colônia, Associações de Pescadores, Secretaria de Agricultura e Pesca). A dificuldade de construir espaços de diálogo entre esses atores também foi apontado por

⁷³ Como uma importante iniciativa destaca-se a criação da Cooperativa de Pescadores do Complexo Lagunar (Cooperlagunar), apoiada por esse Fórum com o objetivo de estruturar uma indústria de beneficiamento de pescado para que os pescadores passem a atuar nesse elo da cadeia. Esta iniciativa está em construção e busca atender os pescadores do Complexo Lagunar.

representantes dessas instituições durante as entrevistas, o que evidencia um quadro de conflitos não resolvidos entre esses atores.

No campo das fragilidades institucionais de Imbituba, um pescador aludiu que os projetos do Pronaf teriam sua elaboração e apresentação no BB atrasados propositalmente até os períodos próximos às eleições municipais, momento em que esses seriam liberados com a presença dos pescadores e candidatos do município. A liberação estaria, assim, condicionada à reciprocidade do voto (clientelismo).

Agora, parece que já tem sessenta fazendo esses projetos. Se for aprovado é na base de uns dez a doze. Então, tem uma base de uns cinquenta que vão dançar. E já está rolando a base de uns dois meses, vem hoje, vem amanhã ... Certamente quando vem aí, ele vem mais em época de eleição, entende. Que aí aquele ... quer fazer a sua campanha, aí ó, o dinheiro de vocês vai sair tal dia, tal dia. Aí vem em cima da eleição porque daí eles se candidatam a vereador, ou já puxam para o lado do prefeito. Aí puxam um candidato a vereador ou candidato a prefeito para estar junto, para entregar a liberação do dinheiro. Tudo tem troca. Eles sempre fazem uma coisa já visando o lado deles. (Pescador 20)

Outro pescador relacionou também a dificuldade de acessar o Pronaf ao fato de ter sido candidato de oposição à direção da Colônia, o que teria obstruído a elaboração e encaminhamento do projeto até o BB. Já o Pescador (I), mesmo sendo integrante da atual direção da Colônia, destacou a morosidade na elaboração do seu projeto junto à Epagri. No seu caso, embora as duas instituições tenham muitos acordos, afirmou que isso provavelmente está ligado ao fato do responsável pela elaboração do projeto não “olhar com bons olhos” as suas críticas aos plantadores de arroz:

Eu participo da Colônia e mesmo assim. Eu participo da Colônia, mas o ..., que é o da Cidasc [Epagri], talvez não me olhe com bons olhos. Estas coisas envolvem política. Aliás, que eu não me envolvo com política, mas essas coisas envolvem política. É difícil você falar algo que você não tem coisa para comprovar, mas eu sinto isso. (...) Toda a vida a gente batalhou com ele para que ele fosse mais enérgico, para que ele procurasse os rizicultores para poder cuidar mais da lagoa, a gente sempre pressionou ele, sempre foi para cima dele. Então existem um ... A gente trabalha junto, mas ele sabe que a gente está sempre em cima dele, sempre pressionando ele. Porque é o cara que dá a canetada. O cara não vai lá e compra o agrotóxico e coloca lá sem a assinatura do engenheiro responsável (Pescador I).

A atuação das Colônias de Pescadores dos dois municípios permite apontar ainda o uso da organização para fins político-eleitorais e assistencialistas. Além do direcionamento dos beneficiários do Pronaf já relatado acima, cita-se como exemplos a doação de cestas básicas, as liberações do seguro defeso para não pescadores etc.. Esse quadro repercute na implementação das políticas públicas e na dificuldade de pensar os projetos de desenvolvimento para a pesca. A partir do exposto, pode-se apontar, com maior ou menor intensidade, indícios do que Frey (2000) considera fragilidade das instituições democráticas e a coexistência de comportamentos político-administrativos tradicionais e modernos na execução das políticas públicas.⁷⁴

Buscando apoiar a renovação institucional, o Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibraquera e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) promoveram a criação de três associações de pescadores nos últimos anos, as quais fazem críticas às práticas adotadas pelas Colônias de Pescadores. Embora suas ações tenham gerado disputas com as Colônias, as associações têm forçado uma reação das organizações tradicionais, reivindicado políticas junto ao poder público local e contribuído para a discussão de projetos mais estratégicos para a região. Esses conflitos são comuns nos processos de renovação das instituições representativas e devem ser entendidos como parte das disputas em torno do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1996). Contudo, pode-se apontar que as ações dessas novas instituições ainda não tiveram forças suficientes para promover as mudanças institucionais necessárias para o bom funcionamento do Pronaf Pesca em Garopaba e Imbituba.

Apesar dos problemas apontados, entre os vinte pescadores entrevistados, oito acessaram o Pronaf Pesca. Entre os pescadores da Lagoa do Mirim que acessaram o Pronaf Pesca, alguns atuam como camaradas no mar. Contudo, esses relataram que o investimento dos recursos acessados se deu exclusivamente nas pescarias dessa Lagoa, visto que no mar é o proprietário da embarcação oceânica que assume essa responsabilidade. Constata-se ainda uma diferença em termos de financiamento entre a Lagoa do Mirim e as Lagoas de Garopaba e de Ibraquera. Na primeira, os custos mais elevados dos equipamentos podem ser apontados como uma das causas do maior número de pesca-

⁷⁴ Os comportamentos tradicionais se expressam por meio de questões como o clientelismo e a lógica do favorecimento pessoal, em que as políticas públicas são direcionadas pelos detentores do poder local. Em sentido oposto, os comportamentos modernos são resultantes da maior transparência na implementação das políticas públicas, em que os atores sociais participam das decisões buscando a democratização no acesso.

dores dessa lagoa ter acessado ao Pronaf Pesca (Tabela 11). Mesmo assim, a maior parte dos pescadores da Lagoa do Mirim continua a pegar financiamento informal junto aos atravessadores, aos quais vemdem a produção.

Enquanto isso, nas Lagoas de Garopaba e de Ibiraquera os pescadores entrevistados afirmaram desconhecer beneficiários do Pronaf Pesca nesses locais. Entre esses pescadores predomina o uso de recursos informais de outras fontes (amigos, familiares etc.), também baseados em laços fortes, mas não sendo mais acessado junto aos atravessadores. Em parte, essa condição foi facilitada pela menor necessidade de dinheiro, já que seus equipamentos têm menor custo. A isso se associa o fato desses pescadores não venderem mais a produção aos atravessadores. Entre os pescadores artesanais oceânicos entrevistados, os camaradas afirmaram não ter acessado o Pronaf Pesca. A exceção ocorre entre os que atuam parte do ano na Lagoa do Mirim, com já relatado.

Tabela 11 – Número de pescadores entrevistados que acessaram ao menos uma vez o Pronaf Pesca em Garopaba e Imbituba, segundo o local de pesca.

Local de pesca	Entrevistados	Beneficiários do Pronaf
Mar – proprietário	8 (1)	4
Mar – camaradas	2 (5)	-
Lagoa de Garopaba*	2	-
Lagoa de Ibiraquera	2	-
Lagoa do Mirim	6	4

Nota: Os números entre parentes referem-se aos pescadores que também atuam no mar, mas tem como seu principal local de pesca as lagoas. Nenhum deles acessou Pronaf Pesca para investir nas pescarias marinhas e, quando acessaram, foram contabilizados onde investiram.

Entre os proprietários no mar, quatro já acessaram o Pronaf Pesca e dois afirmaram ter interesse. As exceções ocorrem com o Pescador (4), que não atende às normas do Programa em termos de renda, e os Pescadores (7 e 9) que, sendo aposentados, afirmam não querer mais investir na atividade. Entre os que já foram beneficiados, o Pescador (5) não conseguiu dispor dos recursos. É que, mesmo o empréstimo sendo realizado de forma coletiva, um dos pescadores integrantes do grupo sacou o dinheiro de todos sem os demais estarem presentes e não foi mais visto no município. Informou ainda que, após solicitar o apoio das organizações locais, um político quitou o referido financiamento. Já o Pescador (3), que não utiliza mais as assistências dos atravessadores,

aludiu que o Pronaf tinha contribuído para tal. Contudo, diante das limitações aos novos acessos, o mesmo necessitou acessar financiamentos com amigos.

6.5 OS SISTEMAS DE FINANCIAMENTO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE GAROPABA E IMBITUBA

Na atualidade, o caráter artesanal deixou de adjetivar o pescador que produz seus próprios equipamentos com matérias-primas por ele produzidas. Quando não os compra prontos, necessita ao menos dos materiais para sua confecção, não mais produzidos por ele. Assim, essa modernização lhe permitiu a ampliação das capturas, mas também lhe tornou dependente de insumos externos que encareceram os custos de produção, pois necessita acessá-los no mercado. Frente às escassas políticas públicas de crédito para a categoria, restou o aprofundamento da dependência aos atravessadores, presentes desde as economias de subsistência, o que limitou a constituição de sistemas alternativos de comercialização.

Mesmo com o conjunto de mudanças ocorridas na economia de Garopaba e Imbituba, mantiveram-se as relações com os atravessadores. Confirmando a hipótese de pesquisa, o financiamento mediante fontes não-formais mantém forte expressão entre os pescadores artesanais. Entre os motivos ganham relevo a baixa qualidade dos serviços financeiros disponíveis para esse público e as limitações na adequação do Pronaf Pesca às particularidades da pesca artesanal. Com isso, os atravessadores permanecem sendo a principal fonte dos recursos utilizados pelos pescadores, realizando empréstimos (aviamento) e prestando serviços (crédito não-monetário). Somam-se ainda os empréstimos com amigos e familiares, crédito comercial dos prestadores de serviços (boleto bancário parcelado), aplicação das sobras resultantes da venda da produção, aporte de recursos de outras atividades e do seguro defeso.

A relação com os atravessadores pode ser entendida como uma continuidade tardia do papel cumprido pelos comerciantes locais nas sociedades de subsistência do Século XIX. Esses mediavam a relação com o mercado externo até meados do Século XX, quando se ampliam significativamente as possibilidades de comunicação e trocas. A presença de fortes relações pessoais imbricadas na racionalidade econômica, a comodidade da relação e a ausência de alternativas de crédito e comercialização podem ser apontadas como causas da continuidade dessa relação no tempo. Nessa esfera, não se processou a transformação das relações baseadas em laços fortes para um caráter mais fraco, típico do

mercado capitalista. A presença de laços fortes está na base de outras fontes de financiamento, como entre familiares, amigos etc., que por vezes facilitam o acesso a recursos em boas condições (GODBOUT; CAILLÉ, 1999; GRANOVETTER, 1992; LÉVESQUE, 2009).

Na relação com o atravessador, as taxas de juros e a cobrança dos serviços ficam ocultas, pois são compensados ao atravessador no diferencial de preço entre as transações de compra e venda do pescado. Porém, como o preço do pescado varia constantemente e as informações nem sempre circulam de forma satisfatória devido às imperfeições dos mercados, fica difícil estimar o ganho do atravessador. A realização de muitas compras de pequeno valor ajuda a camuflar a lucratividade. Embora na negociação com cada pescador o lucro possa ser pequeno, a compra de vários pescadores assegura um ganho decorrente da quantidade de transações. Nesse âmbito, muitos pescadores constroem uma imagem positiva do atravessador, vendo os empréstimos como favores e afirmando que “todos têm que ganhar”.

Mantida essa relação, os acessos ao Pronaf Pesca somente substituíram parcialmente o financiamento dos atravessadores. Os recursos dessa política de crédito se concentraram na modalidade investimento, para compra de barcos e petrechos de pesca de maior valor (por ex. redes). Os atravessadores já haviam reduzido os empréstimos para investimentos, que envolvem maiores somas, pois a diminuição do pescado afetou a viabilidade frente às oscilações da produção, tornando-o mais arriscado ou ampliando o período para obter o retorno. Atualmente, os atravessadores concentram mais sua ação no custeio da atividade, em questões como a compra de óleo diesel, redes e baterias, conserto de motores e embarcações etc..

Já nos casos das Lagoas de Garopaba e de Ibraquera e na comunidade pesqueira do Morro do Mirim (Lagoa do Mirim), a produção diminuiu tanto que os pescadores conseguem realizar a venda direta na região. Não comprando mais a produção, os atravessadores deixaram de financiar a atividade. De forma similar, esse fato também ocorre com os pescadores oceânicos na sede da Garopaba durante o período de verão, quando se associa a redução na produção com a expansão do mercado gerada pelo turismo.

Pode-se apontar assim que a relação com o comprador de pescado é fortalecida em duas frentes. A primeira trata-se da prestação das chamadas ‘assistências’, a montante da pescaria, que não se restringem aos sistemas de financiamento. Como a maioria dos pescadores não possui carro, não basta ter dinheiro para comprar os insumos, há necessidade de transportá-lo. Em sua maioria, esses serviços de menor

valor não são cobrados, a exemplo do transporte do óleo diesel e de motores para o conserto. A segunda se refere à garantia de mercado quando a produção ultrapassa a capacidade de consumo local, visto que raramente os pescadores conseguem dispor de circuitos alternativos e seguros de comercialização. Além disso, caso o pescador não acesse as ‘assistências’, restam poucas alternativas para conseguir um preço melhor no mercado local, principalmente onde há só um comprador.

Durante o período das safras, o volume da produção dos vários pescadores ultrapassa a capacidade de consumo no mercado local. Contudo, essa se encontra dispersa, ou seja, em pequenos volumes para cada pescador, pois não há organizações coletivas que as aglutinem. Com isso, se a indústria pesqueira optar pelas compras individualizadas, por pescador, enfrentará o aumento dos custos de transação. Como exemplo, se metade dos pescadores venderem para uma empresa e a outra metade para outra, ao invés de um caminhão, serão dois se deslocando para buscar a mesma produção. Para evitar esses custos, as empresas dão preferência às negociações com os atravessadores, que lhes são mais favoráveis. Com a ausência de organizações coletivas e circuitos alternativos de comercialização, mesmo pescadores que não dependem das chamadas ‘assistências’, por vezes, continuam a vender aos atravessadores.

Não se trata da redução na importância das ‘assistências’, pois, como destacam os Atravessadores menos capitalizados (C e E), quando não conseguiram prestar esses serviços aos pescadores, os ‘perderam’ para outros atravessadores:

Eles pedem, mas não tem recurso. Por isso já perdi vários. Tem alguém que quer comprar uma rede ou trocar o motor, eu não tenho condições. Ai perde o pescador, que vão vender para outras pessoas que tem recursos. O recurso que eu e o outro comprador damos é óleo, fornecemos para eles e depois descontamos no peixe. (C)

Ai era aquele negócio, eu tinha dez pescadores, ai chegava um [outro atravessador], te dou rede, te dou embarcação, te dou tudo. Ai o cara chegava ai; ‘O ..., é assim, eu preciso de dez redes, preciso de um motor.’ Mas eu não tenho condições. ‘Então eu vou vender para o cara lá.’ Não, ai ... E para começar ainda deixava dívida comigo, que tenho até hoje ali. (E)

De tal modo, quando os pescadores deixam de depender de ‘favores’ do atravessador diminuem a assimetria de poder no momento da comercialização, tornando a negociação mais favorável. Entre os poucos pescadores que conseguiram atingir essa condição estão os mais

capitalizados, como se verifica no relato do Pescador (III), que reside no Itapirubá, comunidade pesqueira em que há mais de um atravessador:

[E o senhor pega o óleo com quem?] Eu pegó com o comprador que comprou o peixe. Às vezes ele me traz, às vezes eu mesmo pegó o dinheiro e vou lá e compro. [O senhor vende sempre para o mesmo comprador?] Não, para o mesmo comprador não. É na hora, quem está aqui por perto, e dando no preço, porque às vezes tem um que paga mais, outro paga menos, aí por causa de preço às vezes a gente muda de comprador. Que na verdade a gente vende para um, para outro, porque a gente não tem um compromisso com eles. [Mas o óleo?] Não, no caso, vem comprar aqui, aí eu digo para me trazer um tamborzinho de óleo, que eu já tenho dinheiro com eles, o dinheiro do peixe, que eu vendi o peixe. Então ele vai me descontar aquele óleo na hora que ele paga. Isso aí sim, mas para dizer, estou compromissado para vender o peixe para aquele comprador não. (III)

Além de permitir a negociação com compradores que pagam melhor preço, ampliam-se as possibilidades para inovações nos circuitos de comercialização, a exemplo das vendas diretas às indústrias pesqueiras, como relatou o Pescador (3): “Os [atravessadores], eles compram o peixe e depois revendem para essa mesma firma que o cara me compra.” Nessa condição, os pescadores mais capitalizados usam o Pronaf Pesca para os investimentos de maior volume e possuem carros, o que lhes desobriga da necessidade do ‘auxílio’ para o transporte. Quando o capital de giro que possuem é insuficiente (e não conseguem acessar ao Pronaf), recorrem a sistemas não-formais distintos dos atravessadores. Entre esses se destacam os parentes e amigos que atuam fora da pesca, como os veranistas donos de rancho que os pescadores cuidam durante o inverno etc..

Quanto ao destino da produção, embora os atravessadores distribuam pequenos volumes no mercado local (peixarias próprias e de terceiros, restaurantes etc.), a maior parte é repassada às indústrias. Antes de comprar o pescado, informam-se do “preço do dia” com a indústria, estabelecendo a margem e fixando o preço a ser pago ao pescador. A diferença varia de acordo com a quantidade de pescado, espécie, tamanho etc.. No caso do parati, espécie em que os volumes são maiores, a margem por quilo é menor, embora o ganho diário seja maior. Após a entrega do pescado com base no preço fixado no momento da entrega, o acerto é realizado semanalmente (sexta-feira) ou quinzenalmente, tanto no recebimento da indústria como no pagamento ao pescador.

Segundo os atravessadores, o desconto de dívidas pendentes depende da condição econômica do pescador. Assim, o pescador artesanal está imerso em uma cultura financeira criada a partir dos sistemas de financiamento não-formais. Está acostumado a pagar os empréstimos ao atravessador quando dá o pescado, descontando no valor a ser recebido. Isso quando não vai postergando o pagamento, como se verifica no relato do Atravessador (E):

(...) o pescador é o seguinte, hoje ele vende, pede para você comprar um fardinho de rede de peixe para ele, R\$ 40,00. Ele pescou a semana toda e fez R\$ 500,00. Ai ele diz, dá para mim deixar este fardinho de rede para mim te pagar na outra semana, que esta semana eu tenho que pagar loja, pagar luz, pagar prestação. Você, para não perder o pescador, não, tudo bem. (E)

Outrossim, como relataram os pescadores, muitos beneficiários do Pronaf não se planejaram para efetuar o pagamento em acordo com a data prevista. Os empréstimos coletivos com uma única cédula de pagamento agravaram o problema, pois o atraso de um refletia na inadimplência de todo o grupo. Quando os pescadores obtêm sobras, normalmente as utilizam para realizar outros investimentos pendentes, a exemplo da ampliação das redes, o que resulta na baixa presença da poupança em espécie. Desse modo, muitos pescadores não possuem experiência de relacionamento com os bancos. Logo, a criação de sistemas de financiamento formais exige mudanças na e adaptações à cultura financeira do pescador, condição que nem sempre é fácil. Entre as experiências que acenam com a possibilidade de superar esse quadro estão o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) Integrado do Complexo Lagunar e a ainda incipiente implantação do sistema de crédito cooperativo solidário.

Cabe destacar ainda que a cultura financeira do pescador se constrói no âmbito de relações nem sempre monetarizadas. Várias transações ocorrem sem a circulação de moeda e, até mesmo, sem a indexação monetária. No resgate histórico do litoral centro-sul catarinense, verifica-se que as comunidades pesqueiras eram pouco integradas ao mercado (elevada autonomia), consumindo poucos produtos de origem externa. O estabelecimento das relações de troca mediadas pelo dinheiro tinha – e por vezes ainda tem – pouca importância na economia local. Mesmo quando eram fixados preços com base na moeda, os valores eram anotados nas cadernetas dos comerciantes locais, oscilando entre crédito e débito. Nesse caso, praticamente inexistia a circulação de dinheiro e seus efeitos atomizadores (SIMMEL, 1998). Como exemplo, com a venda do pescado ou da produção agrícola para um comerciante,

o crédito em caderneta “deveria” ser gasto com ele (manter-se leal – laços fortes).

Nas relações trabalhistas, a partilha das capturas permitiu organizar as relações de troca de trabalho sem indexação monetária, como ocorre até os dias atuais. Esse modelo permite ainda adequar a remuneração do trabalhador à produção capturada e reduzir a necessidade de circulação do dinheiro. Já na relação com o comprador de pescado, os preços dos produtos e dos insumos e serviços são fixados com base na moeda corrente, mas parte dessas transações ocorre sem a circulação de moeda (crédito ou débito em caderneta). Tal condição acaba fortalecendo a recorrência das relações de troca entre os mesmos agentes, conectando as transações econômicas (venda do pescado e compra dos insumos etc.).

A isso se soma a baixa presença de instituições financeiras voltadas a atender os pescadores artesanais, o que dificulta o estabelecimento de uma cultura baseada no uso do sistema financeiro como elemento auxiliar na administração do dinheiro. Essa distância dos bancos também tem base na imagem negativa dessas instituições que, segundo os pescadores, tomam os bens dos financiados que não conseguem pagar os empréstimos. Diante desse quadro, os sistemas de poupança e redirecionamento dos recursos para os investimentos foram transferidos parcialmente aos atravessadores, ampliando seu poder econômico e limitando as inovações estruturais no setor de comercialização.⁷⁵

Sem financiamento, reduz-se a circulação de moeda e sua capacidade de promover as relações impessoais (laços fracos), que podem facilitar outras inovações comerciais e financeiras. Além disso, as políticas públicas de crédito criadas recentemente têm sofrido desvios em decorrência dos laços muito fortes, baseados no jogo de favores, amizades etc.. Como vimos, os laços fortes conduzem aos privilégios pessoais e/ou de pequenos grupos no direcionamento dos recursos, restringindo o processo democrático no atendimento do público almejado. Para contornar essas deficiências há necessidade de transparência das informações e socialização do poder. Ou seja, o “empoderamento” dos atores sociais para que possam intervir nos processos decisórios e estabelecer o controle sobre a implementação das

⁷⁵ Quando os proprietários de embarcações menos capitalizados logram obter sobra de dinheiro, normalmente investem imediatamente na pesca, realizando a ampliação e/ou a melhoria dos equipamentos. Dessa forma, poucos deles têm condições e/ou a cultura de guardar o dinheiro para as emergências. Quando essas ocorrem, recorrem aos atravessadores, que lhes emprestam para receber em pescado.

políticas públicas, como propõe o desenvolvimento territorial sustentável, permanece como um desafio a ser enfrentado pelas organizações locais.

7 CONCLUSÕES

O presente estudo se propôs a identificar e compreender os mecanismos de financiamento formais e informais adotados pelos pescadores artesanais do litoral centro-sul catarinense, a diversidade social e as principais estratégias de reprodução social existentes no interior dessa categoria social, bem como sua correlação com as políticas públicas de crédito para a pesca artesanal. Inicialmente são apresentadas as conclusões sobre a diversificação das estratégias de reprodução social e as inovações organizacionais dos atores sociais, sempre buscando conecta-las com o histórico de desenvolvimento do setor. Na sequência, enfatizam-se os sistemas de financiamento e sua correlação com os sistemas de comercialização e as políticas públicas de crédito para a pesca. Por fim, são apresentadas algumas reflexões como pistas para novas pesquisas.

7.1 A CRISE ECO-ECONÔMICA E A ORGANIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Na segunda metade do Século XX, os Governos Militares brasileiros fomentaram a modernização conservadora da agricultura e a industrialização pesqueira por meio do crédito subsidiado e dos incentivos fiscais. Em ambos os setores, essas políticas privilegiaram o grande capital, assumindo forte recorte social e regional. Contudo, o Estado tratou de forma diferenciada o controle sobre o acesso aos recursos naturais. No campo, procurou manter a fronteira agrícola fechada, dificultando o acesso às terras públicas pelos trabalhadores desocupados com a modernização. Já na pesca, as limitações para controlar a fluidez dos recursos permitiram que os pescadores artesanais avançassem pela 'fronteira pesqueira'. Assim, enquanto o êxodo rural foi expressivo em decorrência da modernização da agricultura, a industrialização pesqueira permitiu inclusive incorporar novos trabalhadores.

Porém, ao desconsiderar os limites ambientais, o excesso de esforço de captura ultrapassou a capacidade de resiliência dos recursos, dando início ao recuo da fronteira pesqueira na segunda metade da década de 1980. A partir daí, a mesma fluidez que favoreceu a expansão da pesca artesanal assumiu status de problema na gestão dos recursos naturais. Como a grande maioria das espécies de peixes realiza o ciclo reprodutivo em diferentes locais (migratórias), amplia-se a abrangência espacial e o número de atores que tem acesso aos mesmos recursos pesqueiros. Isso dificulta a realização de acordos ou a fiscalização do seu cumprimento. Essas limitações normativas acabam reforçando a

competição desordenada pela captura, favorecendo a sobre-exploração dos recursos e o surgimento de conflitos internos. Mesmo com essa dificuldade, tem crescido o número de iniciativas sobre a gestão dos recursos pesqueiros, a exemplo da proposta de Reserva Extrativista Marinha para a Pesca Artesanal em Garopaba e Imbituba.

A isso se soma a fluidez das águas, com implicações sobre a gestão do ambiente aquático. Essa questão ganha importância principalmente na gestão de resíduos (poluentes e contaminantes), pois a água torna-se veículo de transporte entre as fontes poluidoras e as regiões de deposição (rios, lagos, mar, lençol freático). Como exemplo, na região de estudo, há indícios de contaminação da Lagoa do Mirim por resíduos das indústrias do município de Tubarão e das áreas de cultivo de arroz irrigado, os quais seriam transportados até o local pelo rio D'Una. Essa maior amplitude acaba por aumentar a vulnerabilidade da pesca e favorecer os conflitos com outros setores da economia.

Nessa direção, os impactos ambientais e as deficiências na gestão dos recursos aquáticos acabam afetando a produção pesqueira, reforçando as oscilações e reduzindo o volume total. Assim, além de diminuir a renda auferida com a atividade, aumenta a incerteza da obtenção de pescado. Para enfrentar esses problemas, as famílias pescadoras artesanais têm diversificado suas estratégias de reprodução social, principalmente, por meio do fenômeno conhecido como pluriatividade. A incorporação de atividades remuneradas extra-pesca pode ser desenvolvida por integrantes da família de duas formas: a) atuar exclusivamente fora da pesca; ou b) atuar tanto na pesca como fora dela. Nesse último caso, ainda é possível diferenciar duas formas de pluriatividade. A primeira é quando o pescador realiza capturas e atividades extra-pesca de forma concomitante, ou seja, no mesmo dia ou semana; e a segunda quando o pescador alterna o período (época) de atuação na pesca ou fora dela de acordo com a disponibilidade de pescado e as oportunidades de trabalho extra – no local ou em outras regiões.

Nas famílias pescadoras entrevistadas em Garopaba e Imbituba, a atuação exclusivamente fora da pesca ocorre principalmente entre os filhos de pescadores e normalmente estão associadas ao abandono da atividade. Já para as mulheres que realizam trabalho contínuo fora da pesca, as mesmas desempenham atividades ligadas à dinâmica da família pescadora, como o auxílio no preparo das redes, beneficiamento do pescado, cuidados com a alimentação e com a casa etc.. Entre os pescadores chefes de famílias, a atuação fora da pesca tem correlação negativa com a disponibilidade de pescado (menos pescado = mais

pluriatividade), sendo realizada em concomitância com a pesca ou alternando as épocas de atuação entre as atividades.

Assim, as atividades extra-pesca têm assumido grande importância na composição da renda das famílias pescadoras. Merecem destaque ainda as rendas previdenciárias, o autoconsumo de pescado e de produtos agrícolas, bem como a política de seguro defeso. Através dessa política, o Estado paga um salário mínimo mensal durante quatro meses para que o pescador artesanal deixe de capturar determinadas espécies. Além de contribuir com a gestão dos recursos pesqueiros, o seguro defeso representa mais de 10% da renda das famílias pescadoras entrevistadas, sendo que esse percentual é maior nas famílias sem ocupações extra-pesca e/ou que possuem mais beneficiários, número que variou de zero a dois por família. Ao entrar em um caixa único, contribuem com a capitalização do pescador, favorecendo a realização dos investimentos e/ou custeios da atividade pesqueira.

Em que pesem as limitações organizativas das Colônias de pescadores, o contexto de crise da pesca artesanal tem suscitado a participação dos pescadores na disputa de poder local. A partir da análise do jogo de atores foram identificados dois “territórios construídos” que perpassam os limites municipais e têm diferentes concepções sobre o desenvolvimento da região. Um território atribui o protagonismo transformador aos investimentos de empresários externos, que devem ser atraídos com o apoio das prefeituras e do governo do estado. Esses encontram na crise da pesca artesanal condição favorável para tratá-la como uma atividade econômica residual e suscetível ao desaparecimento, sendo substituível pela ocupação em atividades ligadas ao turismo de massa. As deficiências político-organizativas dos pescadores artesanais acabam dificultando o contraponto. Mesmo assim, está se constituído outro território que busca gestar inovações a partir dos atores locais, conferindo à pesca artesanal centralidade na diversificação do sistema produtivo.

Nesse território em construção, os problemas ambientais assumem importância central, pois afetam questões como a qualidade de vida e a viabilidade da pesca artesanal. Embora enfrente limitações para aglutinar maior parcela dos pescadores, entre os entrevistados, a preocupação ambiental foi recorrente. Essa questão tornou-se ainda a principal fonte de mobilização dos atores locais, expressa na organização de várias instituições ambientalistas protagonizadas pela sociedade civil, que atuam em paralelo às instituições estatais. Dessa forma, nos debates sobre o desenvolvimento da região, esses novos atores têm defendido, principalmente, a necessidade de incorporar as questões

ambientais na análise econômica, como propõe o desenvolvimento territorial sustentável.

Outrossim, entende-se que o repasse dessas informações aos consumidores pode contribuir com o fomento ao consumo responsável. Porém, em sentido contrário, observou-se que o conhecimento do processo produtivo tem se dissociado do produto, ou seja, com maior ou menor intensidade, ficam escondidas por detrás do fetiche da mercadoria. Nesse âmbito, os circuitos curtos de comercialização, a exemplo da venda direta ao consumidor, favorecem o fluxo de informações associadas ao produto. Já quando outros agentes passam a intermediar a venda do produto, grande parte dos saberes sobre as relações socioeconômicas e os problemas ambientais tem se perdido, dificultando a conscientização do consumidor final. Assim, quanto maior o rompimento dos vínculos entre quem consome do local e de quem produz, o peixe se torna algo mais desumanizado (mercadoria).

7.2 FINANCIAR PARA PESCAR E O PAPEL DOS LAÇOS FINANCEIROS

A partir da interpretação histórico-explicativa constata-se que a pesca artesanal foi relegada ao segundo plano no processo de modernização do setor, ocorrido na segunda metade do Século XX. Essa condição refletiu na existência de políticas públicas de crédito pontuais, de curta duração e que beneficiaram um número reduzido de pescadores artesanais. Enquanto isso, os Governos Militares promoveram a industrialização pesqueira através dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado. Para a pesca artesanal restou encontrar nos sistemas informais de financiamento as possibilidades de viabilizar a modernização técnica, o que ocorreu por meio do reforço de relações com os tradicionais comerciantes locais que cumprem o papel de atravessadores comprando e revendendo o pescado.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, a criação das indústrias pesqueiras de processamento – destinadas a atender a crescente demanda interna associada à urbanização e arrecadar divisas através das exportações – permitiu a mudança nas condições de comercialização do pescado. Antes da implantação dessas indústrias, a pesca artesanal não ampliava a produção não somente pela carência de inovações nas técnicas de captura, mas pela falta sistemas de conservação do produto capturado e mercado para absorver maiores volumes de pescado. As indústrias passaram a oferecer um destino seguro à produção, permitindo aos antigos comerciantes locais ampliar as trocas externas de pescado.

O acúmulo de capital na atividade e em outros setores propiciou aos atravessadores atuar como financiadores da atividade, através do clássico sistema de aviamento. Esse sistema se caracteriza pela prestação de adiantamentos ou ‘assistências’ aos pescadores, como os empréstimos e outros serviços, devendo ser pagos com a entrega da produção. Cria-se, assim, o compromisso de entrega da produção pelo preço fixado pelo atravessador. Atuando a montante e a jusante, cria-se um diferencial de poder que favorece esse agente. Como são poucos os pescadores que não utilizam as assistências, o compromisso com o atravessador dificulta as inovações nos circuitos de comercialização.

O pescado é um produto altamente perecível, logo, se o sistema de comercialização falhar e os pescadores não disporem de estruturas alternativas de conservação, a perda da produção é total. Essa condição coloca em risco a possibilidade de auferir um retorno econômico maior, pois ao se perder uma única vez a produção corrompem-se os lucros acumulados em várias transações favoráveis. Em termos comparativos, na agricultura familiar, a grande maioria dos produtos oferece um tempo maior de conservação, ampliando as possibilidades de encontrar destinos alternativos, mesmo que por um preço menor. Diante da ausência de circuitos alternativos de comercialização e da dificuldade de inovação nessa esfera, reforça-se a dependência aos atravessadores, que oferecem a garantia de compra.

No trabalho de campo em Garopaba e Imbituba identificou-se que o aviamento por meio de atravessadores constitui-se no principal sistema de financiamento adotado pelos pescadores artesanais, persistindo com maior ou menor intensidade mesmo após as profundas transformações socioeconômicas ocorridas na região. A sua manutenção se deve principalmente a dois conjuntos de fatores: 1) a interconexão de relações fortes de dependência a montante (auxílios) e a jusante (garantia de mercado) em um mesmo agente, criando um ambiente que dificulta as inovações; 2) a ausência de sistemas financeiros e de comercialização alternativos, com capacidade de prestar serviços de qualidade em sua substituição. As exceções ocorrem entre os pescadores capitalizados e os que atuam nas comunidades pesqueiras em que o mercado local passou a absorver toda a produção, oferecendo garantias de comercialização sem a presença dos atravessadores.

A análise do Pronaf Pesca nesses municípios foi adotada como um indicador da baixa qualidade dos serviços financeiros oficiais a esse público. Esse Programa, que existe a pouco menos de uma década, permitiu o acesso a um número reduzido de beneficiários e atingiu altos índices de inadimplência, resultando a suspensão das novas liberações

nas agências do Banco do Brasil locais. Embora o Pronaf tenha contribuído para a capitalização de alguns pescadores, a maioria dos beneficiários ainda continua a utilizar as assistências dos atravessadores, não refletindo na superação da dependência. Confirma-se assim a hipótese de que o crédito oficial é acessado por um pequeno número de pescadores artesanais e coexiste com a forte presença dos sistemas de financiamento informais, a baixa qualidade nos serviços financeiros oficiais e limitações no processo de implementação das políticas públicas de crédito para a pesca artesanal.

Em Garopaba e Imbituba, essa política pública de crédito para a pesca artesanal deparou-se ainda com as seguintes limitações: a fragilidade das instituições democráticas e a coexistência de comportamentos político-administrativos tradicionais (clientelismo etc.) e modernos (democracia) na execução das políticas públicas; dificuldade de adequação da cultura financeira dos pescadores às normas do Programa; desvio da funcionalidade do crédito; deficiências no cumprimento da legislação, tanto na gestão dos recursos pesqueiros como na organização em terra; redução na produção devido aos problemas de gestão dos recursos pesqueiros e os impactos dos problemas ambientais que, agravada pela ausência de sistemas de comercialização voltados a agregar valor ao produto, refletiram na diminuição da renda e da capacidade de retorno dos investimentos.

Diante da assimetria de poder na relação com os atravessadores e as limitações no acesso ao Pronaf Pesca, para melhor dispor dos serviços financeiros, os pescadores também usam outras fontes de financiamento, como os parentes, amigos, recursos de outras atividades (pluriatividade), parte do seguro defeso e da própria renda da pesca. Verifica-se assim que os laços fortes se somam à racionalidade econômica e ao funcionamento burocrático das instituições. Não se trata aqui do entendimento de burocracia que é adotado no senso comum, caracterizando um processo ineficiente. Para Max Weber, assim como o mercado consiste em uma tentativa de tornar as relações mais impessoais, a burocracia representa a constituição de normas que devem ser seguidas por todos no processo administrativo, coibindo os favorecimentos pessoais que dariam origem a possíveis desigualdades.

Por um lado, os laços fortes afetam a implementação das políticas públicas e criam outras relações que restringem as liberdades, como a dependência ao atravessador que reduz as possibilidades do pescador optar entre distintas possibilidades de venda do seu produto. Por outro, essas relações acabam propiciando encontrar caminhos alternativos, como a constituição de sistemas de ajudas financeiras (empréstimos,

doações etc.) entre familiares e amigos. Dessa forma, quando os laços fortes geram desigualdade, entende-se que os avanços dos laços fracos, típicos do mercado e da burocracia, podem contribuir com a expansão das liberdades dos pescadores artesanais.

Entre esses se destaca a necessidade de superar a dependência aos atravessadores, com a constituição de sistemas financeiros de qualidade. Incorporando o aprendizado da agricultura familiar, pode-se apontar a necessidade de organização social para intervir nas instituições e a capacidade de constituir experiências inovadoras, como as cooperativas de crédito solidário. Contudo, isso não implica numa completa transformação das relações personalizadas em um processo burocrático e de mercado impessoal, até porque isto não existe de forma pura. Trata-se da busca por um novo tipo de relação socioeconômica, na qual o diferencial de poder seja reduzido entre os indivíduos e ampliado do coletivo sobre seus membros, podendo ocorrer por meio da constituição de outros laços fortes.

No campo da participação dos atores sociais, Rosar (2007) identificou que as relações hierárquicas tradicionais (laços fortes) se combinam com a participação política (democratização), podendo reforçar essa última. Entende-se assim que a mobilização social representa uma forma de empoderamento das comunidades. É a mobilização desse 'poder' que pode lhes permitir atacar os privilégios estabelecidos nas instituições públicas em geral e renovar as instituições representativas, superando as relações clientelistas.

Nesse domínio, a noção de economia plural também aponta para a possibilidade de valorizar as relações extraeconômicas. É nesse campo que a constituição das cooperativas de crédito valoriza as relações de proximidade, incorporando as relações sociais na racionalidade microeconômica. Pode-se apontar assim que a conquista de liberdades não ocorre exclusivamente pela dessocialização e destituição dos laços fortes entre os indivíduos. Ela também pode advir da substituição das relações sociais que criam privilégios por outras relações que buscam promover a igualdade das condições de liberdade.

7.3 PISTAS PARA NOVAS PESQUISAS

Embora na década de 2000 tenha crescido o número de pesquisas sobre a pesca artesanal, essas ainda não deram conta de sanar as lacunas existentes no estudo dessa forma de produção. Como expressão desses avanços, está em construção uma socioantropologia das comunidades pesqueiras. Os trabalhos nesse campo têm abordado a estruturação

produtiva, social e cultural a partir da relação do pescador com um meio instável e imprevisível, seus riscos e medos, a sazonalidade da atividade etc.. Contudo, essas pesquisas deparam-se com a dificuldade de contemplar a ampla diversidade existente entre os pescadores e as comunidades pesqueiras, reflexo das diferenças do meio físico, dos aportes culturais dos imigrantes etc..

Seguindo o entendimento de que os fenômenos devem ser estudados a partir da relação do todo com as partes, a realização deste trabalho buscou identificar os temas relacionados aos sistemas de financiamento da pesca artesanal. No geral, merecem destaque os problemas ambientais e de gestão dos recursos pesqueiros; a baixa produção; a queda na renda de pesca; a diversificação das estratégias de reprodução social das famílias pescadoras; limitações nos sistemas de comercialização; diferenças culturais de gênero e geracionais; deficiências organizativas dos pescadores; a interface com o aparato institucional, os espaços de participação e as políticas públicas; conflitos com outros setores; etc.. Diante da ampla diversidade de temas, optou-se por abordar suas conexões com os sistemas de financiamento, constatando-se a demanda por estudos mais aprofundados.

Em termos geracionais há um progressivo abandono da pesca pelos filhos de pescadores artesanais, inclusive com a perda dos conhecimentos tradicionais. Os pescadores apontam como principais causas o baixo retorno econômico da atividade, a imprevisibilidade, os riscos no mar e as adversidades do trabalho. Contudo, esse abandono da atividade exigiria um estudo aprofundado junto aos jovens sobre as motivações; os anseios sobre o futuro; as ocupações alternativas de trabalho; a possível ocupação na pesca industrial; o imaginário cultural da pesca e como ele se construiu etc.. Também há necessidade de avaliar o impacto do conseqüente envelhecimento dos pescadores artesanais, tanto em termos produtivos como sobre o futuro dessa categoria social.

Para atacar a queda na renda da pesca artesanal, as inovações na comercialização do pescado são apontadas como principal alternativa. Entre as ações dessa natureza destaca-se a possibilidade de atuar nos demais elos da cadeia para fugir dos intermediários (atravessadores, indústrias de beneficiamento, etc.), dando preferência à venda direta e/ou à industrialização pelos próprios pescadores. Assim, o estudo de experiências já desenvolvidas nesse campo ganha relevo, pois permitiria melhor compreender suas potencialidades e limitações. Outra possibilidade de inovação, que pode ser associada à primeira, é a agregação de valor ao produto através dos mercados de qualidade, como a valorização

do caráter artesanal, do peixe mais fresco, dos elementos culturais associados etc..

No âmbito das relações de gênero, grande parte das entrevistas foi realizada só com o pescador. Porém, quando as mulheres estavam presentes, as mesmas enriqueceram as respostas, demonstrando conhecerem bem a atividade. Observou-se ainda a distinção nas funções produtivas desempenhadas pelo pescador e pela pescadora artesanal, bem como sobre as demais relações sociais por eles assumidas. As mulheres quase não participam do processo de captura, mas desempenham importante papel no beneficiamento (familiar e/ou nas indústrias) e na administração familiar da atividade pesqueira. Como já destacado nos estudos sobre microfinanças, a participação das mulheres na administração financeira tem gerado resultados positivos. Assim, enquanto os pescadores afirmam chegar cansados do trabalho e da imprevisibilidade das atividades de captura, caberia estudar as possibilidades das pescadoras protagonizarem inovações em termos de administração e comercialização.

As limitações organizativas se associam aos problemas ambientais e de gestão dos recursos pesqueiros, abrindo um importante campo de pesquisas. Como exemplo, pode-se apontar a necessidade de estudos sobre os impactos do fechamento de barras naturais e da liberação da água de cultivo do arroz irrigado na Lagoa do Mirim etc.. Junto aos problemas já existentes, tem crescido a demanda por estudos prospectivos capazes de orientar ações preventivas pró-ativas, voltadas a ampliar a resiliência socioambiental dos ecossistemas pesqueiros. Nesses termos, ganha importância a construção de cenários sobre os impactos das mudanças climáticas e das ações antrópicas na pesca artesanal, bem como sobre a estimativa dos riscos de catástrofes a elas associadas.⁷⁶

Além dos problemas ambientais de origem externa, destaca-se a necessidade de avançar no âmbito dos conflitos internos. A inexistência de fronteiras fixas no acesso aos recursos pesqueiros exige o melhor entendimento das divergências e confluências entre a pesca artesanal e a pesca industrial. Essa questão está associada ao tema da formulação das políticas públicas territoriais que visam contornar os conflitos e fomentar as sinergias. Por um lado, o conflito no acesso aos recursos pesqueiros, por vezes, parece “insolúvel”. Por outro, depara-se com conexões entre a categoria industrial e a artesanal na estruturação do setor, a

⁷⁶ Como exemplo, durante o período de ajustes finais desta dissertação (20/04/2010), ocorreu a explosão de uma plataforma marítima de extração de petróleo no Golfo do México (EUA). O acidente ocasionou um grande vazamento de petróleo, com estimativas catastróficas sobre a natureza (ex. aves migratórias, peixes etc.) e a atividade pesqueira da região atingida.

exemplo do beneficiamento da produção artesanal nas indústrias pesqueiras; a existência de pescadores profissionais atuando em ambas as categorias; o papel da pesca artesanal na formação de muitos pescadores profissionais industriais; e a contratação de esposas de pescadores artesanais para atuar como empregadas nas indústrias de beneficiamento do pescado.

Nessa direção, entre os pescadores profissionais artesanais entrevistados, vários já atuaram na pesca industrial. Dessa forma, os conhecimentos sobre a pesca artesanal poderiam ser enriquecidos com alguns estudos realizados junto aos pescadores profissionais industriais. Essa condição permitiria estimar o número de profissionais empregados nos grandes barcos que tem ligação com a pesca artesanal (ex-pescadores artesanais ou filhos deles). Oferece ainda a possibilidade de captar o entendimento desses profissionais embarcados sobre as distintas categorias de pesca e se há interesse dos mesmos em atuar na artesanal ou outros setores da economia. O aprofundamento das análises poderia contar ainda com a incorporação das motivações e contingências que orientaram suas escolhas sobre a atuação na pesca.

Na interface com as políticas públicas, a Política Territorial de Aquicultura e Pesca recém criada pelo MPA propõe a construção de territórios e a participação dos pescadores na definição das políticas e ações para o setor pesqueiro. Por um lado, a concepção da mesma se aproxima do referencial de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Por outro, as limitações organizativas dos pescadores e do próprio Ministério podem comprometer o empoderamento desses atores e a eficácia da política. Assim, o estudo dessa política pública pode contribuir com a análise das organizações dos pescadores profissionais, a capacidade dos mesmos interferir na elaboração das políticas públicas, a identificação dos gargalos que limitam sua implementação, bem como levantar diferentes questões de pesquisa que emergem nos espaços de participação.

Por fim, o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (CCA/UFSC) está executando no litoral catarinense o Projeto de “Promoção do Cooperativismo de Crédito junto aos Pescadores e Aquicultores Familiares”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.⁷⁷ Esse projeto busca fomentar o

⁷⁷ Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-AGRONEGÓCIO/CT-VERDE AMARELO/ CT-SAÚDE/CT-HIDRO - Nº 07/2008 - Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar de Base Ecológica, Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas.

cooperativismo de crédito com gestão protagonizada pelos pescadores artesanais, adaptando e estendendo às comunidades pesqueiras os benefícios auferidos por essas organizações junto aos agricultores familiares. Nessa direção, a realização de novos estudos sobre a vida econômica e a organização das comunidades pesqueiras poderia contribuir para o sucesso de experiências como essa. Por sua vez, essa iniciativa poderá se tornar um rico objeto de estudos e fonte de informações sobre os sistemas de financiamento, a organização e os demais aspectos da vida socioeconômica dos pescadores artesanais.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P. R.; BACHA, C. J. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960 – 1994. *Revista Teoria Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 7, n. 13, p. 9-24, nov. 1999.

ABDALLAH, P. R.; SUMAILA, U. R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. *Journal Marine Policy*, v. 31, I. 4, p.444-450, 2007.

ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do agroamigo. São Paulo, Fipe, *Texto para discussão n°10*, 2008. [mimeo]

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: *I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Florianópolis (SC), 2007. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/>. Acesso em 15 de julho de 2009. 18p.

_____. (Org.) *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume, 1 ed., 2004. 246p.

_____. Conselhos além dos limites. *Rev. Estudos Avançados* 15 (43), p. 121-140, 2001.

ABREU, R. L. de. Map of Santa Catarina state. 2006. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SantaCatarina_MesoMicroMunicip.svg#filelinks. Acessado em: 10 de dezembro de 2009.

ADRIANO, J. Fórum de Agenda 21, Pesca Artesanal e Co-Gestão Adaptativa na Construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável. O caso do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera – SC. In: *III Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil – III SEGAP*, 2009.

ARAÚJO, G. P. de. *Trajatória do turismo no Litoral Centro-Sul de SC: impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Florianópolis, 2008. 134p. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (organizadores) *Agricultura Familiar:*

Multifuncionalidade e desenvolvimento. Rio de Janeiro. Mauad X, 2009. p.71-110.

BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.

CAMPOMAR, M. C. Do uso do 'estudo de caso' em pesquisas para dissertações e teses em administração. *Rev. de Administração*. v. 26, n. 3, p.95-97, 1991.

CAPELLESSO, A. J.; KOHLS, V. K. Abordagem sistêmica da cadeia agroindustrial da pesca e aquicultura para orientar políticas públicas. In: *Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica da UFPel*, Pelotas, RS. Pelotas, 2007.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.) *Mundo Rural Brasileiro. Ensaios interdisciplinares*. Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, 2008. pp.255-270.

CAZELLA, A. A. Base de serviços rurais estratégicos à promoção do desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise prospectiva. In: *Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. Londrina, 2007.

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. L. *Promoção do cooperativismo de crédito junto aos pescadores e aquicultores familiares*. Projeto submetido ao Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-AGRONEGÓCIO/CT-VERDE AMARELO/ CT-SAÚDE/CT-HIDRO - Nº 07/2008. 26p. [mimeo]

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. *Rev. Política & Sociedade*. v. 8, n. 14, p.301-331, 2009.

CERDAN, C.; VIERIA, P.F. *et al.* Desarrollo territorial sustentável em la zona costeira del Estado de Santa Catarina – Brasil. Definición de estrategias integradas y basadas en la valorización de la identidad cultural de las comunidades pesqueras tradicionales. *INFORME PARCIAL DE INVESTIGACIÓN*. 2009. 76p. [mimeo]

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo, Editora da Unicamp, 1985.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

EAGLETON, T. Versões da Cultura. In: _____. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 9-50.

ELIAS, N. *Estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. (Introdução). Rio de Janeiro: Zahar, 2000. pp.19-50.

_____. Processos de formação do Estado e construção de nações. Sobre a sociogênese da economia e da sociologia. (Cap. 5 e 6). In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Org.). *Escritos & Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2006. pp. 153 -196.

FABIANO, R. B. *Relatório Técnico Socioeconômico e Fundiário para a Criação de Unidade de Conservação na região da Lagoa de Ibiraquera Estado de Santa Catarina*. 2007. 43p.

FILHO, A. G.; MORAES, F. F. de. Formação, expansão e desmonte parcial do Complexo Carbonífero Catarinense. *Rev. História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 40, p. 251-267, 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, v. 21. 2000. p.211-259.

GIULIETTI, N.; ASSUMPÇÃO, R. de. Indústria pesqueira no Brasil. *Revista Agricultura em São Paulo*, SP, v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995.

GODBOUT, J. T.; CAILLÉ, A. (1939) (Tradutor: WUILLAUME, P. C. F. X.) *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1. ed., 1999.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, Nov. 1985.

GRANOVETTER, M. S. Economic Institutions as Social Constructions: A Framework for Analysis. *Acta Sociologica*, Volume 35, Número 1. p. 3-11. 1992.

HIRSCHMAN, A. O. Os conflitos sociais como pilares das sociedades de mercado democráticas. In: _____. *Auto-subversão: teorias*

consagradas em xeque. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. pp. 259-277.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

IBGE. População residente em 1º de abril de 2007, segundo os municípios. *Contagem da população 2007*. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contagem da Populacao 2007](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contagem_da_Populacao_2007) Acessado em 17 de dezembro de 2009.

_____. *Mapa político do estado de Santa Catarina*. 2009. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/politico/>. Acesso em: dezembro de 2009.

JEAN, B. Du développement regional au développemant territorial durable: vers um développement territorial solidaire pour réussir lê développement des territoires ruraux. *I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável*. UFSC. Florianópolis. 2007. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/?page=publication>. Acesso em: 04 de novembro de 2009.

LACERDA, E. P. *O Atlântico Açoriano: Uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Florianópolis, 2003. (Tese) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC – Departamento de Antropologia Social.

LAMARCHE, H. Por uma teoria da agricultura familiar. In: _____. (Coord.). *Agricultura Familiar: comparação internacional – do mito à realidade*. Campinas, Ed. Unicamp, 1998. pp. 303-336.

LEVÉSQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Rev. Política & Sociedade*. v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

MACEDO, L. C.; LAROCCA, L. M.; CHAVES, M. M. N.; MAZZA, V. de A. Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. *Rev. Interface*. v. 12, n. 26, p.649-657, 2008.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Questão Agrária Hoje. *Revista Lua Nova*, n. 23, p. 07-37, 1991.

MARTINS, A. Plano de Ação Participativo - Conselho Gestor da APA BF 2009-2010. PNUD/PROECOS. Florianópolis, 2008.

MATTEI, L. Uma política econômica e social para o meio rural brasileiro. *Rev. Marco Social*. v. 9, n.1, p. 29-31, 2007.

MIRANDA, C. R. M.; OLIVEIRA, L. C. de. *Relatório Socioeconômico para a criação da Reserva Extrativista da Pesca Artesanal, nos municípios de Imbituba e Garopaba/SC*. Florianópolis-SC, Setembro de 2007. 274p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Proposta de reserva extrativista da pesca artesanal – garopaba/imbituba – estado de Santa Catarina. Caracterização do meio físico*. Brasília – DF. Novembro de 2007. 29p.

NERI, M. C. (Coord.). *Microcrédito, o mistério nordestino e o Grammem brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE/CPS, 2008.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, RS. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Fundação Universidade Federal de Rio Grande, v.16, p.85-106, 2006.

OLIVEIRA, V. L. de. Liberdade e Poder em Amartya Sen: Uma leitura crítica. *Revista Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, p.09-31, 2007.

PASQUOTTO, V. F. *Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social*. 2005. 192f. Dissertação (Mestrado) - PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Rev. Raízes*. V. 24, n. 01 e 02. p. 10-22. 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. *Rev. Eisforia*. v. 4 n. Especial – Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p.81-103, 2006.

PIAZZA, W. F. *A epopeia açóricio-madeirense (1748-1756)*. Florianópolis. Editora da UFSC/Lunardeli, 1992.

PIORE, M. J.;SABEL, C. *Les chemins de la prospérité. De la production de masse à la spécialisation souple*. Paris: Hachette (Premièreédition en anglais : *The Second Industrial Divide*, 1984), 1989.

POZZER, G. *Rotas Turísticas No Rio Grande Do Sul: Influências Das Políticas Públicas, Disparidades Regionais E Ambientes Institucionais*.

Santa Maria, 2009, 193p. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria.

PUTNAM, R. D. Capital social e desempenho institucional. In: _____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro. FGV, 1996. pp.173-194.

RAMÍREZ, E.; CARO, J. C.; VARGAS, K. Acceso a Servicios Financieros de los Hogares Campesinos de Chile. *Debates y temas rurales n°5*. RIMISP, Santiago, Chile, Noviembre 2006. 20p.

RAMOS, V. O. C. Pesca, pescadores e políticas públicas no Baixo São Francisco Sergipe – Brasil. *Série meio ambiente em debate*, 39. Brasília : Ed. IBAMA, 2001. 197p.

RIBEIRO, D. Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos. In: _____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1998, pp.408-444.

ROUSSEAU, J. Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, c1999. 336p

ROSAR, D. B. *Gestão participativa e política substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba – SC)*. Florianópolis, 2007. p.118. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROMANO, J. O. ‘Empoderamento’ e poder no enfrentamento da pobreza. In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.) *Mundo Rural Brasileiro. Ensaio interdisciplinares*. Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, 2008. pp.239-254.

RUA, M. d. G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil*. Brasília: BID, 1997.

SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, C. G. da. Estudo das trajetórias de desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias, Toulouse. In: *Ateliers de Caravelle*, 7, 1996. pp. 53-72.

SACCO DOS ANJOS, F. *et al*. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. In: *Anais II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

SACHS, I. *Stratégies de l'écodéveloppement*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1980.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004. pp. 21-50.

SEAP. Resultado do recadastramento nacional dos pescadores no Brasil. *Registro Geral da Pesca*. Brasília, 2006a.

_____. Aquicultura e pesca: desenvolvimento sustentável para o Brasil. Brasília: SEAP/PR, 2006b.

_____. *Cartilha do usuário do Registro Geral da Pesca – RGP*. SEAP/PR, sd.

_____. Política de desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura 2008/2011 (Versão Preliminar). Brasília – DF, Julho de 2008. [mimeo]

SEAP/PROZEE/IBAMA. *Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio De Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Itajaí, novembro de 2005.

_____. *Relatório final do Projeto de Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil – Projeto Estatpesca*. Brasília, agosto de 2006.

SEIXAS, C. S.; BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Imbiraquera, Brasil. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. *Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005. pp.113-146.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. SOUZA, J; ÖELZE, B. (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Unb, 1998, pp.23-40.

SOUZA, M. A. A. de. O crédito como instrumento de política agrícola à atividade pesqueira no rio grande do sul. *Rev. Bras. Agroecologia*, v. 2, n. 1, p.63-66, 2007.

SOUZA, A. S. de; LOBATO, A. B.; CAMARGO, S. A. F.de. Usos e costumes na comercialização de pescado no município de Manaus (AM): aspectos do meio ambiente do trabalho no porto e na feira da Panair. *Anais do XII Congresso Nacional do CONPEDI*. Belo Horizonte – MG. Novembro de 2007, p.2938-2953.

TRIVELLI, C.; ALVARADO, G. Lecciones para el desarrollo de lãs finanzas rurales a partir de 16 experiencias sistematizadas por FIDAMERICA. *Debates y temas rurales n°2*. RIMISP, Santiago, Chile, 2004. 36p.

UNIVALI/CCTMar. Boletim estatístico da pesca industrial de Santa Catarina – Ano 2005 e panorama 2001/2005. Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar. Itajaí: Universidade do Vale de Itajaí, 2007. 80p.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C.S.A; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. L (org) *Nas Redes da Pesca Artesanal*, IBAMA – MMA, Brasília, 2007. pp. 15-83.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. *Rev. Eisforia*. v. 4, n. Especial – Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p.249-309, 2006.

VIEIRA, P. F; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos (Introdução) *Rev. Eisforia*. v. 4, n. Especial – Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, p.13-20, 2006.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Rev. Política & Sociedade*. v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A.D.D. e BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba, Ed. UFPR, 1998, pp. 29-49.

WILKINSON, J. Agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar no Brasil e na América Latina. In: COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.) *Mundo Rural Brasileiro. Ensaios interdisciplinares*. Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, 1ª edição, 2008.

YIN, R. K. (trad. GRASSI, D.). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 212 p.

YUNUS, M.; JOLIS, A. E. *O banqueiro dos Pobres*. Ed. Ática, 1ª edição, 2000, p. 344.

ZOLDAN, C. P. *Produto interno bruto dos municípios catarinenses – 1999 a 2003. Epagri – Documentos 228*. Florianópolis: Epagri, 2006. 25p.

SITES CONSULTADOS

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/sistemamonitorentoavalia%C3%A7%C3%A3opronaf>

<http://www.fidamerica.org/publico/categoria.php?secid=1&catid=1>

<http://www.ifad.org/governance/index.htm>

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/

<http://www.rimisp.org/inicio/index.php>

ANEXO I

Glossário das principais embarcações

Canoa – As canoas de madeira são construídas a partir de tora única escavada (monóxilas), com fundo quilhado, em forma de V e comprimentos variáveis, podendo usar motor. Algumas canoas também são construídas com fibra de vidro. No caso das canoas de lagoa, quando não usam motor, usam o calão. Já as canoas de arrasto de tainha usam quatro remeiros.

Bateira – As bateiras têm fundo chato, atuam sozinhas ou auxiliam as embarcações motorizadas quando da pesca nos estuários e são transportadas como salva-vidas de embarcações do tipo baleeira, na pesca em plataforma. As bateiras de maior tamanho são construídas com tábuas de madeira coplanares (*lisas*) ou imbricadas (*escamadas*). A denominação *bateira* advém de seu fundo chato "bater" contra as ondas. Podem ser motorizadas ou utilizar propulsão a remo.

Bote – Os botes são confeccionados com tábuas encaixadas de forma coplanar (*lisa*), de fundo quilhado ou chato (*plano*), podendo possuir guincho (para puxar as redes no mar), utilizando motor de centro para a propulsão. Normalmente o material usado para a construção é o compensado naval, conferindo a esse tipo de embarcação maior resistências que as baleeiras, porém menor estabilidade no mar.

Baleeira – As baleeiras usam motor de centro, são construídas com tabuas imbricadas (*escamadas*), mas também com tábuas de madeira coplanares (*lisas*) e muitas utilizam guinchos para puxar as redes no mar. As baleeiras normalmente não operam no interior dos estuários.

Adaptado a partir de: CHAVES, P. de T.; ROBERT, M. de C. Embarcações, Artes e Procedimentos da Pesca Artesanal no Litoral Sul do Estado do Paraná, Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 53-59, 2003.